



Suellen Borges de Lannes

**A Formação do Império Árabe-
Islâmico: História e Interpretações**

Orientador:

Prof. Dr. Daniel de Pinho Barreiros

Rio de Janeiro/ 2013

SUELLEN BORGES DE LANNES
A Formação do Império Árabe-Islâmico: História e Interpretações

Tese apresentada ao Corpo Docente do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de DOUTOR em Economia Política Internacional.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Daniel de Pinho Barreiros (orientador) – IE/UFRJ

Prof. Dr. Marcos José de Araújo Caldas – UFRRJ

Prof. Dr. Luis Edmundo de Souza Moraes – UFRRJ

Prof. Dr. José Luis da Costa Fiori – IE/UFRJ

Prof. Dr. Maurício Medici Metri – IE/UFRJ

MAIO/2013

FICHA CATALOGRÁFICA

Lannes, Suellen Borges de

A formação do império Árabe-Islâmico : história e interpretações./ Suellen Borges de Lannes. – Rio de Janeiro, 2013.

127 f.

Orientador: Professor Doutor Daniel de Pinho Barreiros.

Bibliografia: f. 125-127.

Tese (doutorado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Economia, 2013.

1. Islamismo - história. 2. Império Árabe-Islâmico - aspectos políticos. 3. Império Árabe-Islâmico - Militarismo. 4. Expansão islâmica. I. Barreiros, Daniel de Pinho. II. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Instituto de Economia. III. Título.

CDD. 297.5

RESUMO

Por mais de seis séculos os árabes-islâmicos consolidaram um Império que se estendeu do continente asiático ao europeu, passando pelo Oriente Médio e norte da África. Essa unidade imperial foi sendo construída a partir da criação de uma nova identidade árabe-islâmica e da aquisição de possessões territoriais conquistadas por meio de um expansionismo contínuo. Frente a isso, essa tese procurou analisar os fatores que foram determinantes para o sucesso dessa empreitada. Uma vasta literatura já foi escrita sobre o assunto, começando pelos próprios textos árabes. Com a colonização exercida pelos países europeus no Oriente, esses estudos passaram a ganhar destaque no Ocidente, e uma escola de pensamento, denominada Orientalista, surgiu. Caracterizada por um conservadorismo metodológico, essa tradição conquistou uma posição hegemônica nos estudos sobre a fase inicial do Islã, tendo forte influência no Oriente, em especial na Índia, o que pode ser visualizado até os dias de hoje. Em meados do século XX as academias norte-americanas passam a ganhar mais destaque e novas teorias e metodologias surgem no campo da história e influenciam, em parte, o Orientalismo. Os grandes volumes com histórias genéricas passam a ser substituídos por estudos com temáticas mais focadas e as análises deixam de ser feitas, somente, por teólogos e filósofos e passam a ser elaboradas, também, por economistas, juristas e cientistas políticos. Partindo desse contexto, nessa tese, procurou-se estudar os fatores econômicos, sociais, político e militares que influenciaram no sucesso do expansionismo maometano e dos califas. A análise desses estudos evidenciou o predomínio de fatores econômicos e políticos para explicar esse sucesso. Durante o estudo verificou-se que a principal tese econômica sobre o sucesso maometano residia no enriquecimento da cidade de Meca, ocorrido por causa da importância dessa localidade para as rotas comerciais que cruzavam a Arábia. Como consequência desse enriquecimento, houve uma mudança na

estrutura social mecana, com acentuação da desigualdade social. Essa tese foi elaborada por Montgomery Watt e se tornou hegemônica nos estudos orientalistas sobre a formação inicial do Islã. Em contraposição a esse pensamento surgem as pesquisas de Patricia Crone. Ao se defrontar os estudos de Watt e Crone, diversas discrepâncias sobre o enriquecimento de Meca surgem e a variável econômica perde relevância. Frente a isso, esta pesquisa se dedica a enfatizar os fatores políticos e militares da expansão islâmica. O foco de análise se centra nas transformações políticos-sociais realizadas por Maomé, e na forma pela qual essas mudanças influenciaram a revolução na arte militar do período.

ABSTRACT

For more than six centuries, the Islamic Arabs consolidated an Empire that extended from the Asian continent to Europe, passing through the Middle East and the north of Africa. This imperial unit was constructed from the creation of a new Arab-Islamic identity and the acquisition of territorial possessions gained through continuous expansion. In view of this, this thesis seeks to analyze the factors that were crucial to the success of this undertaking. A vast array of literature has already been written on the subject, starting with the Arab texts themselves. With the colonization practiced by the East European countries, these studies began to gain prominence in the West, and a school of thought, called Orientalism, emerged. Characterized by a methodological conservatism, this tradition achieved a hegemonic position in the studies on the early phase of the Islam, having a strong influence in the East, especially in India, which can be observed up to the present day. In the mid-twentieth century, the North American academies began to gain more prominence and new theories and methodologies arose in the field of history and influenced, in part, Orientalism. The extensive volumes with generic stories were replaced by studies with more focused themes, and the analyses were no longer made just by theologians and philosophers, but also by economists, jurists, and political scientists. Considering this context, in this thesis, the aim was to study the economic, social, political, and military factors that influenced the success of Islamic expansionism and the Caliphs. The analysis of these studies showed the predominance of economic and political factors to explain this success. During the study it was found that the main economic thesis on the Islamic success was based on the enrichment of the city of Mecca, occurred because of the importance of this location for the trade routes that crossed Arabia. As a consequence of this enrichment, there was a change in the social structure of Mecca, with marked social inequality. This thesis was prepared by

Montgomery Watt and became hegemonic in the Orientalist studies on the initial formation of Islam. In contrast to this thought, the research of Patricia Crone comes to the fore. While comparing the studies of Watt and Crone, various discrepancies about the enrichment of Mecca arise and the economic variable loses relevance. In view of this, this research is dedicated to focusing on the political and military factors of Islamic expansion. The focus of analysis is centered on the social-political transformations performed by Mohamed, and in how these changes have influenced the revolution in military art of the period.

Aos meus pais, Lacir e Luiz

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço ao meu pai, Luiz Carlos, onde quer que esteja, deve estar orgulhoso e à minha mãe, Lacir, que sempre me apoiou e forneceu todas as condições para que eu pudesse estar onde estou.

Gostaria de agradecer ao meu amor, companheiro e melhor amigo, Gabriel Noronha, que me apoiou nos momentos mais difíceis, sempre com muita paciência e um sorriso no rosto.

Gostaria de agradecer ao meu orientador, Daniel de Pinho Barreiros, que sempre tentou obter o máximo de mim, me incentivando a procurar novos desafios, aprofundando cada vez mais o meu estudo.

Gostaria de agradecer à professora Vânia Cury pela atenção prestada e os excelentes conselhos, os quais tornaram a minha pesquisa menos complicada. Agradeço também ao seu constante incentivo.

Gostaria de agradecer a amiga Larissa Rosevics pela constante ajuda, alento e grandiosa bondade que faz com que eu continue acreditando que existem pessoas boas e amigas, capazes de dar oportunidade e ajudar sempre que possível.

Gostaria de agradecer a amiga Camila Oliveira do Valle pela ajuda, constante estímulo para a continuação do trabalho e que vive comigo os dilemas da vida acadêmica.

Gostaria de agradecer a instituição de fomento Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (Faperj) pela concessão da Bolsa Nota 10, que contribuiu enormemente para a realização dessa pesquisa.

Por fim, gostaria de agradecer ao Instituto de Economia e ao Programa de Pós-Graduação em Economia Política Internacional (PEPI) pela oportunidade de desenvolver essa peculiar pesquisa e pela iniciativa inovadora de reconciliar a Política com a Economia.

“As palavras, assim como as letras que as compõem, proporcionam à alma a faculdade de agir sobre o mundo e, portanto, de deixar pegadas nos seres criados”

Ibn Khaldun

SUMÁRIO

CRONOLOGIA - ORIENTALISMO.....	14
CRONOLOGIA MAOMÉ	15
NOTA SOBRE A TRANSLITERAÇÃO DOS NOMES E GEOGRAFIA.....	17
INTRODUÇÃO.....	18
CAPÍTULO I.....	23
1.1 A DELIMITAÇÃO DE UM CAMPO DE ESTUDO	26
1.2 TRADIÇÃO ANTIGA	27
1.3 ORIENTALISMO.....	31
1.3.1 Pensamento Tradicional	33
1.3.1.1 Além do método	34
1.3.1.2 A questão Sprenger-Goldziher	38
1.3.2 Novo contexto e novos métodos	40
1.3.2.1 Neo-orientalismo.....	41
1.4 POSICIONAMENTO DA PESQUISA.....	45
CAPÍTULO II	47
2.1 FATORES ECONÔMICOS.....	48
2.1.1 Primeira Hipótese: O Comércio de longa distância e Meca	49
2.1.2 Segunda hipótese: Meca como mercado regional.....	54
2.1.2.1 Problemas na análise de Crone	58
2.2 FATORES SOCIAIS.....	60
2.2.1 A Península Arábica e os árabes.....	61
2.2.2 Uma interpretação da sociedade mecana	63
2.2.3 Uma outra explicação	66
CAPÍTULO III.....	70
3.1 FATORES POLÍTICOS	71
3.1.1 Incongruências da versão de Crone	73
3.1.2 Sentimento de pertencimento de grupo.....	76
3.1.3 Igualitarismo e Islã.....	77
3.1.4 A formação da Umma	78
3.1.4.1 Consolidação de uma identidade árabe e islâmica.....	82
3.1.5 Novos administradores.....	85
3.1.6 O Califado	86
3.1.7 Quem influenciou quem?	88
3.1.7.1 Ocupação dos territórios	90
3.2 FATORES MILITARES.....	93
3.2.1 Warfare	94
3.2.2 Trindade Paradoxal	95
3.2.3 Contexto político-militar.....	96
3.2.4 Construção da Trindade Paradoxal	101
3.2.4.1 O Comandante	101
3.2.4.2 Inovações militares	106
3.2.4.3 Objetivos políticos	108
3.2.4.4 As paixões do Povo	111
3.2.5 Warfare árabe-islâmico	113
3.2.5.1 Estrutura de comando	113

3.2.5.2 Armas.....	115
3.2.5.3 Logística	117
3.2.6 Significado das conquistas	119
CONCLUSÃO.....	121
ANEXO - GENEALOGIA.....	124
BIBLIOGRAFIA	125

CRONOLOGIA - ORIENTALISMO

Orientalismo na Inglaterra:

1823: Fundação da Sociedade Real Asiática da Grã-Bretanha e Irlanda.

1913: Começo da publicação da primeira edição da *Encyclopaedia of Islam*.

1916: Fundação da Escola de Estudos Orientais e Africanos (SOAS) na Universidade de Londres.

1947: Comissão Scarborough.

1953: A *Encyclopaedia of Islam* é traduzida para o árabe, turco e urdu.

1953: Montgomery Watt publica *Muhammad at Mecca*.

1956: Montgomery Watt publica *Muhammad at Medina*.

1970: Primeira edição da Cambridge History of Islam.

1991: Karen Armstrong lança a biografia de Maomé.

2001: Hugh Kennedy publica *The Armies of the Caliphs: military and society in early Islamic State*.

2007: Hugh Kennedy publica *The Great Arab Conquests: How the Spread of Islam Changed the World we live in*.

Orientalismo nos Estados Unidos:

1842: Fundação da Sociedade Oriental Americana.

1946: fundação do Middle East Institute (Instituto do Oriente Médio), em Washington.

1949: Council for Middle Eastern Affairs (Conselho para Assuntos do Oriente Médio), em Nova Iorque

1958: Franz Rosenthal faz a primeira tradução completa de “The Muqadimah” de Ibn Khaldun.

1963: Publicação do artigo *Orientalism in Crisis* de Abdel-Malek.

1978: Edward Said publica *Orientalism*.

1987: Publicação da primeira edição de *Meccan Trade and the Rise of Islam* de Patricia Crone.

2003: Publicação de *Islamic Historiography* de Chase Robinson.

CRONOLOGIA MAOMÉ

570 – Suposta data de movimento de Maomé	2/624 – Batalha de Badr
632 – Morte de Maomé	3/625 - Batalha de Uhud
569 – Morte do pai de Maomé	3/625 – Expulsão da tribo Judaica Banu Nadir
576- Morte da mãe de Maomé	5/627 – Descrição da Tribo Banu Qurayza
578 – Morte do avô de Maomé	6/628 – Batalha de Trincheira
595 – Casamento com Cadija	6/628 – Tratado de Hdaybiyya
610 – Início da revelação do Corão	6/628 – Conquista acesso ao Santuário da Caaba
613 – Começo da pregação pública de Maomé	6/628 – Conquista do Oásis de Khaybar
614 – Começa a reunir seguidores	7/629 – Primeira peregrinação a Caaba
615 – Emigração de Muçulmanos para a Abissínia	8/630 – Entra em Meca
616 – O Clã Banu Hashim inicia boicote econômico	8/630 – Batalha de Hunayn
619 – Término do boicote de Banu Hashim	8/630 – Cerco de al-Ta'if
622 – Hegirá	9/631 – <i>Pax</i> islâmica: domínio sobre quase toda a Arábia
	10/632 – Morte de Maomé

CRONOLOGIA CALIFAS RASHIDUN

10/632 – 12/634 - Califado de Abu Bakr

10/632 – 11/633 – Guerras de Ridda

12/634 – Conquista de Damasco

12/634 – 12/644 – Califado de Omar

13/635 – Conquista da Palestina

13/635 – Conquista do Egito

15/637 – Conquista da Síria

15/637 – Conquista de Jerusalém

17/639 – Conquista da Armênia

19/641 – Conquista de Alexandria

22/644 – 34/656 – Califado de Uthman

34/656 – 39/661 – Califado de Ali

NOTA SOBRE A TRANSLITERAÇÃO DOS NOMES E GEOGRAFIA

Por lidarmos com um tema do mundo árabe e islâmico, com a maior parte da bibliografia em língua inglesa, tivemos alguns problemas com a transliteração dos nomes, que resolvemos da seguinte maneira. Damos preferência por traduzir a maior parte dos nomes para o português. Por exemplo, usamos a terminologia “coraixita” para denominar a tribo a qual pertencia Maomé, diferente, por exemplo, do nome *Quraish* presente na tradução brasileira do livro de Bernard Lewis (1982), e da mesma forma com os nomes das dinastias. Método semelhante será usado nos nomes das localidades. Com relação a nomes pessoais, preferimos adotar a transliteração do árabe para o português, principalmente por causa da notabilidade de sua utilização, como no caso dos nomes dos Califas.

Com relação às delimitações geográficas, procuraremos fazer referências às regiões atuais, e a título de ajuda, utilizaremos alguns mapas ao longo da exposição. Preferimos utilizar expressões mais comuns, o que explica a utilização do termo “bizantino”, mesmo tendo o conhecimento de que os habitantes da parte oriental do Império Romano se identificavam e eram identificados pelos demais habitantes do império como “romanos”. Por outro lado usaremos a expressão “persa” e “Império Persa”, em detrimento da palavra “Irã”, muito utilizada pela literatura anglo-saxã.

Os títulos dos livros consultados serão apresentados, sempre que pertinente, em seu original inglês, mesmo que tradução em língua portuguesa tenha sido publicada.

Por fim, procuraremos sempre apresentar os fatos históricos com as suas respectivas datas de ocorrência. Por ser uma tese sobre o mundo islâmico, optaremos por apresentar a data no calendário muçulmano, seguida pelo calendário gregoriano.

INTRODUÇÃO

*“Os lábios do tempo entreabertos
de satisfação, te saúdam com um sorriso”*
Ibn Khazar

Durante seis séculos (VII-XIII) os árabes estabeleceram um Império que, em seu auge, se estendeu do continente asiático à Europa, passando pelo norte da África, unindo diversos povos e religiões, os quais eram governados por uma estrutura política que seguia os preceitos do Corão, o livro sagrado dos islâmicos. Durante esse tempo, eles desenvolveram uma complexa infraestrutura administrativa e controlaram as principais rotas comerciais, dominando o comércio no Mar Mediterrâneo. Olhando para esse contexto, em um primeiro momento, a pesquisa pretendia investigar os fatores econômicos, sociais, políticos e militares que favoreceram o sucesso da expansão maometana, apresentando as diferentes visões sobre o tema. Além disso, pretende-se investigar os fatores que servirão de base para a formação desse império, tomando como base os fatores que favoreceram a formação e a sustentação dessa unidade política. Assim, a tese iria analisar as bases da expansão árabe-islâmica, iniciada em 622, quando, segundo a tradição, o profeta Maomé imigrou de Meca para Medina, no movimento conhecido como Hégira.

Inicialmente, ao se defrontar com obras consagradas sobre o assunto, de autores como Bernard Lewis, Karen Armstrong e Albert Hourani, foi observado que a questão econômica se apresentava como o fator determinante. A influência das rotas comerciais na cidade de Meca teria formado uma elite, a qual teria se oposto ao advento de Maomé, por temor de que seu poder fosse diminuído. Além disso, a formação dessa elite teria gerado uma profunda desigualdade social, o que teria feito com que Maomé conquistasse muitos adeptos nas camadas mais pobres da sociedade. Essa visão também é seguida e corroborada por trabalhos bem mais recentes, e elaborados em nível local ¹.

¹ É o caso da dissertação “O profeta e a Umma: a formação da comunidade político-religiosa de Medina no séc

Analisando essa bibliografia e partindo de uma visão plural dos fenômenos sociais, ou seja compreendo o fenômeno social como *total*², fundamentei essa pesquisa a partir de um posicionamento crítico, no qual a economia não seria o fator determinante desse expansionismo. Na verdade, por parcimônia, eu havia proposto lidar com a inexistência de um fator determinante; elementos econômicos, sociais, políticos e militares, *juntos*, teriam influenciado para o sucesso do expansionismo.

Assim, o objeto da pesquisa deixou de ser os fatores que levaram à expansão árabe-islâmica, e passou a ser a forma pela qual parte importante da literatura específica analisara esses fatores e influências, o que nos levou ao estudo das diversas “escolas de pensamento” que se formaram sobre o assunto. A análise dos fatores passou a ser, então, uma consequência dessa pesquisa e das conclusões achadas.

Nesse contexto, o ponto de partida da investigação passa a ser a bibliografia produzida no século XIX e XX, inicialmente da escola britânica e posteriormente da norte-americana. Será enfatizado o estudo sobre a bibliografia pertinente à análise do início das pregações de Maomé, e do momento posterior, a *Hégira*, que denomina a emigração feita pelo profeta e seus seguidores de Meca para Medina, quando será formada uma nova forma de governo, a *Umma*³, e iniciado o processo de expansão.

Sob a liderança de Maomé e guiados pelos preceitos da nova religião, o Islã, os árabes expandiram o território da *Umma*, levando a unificação da Península Arábica. Apesar das

VII”, por Daniele Sandes Silva, defendida em 2007 no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense.

² Esse conceito de fenômeno social total foi elaborado pelo antropólogo Marcel Mauss. De acordo com Mauss (1974), o objeto real das ciências sociais é o estudo da realidade social, a qual seria representada por um conjunto de fenômenos que se produzem e reproduzem dentro da sociedade. Esses fenômenos são totais no sentido de que a sociedade inclui todos os fenômenos humanos de natureza econômica, cultural, política, religiosa, entre outros, sem estabelecer uma hierarquia entre eles. Nas palavras do autor, nos fenômenos sociais “(...) tudo se mistura, tudo o que constitui a vida propriamente social das sociedades que procederam as nossas – até as da proto-história. Nesses fenômenos sociais ‘totais’, como nos propomos chamá-los, exprimem-se, ao mesmo tempo e de uma só vez, toda espécie de instituições: religiosas, jurídicas e morais – estas políticas e familiares ao mesmo tempo; econômicas – supondo formas particulares de produção e de consumo, ou antes, de prestação e de distribuição, sem contar os fenômenos estéticos nos quais desembocam tais fatos e os fenômenos morfológicos que manifestam estas instituições.” (MAUSS, 1974: 41)

³ *Umma* significa “povo” ou “comunidade” (SILVA, 2007: 50)

divergências entre as autoridades políticas quanto ao futuro do Império, essa expansão continuou, consolidando o Império Árabe, que se estenderá até o século XIII. Entre “avanços” e “recuos”, os árabes mantiveram uma política militar pautada pelo avanço crescente para o Noroeste e Leste, enfrentando os impérios Bizantino e Persa, e avançando sobre a Península Ibérica. Acreditamos que, apesar da necessidade de se levar em conta uma multiplicidade de fatores, as mudanças nas formas de organização militar serão determinantes para o fim dessa expansão.

Com esse movimento, o poder da *Umma* se expandiu, agregando uma vasta gama de territórios, com populações das mais diversas etnias e credos, administradas sob a égide de um Império. Nesse contexto, assim como o objeto, a hipótese se amplia e passa a investigar as seguintes assertivas: a historiografia tradicional existente sobre a formação do império árabe-islâmico, do islamismo e do expansionismo maometano não conseguiram analisar de forma integrada os fatores políticos, econômicos, sociais e militares desse processo, e isso aconteceu pela forma conservadora com a qual os analistas ocidentais do Islã encararam o seu objeto, ao longo do século XIX e XX.

A partir disso a pesquisa muda de feitiço e passa a analisar o papel das obras de alguns importantes pesquisadores ocidentais (com ênfase na produção britânica e norte-americana), tendo por foco as hipóteses testadas por eles, as suas influências e a metodologia norteadora de suas pesquisas. A produção britânica terá maior destaque devido à sua abundância, e aos importantes centros de referência sobre o tema, como é o caso da Escola de Estudos Orientais e Africanos (SOAS, *School of Oriental and African Studies*) da Universidade de Londres. A literatura norte-americana é importante devido à maior pluralidade de seu pensamento (quando comparada à produção britânica), e pelo fato de apresentar uma relativa contestação aos métodos convencionais de estudo sobre a história inicial árabe-islâmica. Entretanto, pelo fato de diversos pesquisadores ingleses terem se tornado, ao longo de suas carreiras,

professores em universidades americanas, promoveu algum intercâmbio de pensamento, de modo que as diferenças entre as escolas acabam, em última instância, sendo atenuadas.

Além de tentar por em perspectiva parte da literatura sobre a formação e expansão do Império Árabe, a pesquisa possui um segundo objetivo, no qual pretende ser igualmente original. Partindo das lacunas deixadas pela literatura, acreditamos que a conquista islâmica foi favorecida pela *legitimidade* de que Maomé e seus Califas desfrutavam junto, primeiramente, às tribos árabes, aos povos que se submeteram diretamente ao Poder Árabe-Islâmico, e por aqueles que, mesmo não tendo feito parte do próprio Império, auxiliaram indiretamente na sua manutenção. Proponho, em um movimento paradoxal, na contramão da literatura e a partir dela, que essa legitimidade fora alcançada por meio das armas, da mudança política que fez coincidir os valores tribais com a nova religião, e da criação de uma identidade de tipo novo, que ia além das rivalidades tribais.

Nesse contexto, unindo as duas hipóteses, a pesquisa pretende se debruçar sobre os aspectos econômicos e sociais, tomados como importantes para analisar a expansão do Império Árabe de forma estilizada, mas reconhece que esses não podem reivindicar a condição de determinantes, principalmente se analisados de forma isolada. Nesse cenário, frente à diversidade de explicações sobre um mesmo fenômeno, a pesquisa, tomando como tarefa principal uma revisão da literatura, agrega o econômico e o social – explicações já consolidadas – à questão político-militar, ainda pouco abordada com a necessária profundidade, procurando inserir o problema da expansão imperial árabe em um ponto de vista próprio da Economia Política Internacional.

Assim, para elaborar esse estudo, a tese foi dividida em três capítulos. No primeiro será apresentado essa historiografia, procurando localizar os principais autores, suas influências e pensamento. No segundo capítulo será analisado os fatores econômicos e sociais que esses autores apontaram como relevantes, procurando as discordâncias, congruências e

incongruências de suas análises. Da mesma forma será feito no terceiro capítulo, cuja diferença será a mudança dos fatores. Nesse capítulo serão analisados os fatores políticos e militares, os quais serão a base dessa pesquisa.

CAPÍTULO I

*“A Europa não passa de um montículo de terra.
Nunca existiram impérios poderosos a não ser no Oriente,
berço de todas as religiões
local de nascimento de todas as metafísicas”*
Napoleão Bonaparte

Um dos marcos históricos do Oriente enquanto um objeto de estudo dos cientistas ocidentais remonta a ida das tropas francesas ao Egito, em 1798. Visando construir um império que envolvesse grandes territórios da África e da Ásia, Napoleão seguiu para o Egito com cerca de 50 mil soldados e marinheiros, e uma comitiva de 151 cientistas e artistas⁴. Com a justificativa de realizar uma *mission civilisatrice*, isto é, uma missão civilizadora, Napoleão “pretendia levar o estilo de cultura e da democracia francesa aos árabes governados por tiranos não-árabes” (BURLEIGH, 2008: 12).

Com a derrota empreendida pelos navios ingleses do Contra-Almirante Nelson⁵, os franceses retornam à Europa munidos de diversos artefatos arqueológicos, exemplares da fauna e da flora, textos históricos etc. Esse material serviu para produzir uma enciclopédia sobre o Egito, com vinte e três volumes, denominada *Descrição do Egito*⁶ e fundaram uma nova ciência, a arqueologia. Dentre as maiores descobertas desses cientistas estava a Pedra de Roseta⁷, que se encontra atualmente no Museu Britânico, cuja tradução levou os cientistas a deciframos os hieróglifos (BURLEIGH, 2008: 13-14).

Esse fato ilustra a presença de ingleses e franceses na busca pelo conhecimento do Oriente, o que vai percorrer os séculos, inicialmente muito atrelada à história do Egito Antigo

⁴ Dentre os cientistas se encontravam astrônomos, matemáticos, naturalistas, físicos, médicos, químicos, engenheiros e botânicos. (BURLEIGH, 2008: 12)

⁵ Os ingleses comandados pelo contra-almirante Horatio Nelson empreenderam uma derrota aos navios franceses na Batalha do Nilo ou Batalha na baía de Aboukir. No período de 01 a 03 de agosto de 1798, os navios ingleses atacaram as frotas francesas estacionadas na baía de Aboukir, a 32 km de Alexandria. Com essa vitória os ingleses consolidaram a sua hegemonia no Mar Mediterrâneo.

⁶ Do francês *Description de L'Égypte*.

⁷ A Pedra de Roseta é uma pedra que contém a inscrição de três línguas: o grego, o egípcio e o demótico. Por meio dela os cientistas puderam começar a traduzir hierógrafos.

e, posteriormente, diversificada a ponto de se debruçar também sobre a história inicial do Islã.

Partindo da visão de que, nos estudos de ciências humanas, não se pode ignorar o envolvimento do autor como sujeito humano em sua própria realidade, não se pode negar a realidade de um europeu, nesse contexto, quando vai à colônia estudar sobre sua cultura, história, política ou economia. Em outras palavras, não se pode negar a sua consciência, mesmo que vaga, de pertencimento de uma potência com interesses nesse Oriente, (SAID, 1996: 23) o qual se constrói idealmente em oposição ao Ocidente.

Assim, em decorrência das suas colônias no Oriente Médio, cientistas desses países foram incentivados a pesquisar sobre estes territórios além-mar. Esse contexto era marcado por uma política do governo e das Academias de controlar o conhecimento sobre essas regiões, por meio da usurpação de artefatos históricos e arqueológicos, e da exportação de seus modelos institucionais e educacionais para essas localidades.

No caso dos estudos referentes à história do Islã, a Grã-Bretanha decerto desfrutou da maior inserção no Oriente (TURNER, 1948: 284). Ela se destacou tanto cientificamente, por meio da abundância de estudos e pela influência de seus cientistas nas pesquisas produzidas pelo mundo, quanto politicamente, ao denominar Oriente Médio (do inglês, *Middle East*) a região que envolvia os territórios que iam do Mar Mediterrâneo até as fronteiras da Índia, principal colônia britânica.

Posteriormente, com a crescente inserção dos Estados Unidos na região, ocasionada pelo seu crescente poder global, e em parte “herdada” do outrora, Império Britânico, os orientalistas anglófonos passam a se dividir entre as escolas britânica e americana, o que, de modo ainda incipiente, gerou estudos um pouco mais diversificados sobre o tema.

Um momento importante para a academia britânica foi a fundação, em 1916, da Escola de Estudos Orientais e Africanos (SOAS), na Universidade de Londres. Os propósitos dessa Escola estão presentes em sua Carta Real: “(...) aprofundar a investigação, e ampliar o

estudo e conhecimento das línguas dos povos orientais e africanos, antigos e modernos, e a Literatura, História, Religião, Direito, Costumes e Artes desses povos”.⁸ Seu desenvolvimento meteórico fez com que, na década de 1940, essa escola tivesse sete departamentos e cerca de cem pesquisadores, entre professores e palestrantes, além de cerca de mil alunos por ano (TURNER, 1948: 285). Inúmeros pesquisadores que são considerados referência tanto da escola britânica, quanto da norte-americana, e que serão estudados nessa pesquisa, tiveram formação intelectual na citada escola, ou foram nela docentes.

Já evidenciando os planos norte-americanos de expansão do seu poder além de suas fronteiras, bem como retomando a “herança” britânica, os Estados Unidos formam ao final do século XIX, mais precisamente no ano de 1842, a Sociedade Oriental Americana (do inglês *American Oriental Society*), que tinha por objetivo estimular a pesquisa nas áreas de línguas e literatura asiáticas. Posteriormente, passou a ampliar o seu espectro de preocupações, incluindo todos os povos orientais, e aumentando o leque de disciplinas estudadas, incluindo filosofia, paleontologia, arqueologia etc. Esse pensamento é evidenciado na própria apresentação da Sociedade: “Todos os estudantes sinceros do homem e seu trabalho na Ásia, em qualquer período da história são bem-vindos como membros”⁹.

Desse modo, grande parte do pensamento ocidental sobre a história inicial árabe-islâmica ficou fortemente atrelada a uma visão de mundo britânica e norte-americana, assumindo uma participação menor de outros ambientes intelectuais europeus, como o francês e o alemão. Nesse sentido, em decorrência da grande inserção dessas escolas no pensamento ocidental como um todo e, em parte, do pensamento oriental, a pesquisa focará na análise dessas escolas. Frente a isso, nesse capítulo, será apresentada parte importante da literatura produzida na Grã-Bretanha e nos Estados Unidos. Foram selecionados os trabalhos mais

⁸ Tradução livre de: *To further research in, and to extend the study and knowledge of the languages of Eastern and African peoples, Ancient and Modern, and the Literature, History, Religion, Law, Customs and Art of these peoples.* (TURNER, 1948: 285)

⁹ Tradução livre de: *All sincere studentts of man and his work in Asia, at whatever period of history are welcomed to membership.* Extraído de: www.umich.edu/~aos/

influentes e inovadores, levando em consideração a frequência com que foram citados em outras publicações, e pelas questões relevantes que apresentaram. Assim, estarão presentes os trabalhos de Julius Wellhausen, Alfred Guillaume e Franz Rosenthal, pioneiros na pesquisa e tradução sobre a história árabe-islâmica, e que ajudaram a fundar os principais centros de pesquisa sobre o tema. Excetuando a tradução feita por Rosenthal da obra de Ibn Khaldun, utilizada nesta pesquisa, os demais títulos serão citados, normalmente a partir da referência feita por outros autores. Por exemplo, a obra da norte-americana Patricia Crone, a qual será muito utilizada nessa pesquisa, terá como grande influência as pesquisas de Julius Wellhausen e as traduções feitas por Alfred Guillaume.

Além disso, alguns autores serão citados pelas suas contribuições com questionamentos exclusivamente pertinentes a esta pesquisa, como me parece ser o caso de Ignaz Goldziher e de Aloys Sprenger, que apresentaram questões metodológicas relevantes. Além disso, os autores pesquisados apresentaram contribuições importantes nos estudos dos fatores incidentes sobre a expansão islâmica, estudados nessa tese. Outras áreas de conhecimento, como a jurídica, receberam contribuições de autores que não terão destaque nessa pesquisa, já que são apenas relevantes à sua maneira, e não no contexto desta tese.

1.1 A DELIMITAÇÃO DE UM CAMPO DE ESTUDO

Ao se estudar a ascensão de Maomé, pode-se observar três tradições de pensamento. A primeira formada pelos historiadores e filósofos árabes e cristãos (armênios e sírios), que realizaram as pesquisas iniciais sobre a ascensão de Maomé e sobre a formação do Islã. A partir da tradução dos escritos dos autores dessa tradição é que as demais foram sendo elaboradas. Ao longo do texto, essa tradição será denominada “tradição antiga” e não será objeto de profundo estudo nessa pesquisa. Será tratada apenas com o objetivo de situar o leitor, demonstrando que a maior parte dos estudos sobre o momento inicial do Islã assenta-se

sobre essa tradição.

A segunda tradição foi formada pela escola orientalista inglesa e altamente difundida no meio acadêmico internacional, em especial, ocidental. A difusão dessa escola é tão grande, a ponto de ter influenciado parte do pensamento oriental, em especial o indiano. Da mesma forma teve grande impacto nos estudos realizados no Brasil. Uma das poucas dissertações escritas sobre o momento inicial da formação do Islã, *O profeta e a Umma: a formação da comunidade político-religiosa de Medina no séc VII*, de Daniele Sandes da Silva, se sustenta nos autores clássicos dessa corrente, como Bernard Lewis, o qual aparece com nove livros em sua bibliografia.

A influência sobre o pensamento indiano não é por acaso. Essa historiografia tradicional tem como raízes o pensamento orientalista inglês, impulsionado pelo imperialismo britânico e por sua extensão por diversas regiões do globo. O embate indiano sobre as instituições muçulmanas e as “modernas” instituições ocidentais (isto é, britânicas) impulsionaram o resgate da história islâmica, por meio da tradução de pensadores árabes e da investigação de fontes armênias e bizantinas¹⁰.

A terceira tradição seria representada pelo revisionismo dessa segunda corrente e por escritos elaborados por autores fora do eixo Inglaterra-França, e que tiveram pouca inserção na discussão orientalista, apesar de terem sido fortemente influenciado por ela. Nesse contexto se destacam os norte-americanos.

1.2 TRADIÇÃO ANTIGA¹¹

As informações primárias e primordiais sobre o Islã foram obtidas por meio de duas fontes. A primeira formada pelo *hadith*, que representaria um conjunto de histórias, transmitidas de forma oral sobre a vida de Maomé e sobre os anos subsequentes à sua morte.

¹⁰ Para mais informações sobre o pensamento indiano vide Zaman (1994).

¹¹ Para se visualizar melhor essas tradições e a influência entre elas vide anexo.

Parte do Corão e da Charia são baseados nesses escritos, os quais apresentam uma peculiaridade que são as chamadas *cadeias de autoridades (Isnad)*: em todo texto opiniões são expressas e atribuídas a uma cadeia de emissores, ao qual é lançada a responsabilidade pela veracidade da informação, em cadeia (A atesta fatos de acordo com o que foi dito por B, que por sua vez foi informado por C) (ROBINSON, 2003: 15-17). Esse conjunto de histórias foi sendo arrumado e organizado ao longo do tempo e formou a fonte principal do que será denominado por “tradição antiga”.

Essa tradição pode ser subdividida em duas correntes. Uma composta por armênios e bizantinos, muitos deles cristãos, que relataram a ascensão do islamismo, tendo sido até, em alguns casos, testemunhas desse movimento. Essa tradição surge no século VII. A segunda tradição seria representada pelos escritos árabes sobre esse momento; essa foi de maior influência sobre os autores ocidentais do século XIX e XX e, por isso, receberá aqui maior atenção.

Um dos principais escritos desse contexto seria a própria elaboração do Corão, cuja finalização é atribuída ao período do califado de Uthman ibn Affan (22-34/644-656). Outros escritos de importância dessa tradição foram elaborados entre o século VIII ao X. O principal marco desse contexto são as biografias e análises sobre a formação do islamismo, cujos principais nomes são: Muhammad ibn Ishaq ibn Yasar, conhecido como Ibn Ishaq, o qual elaborou em 151/773¹² a primeira biografia de Maomé, conhecida como *Sirat Rasul Allah* (Caminho do Mensageiro de Alá); Abu Ja'far Muhammad ibn Jarir al-Tabari (224-310/838-923), conhecido como Al-Tabari, escreveu uma coletânea de livros sobre a história islâmica conhecida como *Tarikh al-Rusul wa al-Muluk* (História do Profeta e dos Reis), ou simplesmente, *Tarikh al-Tabari*; pode-se elencar, ainda, Abu Muhammad 'Abd al-Malik bin Hisham, mais conhecido como Ibn Hisham, responsável por editar a biografia de Maomé

¹² Possível ano de produção de seus escritos; em alguns textos, a data é sugerida como a de sua morte.

escrita por Ibn Ishaq (ROBINSON, 2003: 25). É válido ressaltar que a obra de Ibn Ishaq está perdida, então a única forma de saber sobre os seus escritos é por meio das revisões de Ibn Hisham e Al-Tabari.

Além desses, vale ressaltar a contribuição de Ibn Sa'd al-Baghdadi (168/784 – 230/845), comumente chamado de Ibn Sa'd ou Katib ul-Waqidi. Esse segundo nome de Ibn Sa'd significa “secretário de Waqidi”. Al-Wadqidi foi um influente historiador árabe que viveu em Medina entre 130/738 e 207/822. Sua principal obra é *Kitab alTarikh wa al-Maghazi* (Livro de Histórias e Campanhas). Seus escritos teriam influenciado, além do seu secretário, Ibn Ishaq. Alguns autores¹³ argumentam que suas obras apresentam dados questionáveis, principalmente por conter fatos que aconteceram posteriormente a sua morte. Apesar disso, é considerado por alguns como a segunda principal referência sobre Maomé, depois de Ibn Ishaq (ABBOTT, 1968: 865). Ibn Sa'd pode ser considerado, junto de seu mentor, Al-Waqidi, um dos primeiros historiadores árabes. Sua principal obra é uma coletânea de livros denominada *Kitab Tabaqat al-Kubra* (“Livro das Grandes Classes”), no qual constam informações biográficas sobre as principais personalidades islâmicas do contexto histórico de ascensão de Maomé. O seu livro servirá de base para a biografia de Ibn Ishaq.¹⁴

Por fim, é válido ressaltar a importância de Ibn Khaldun (732-808/1332-1406). Diferente dos demais historiadores citados, a pesquisa trabalhará com conceitos e análises desse autor. Apontado como um dos principais filósofos árabe-islâmico, Khaldun é considerado precursor de diversas disciplinas como a Sociologia¹⁵. Em sua obra *The Muqaddimah*, que será usada nesse trabalho, ele propõe a escrita de uma história universal

¹³ Principalmente Aloys Sprenger e Ignaz Goldziher, cujas contribuições serão apresentadas mais adiante.

¹⁴ Para maiores informações sobre a tradição antiga vide: NEWBY, Gordon Darnell. *The Making of the Last Prophet: A Reconstruction of the Earliest Biography of Muhammad*. Columbia: University of South Carolina Press, 1989; JONES, Marsden. *The Kitab Al-Maghazi of Al-Waqidi*. New York: Oxford University Press, 1966.

¹⁵ Para mais informações sobre a vida e importância da obra de Ibn Khaldun vide ARAÚJO, Richard Max de. *Ibn Khaldun: o estudo de seu método à luz da ideia de decadência do Ocidente muçulmano medieval*. Dissertação defendida em 2004, pelo Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade de Campinas.

dos árabes, trabalhando com aspectos econômicos, filosóficos, geográficos etc.

Esses autores tem em comum o fato de adotarem uma metodologia de análise que será a base dos primeiros estudos ocidentais sobre o Islã. Esses primeiros historiadores apresentavam como objeto principal de análise a carreira de Maomé como profeta de Deus. Esse fato explica a grande quantidade de biografias escritas sobre Maomé, como demonstra as obras de Ibn Ishaq e Ibn Hisham (ROBINSON, 2003: 11). Além disso, pode-se identificar a conquista e a guerra civil como temas recorrentes de suas análises (ROBINSON, 2003: 18). Para esses pensadores, o Corão era a palavra de Deus, não de Maomé. Por isso, eles não questionavam a veracidade dos escritos corânicos (HESS, 1976: 790).

O objetivo principal desses autores eram coletar e juntar toda a *hadith* existente sobre o Islã. Eles tentaram reconstruir eventos que os primeiros muçulmanos (*hadith*) tinham dado pouca importância (ROBINSON, 2003: 12). Munidos desse material, esses historiadores procuraram escrever sobre *toda* a história. Os fatos que não eram lembrados por eles ou não estavam presentes na *hadith*, nem no Corão, eram complementados por meio de lendas e mitos (ROBINSON, 2003: 11; HESS, 1976: 790). Isso demonstra uma característica da literatura produzida por esses autores. Em seus textos existe a dificuldade de se compreender o que é ficção e o que não é ficção. Outra característica que estará presente nesses trabalhos é a sua homogeneização. Diferentes livros, frequentemente, falam sobre o mesmo assunto, da mesma forma (ROBINSON, 2003: 18)

Um aspecto relevante sobre esses pesquisadores era a sua compreensão de um trabalho histórico. Para a maior parte dos historiadores islâmicos, a História não era para ser testada, provada ou explicada. Normalmente, o objetivo de um pesquisador que escreve esse tipo de trabalho era ensinar para inspirar a ação dos homens por meio da ilustração ou do exemplo (ROBINSON, 2003: 12).

Outra característica dessa tradição reside no fato de não haver diferenças regionais de

pensamento. Distintamente do que acontece com o pensamento islâmico atual, no qual se pode encontrar diferenças entre os historiadores iranianos e turcos, na tradição antiga a diferença residia entre o pensamento da “Casa do Islã” e o da “Casa da Guerra” (HESS, 1976: 790). A primeira Casa simbolizava a produção intelectual feita dentro do Império Árabe-Islâmico e a segunda a realizada por intelectuais fora desse ambiente geográfico.

Essa situação não ocorreu por acaso. Parte significativa da produção intelectual realizada por essa tradição antiga foi resultado da criação da “Casa da Sabedoria” (do árabe *Bay al-Hikma*), pelo califa Harun Al-Rashid (164-187/786-809). Ele e seus sucessores motivaram a presença de pensadores de diversas áreas em Bagdá, onde se localizava essa Casa. Assim, esses homens de ideias eram incentivados a traduzir obras, como as de Aristóteles, e nesse centro de estudos a troca de conhecimento colaborou para dotar a tradição antiga de uma certa unidade de pensamento.

Apresentado isso, parte-se para investigar uma segunda parte da historiografia sobre Maomé e a formação do islamismo, que se compreende por Orientalismo; nessa tese ele englobará parte do pensamento que será denominado “tradicional”, produzido na Inglaterra, principalmente pela Escola de Estudos Orientais e Africanos (SOAS), e que marcou o período que vai do século XIX até o final da Segunda Guerra Mundial (1945)

1.3 ORIENTALISMO

Antes de se adentrar nessa tradição, é relevante delimitar o que a pesquisa compreende por “Orientalismo”. Nesse contexto, é inevitável trazer a visão de Edward Said. Em seu livro “Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente”, o autor apresenta três definições para o conceito de Orientalismo, partindo de uma concepção marxista e culturalista da história. Sua primeira definição propõe que *orientalista* seja acadêmico que tem como principal objeto de pesquisa o grande mundo definido geográfica e ideologicamente como Oriente. Essa terminologia vem perdendo espaço, mas Said observa algo relevante e que estará presente

nessa tese:

“mesmo que não sobreviva como antigamente, o orientalismo continua a viver academicamente através de suas doutrinas e teses sobre o Oriente e o oriental.” (SAID, 1996: 14)

A segunda definição de Said engloba a concepção do orientalismo como “um estilo de pensamento baseado em uma distinção ontológica e epistemológica feita entre 'o Oriente' e (a maior parte do tempo) 'o Ocidente'” (SAID, 1996: 14). Nesse sentido, os pesquisadores aceitaram a divisão entre Ocidente e Oriente e estabeleceram nesse contexto o objeto de seus estudos.

Por fim, a terceira definição de orientalismo de Said centra-se em uma perspectiva ideológica. Influenciado por Michel Foucault, Said compreende o orientalismo como uma instituição organizada para “negociar” com o Oriente, por meio do estabelecimento de opiniões sobre ele, colonizando-o e governando-o. Nesse sentido, o orientalismo é uma ferramenta usada para dominar e reestruturar o Oriente (SAID, 1996: 15). Esse movimento ocorre por meio do discurso, e daí a contribuição de Foucault e que será também analisada, posteriormente por Wallerstein, em “O universalismo europeu: a retórica do poder”. É essa a definição que Said irá aprofundar.

Os estudos que serão analisados, nessa tese, têm mais relação com a primeira e a terceira definição apresentada por Said. Assim, nessa pesquisa será compreendido por *orientalista* todo pesquisador que tem como objeto principal de estudo o mundo oriental, no caso específico, o momento do surgimento do Islã, seguindo a primeira definição de Said. Complementando esse pensamento, o aspecto ideológico, como apresentado em sua terceira definição, aparece ao se observar que parte do pensamento elaborado sobre o momento inicial do Islã está permeado por questões ideológicas voltadas para se estabelecer opiniões sobre o “Oriente”.

Definido o que se compreende por orientalismo parte-se agora para a apresentação das

duas outras tradições de pensamento sobre a formação do islamismo e a ascensão de Maomé, situando-as em seu contexto histórico e científico.

1.3.1 Pensamento Tradicional

O pensamento ocidental foi influenciado pelas traduções pioneiras feitas por Alfred Guillaume (1888-1966) e Julius Wellhausen (1844-1918)¹⁶. Pesquisador britânico, Guillaume desenvolveu as suas pesquisas na Universidade de Oxford, onde se formou em Teologia e Línguas Orientais. Escreveu diversos trabalhos sobre o islamismo, mas a sua obra mais influente foi a tradução da biografia de Maomé escrita por Ibn Ishaq. Como essa obra se encontrava desaparecida, essa tradução foi realizada de forma indireta, por meio dos escritos de Ibn Hisham, com algumas contribuições dos livros de Al-Tabari e Ibn Sa'd.

Protestante, Julius Wellhausen foi especialista em textos religiosos, dentre eles a Bíblia e a Torá. A partir desses estudos passou a pesquisar sobre os deuses pré-islâmicos e a formação inicial do islamismo. Seu foco era, primordialmente, a análise de aspectos religiosos, como a forma como os deuses eram compreendidos pelos crentes. Suas pesquisas servirão de referência para diversos autores, independentemente da tradição seguida.

Alfred Guillaume personifica o que será a tônica dos estudos ocidentais desse pensamento tradicional. Os primeiros ocidentais que estudaram sobre o mundo islâmico seguiram o mesmo modo de pesquisar e os temas analisados pelos filósofos da tradição antiga. Assim, eles não romperam com o estudo centrado nas obras religiosas. Para entendê-las, os estudiosos tradicionais focaram no aprendizado de línguas antigas, visando, também, trazer ao mundo ocidental as traduções dessas obras (HESS, 1976: 792).

Essa tradição perpassou o século XX, podendo encontrar exemplos durante a década de 1970 de obras, cujo foco seria o papel do Islã na construção da sociedade árabe, como no livro *Classical Heritage in Islam* de Franz Rosenthal, o qual procurou estabelecer uma ligação

¹⁶ Os principais trabalhos desses autores estão disponíveis em: archive.org

entre a antiguidade clássica e o Islã, mostrando como a “civilização” islâmica criativa fez uma nova síntese, na qual a herança grega foi fundida com outros elementos culturais (HESS, 1976: 792), seguindo uma tendência que liga o sucesso islâmico à sua capacidade de adaptação. Esse tipo de tema e análise estará presente nessa pesquisa. Um dos fatores que pode ter influenciado o avanço islâmico foi a sua capacidade de adaptação à novas situações, e de adoção das instituições e do conhecimento dos povos conquistados.

Judeu alemão, Rosenthal foi um dos grandes tradutores desse pensamento tradicional. Entre as suas grandes obras está a tradução do livro do, já citado, filósofo Ibn Khaldun “The Muqaddimah”.

1.3.1.1 Além do método

*“Ah! Ah! O senhor é persa? Que coisa extraordinária!
Como é possível ser persa?”
Montesquieu em Cartas Persas*

Wellhausen, Guillaume e Rosenthal personificam em seus estudos o método que servirá de base para a elaboração de produções acadêmicas sobre o contexto inicial de formação do Islã. Com mais profundidade, as obras de Wellhausen e Guillaume são marcadas pelo que será chamado nessa tese de “conservadorismo metodológico”. Esse conservadorismo permeará, com nuances diferentes, os estudos sobre esse contexto, ao longo do século XIX e XX, tanto na Inglaterra quanto nos Estados Unidos.

Esse conservadorismo estava diretamente atrelado ao conhecimento de línguas e à adoção dos escritos da tradição antiga como *única* fonte confiável de conhecimento. No caso dos estudos orientalistas, esse conservadorismo era tão presente, que aqueles pesquisadores que iam além das fontes não tinham os seus trabalhos devidamente reconhecidos, como foi o caso de Ignaz Goldhizer e Alloys Sprenger, os quais serão apresentados adiante. Assim, os cientistas orientalistas focavam suas pesquisas, principalmente, nas traduções de manuscritos, no aprendizado das línguas orientais e na “sabedoria herdada”, ou seja, todo o conhecimento

produzido, previamente, teria mais validade do que os atuais. Desse modo, os historiadores ocidentais pesquisavam e pensavam como os *ulama*¹⁷ (HESS, 1976: 793).

Exemplos desse comportamento estão presentes nas obras de Hamilton Alexander Gibb (1895-1971), Gustav von Grunebaum (1909-1972) e Marshall Goodwin Simms Hodgson (1922-1968). Eles adotaram, em suas obras, uma discussão holística para as civilizações que estudaram, demonstrando que haveria uma unidade (harmônica) na civilização islâmica. Para tanto, eles evitaram assuntos políticos e econômicos e focaram na importância cultural da elite. Essa metodologia gerou livros grandes, com temáticas abrangentes, normalmente separados por volumes¹⁸ (HESS, 1976: 793).

Essa generalização irá de encontro a textos produzidos, ao longo do século XX, que propuseram uma “quebra” da unidade do Império Árabe-Islâmico. Os principais exemplos dessa tendência são os livros de Philip Hitti (1886-1978), *Capital Cities of Arab Islam* (1973), no qual o autor apresenta a história árabe-islâmica por meio da história das cidades e trabalha com a instituição social desse ordenamento, e de Julius Wellhausen, *Religio-Political Factions in Early Islam*, o qual baseia-se na visão de um permanente conflito dentro do Império (HESS, 1976: 794;798).

Outro fator que permeia esse conservadorismo é a religião enquanto tema central. Essa característica vem perdendo espaço como a própria observação de Bernard Lewis ilustra: “o papel da religião nas conquistas é sobrevalorizado pelos escritores antigos e tem sido, talvez, subestimado por alguns autores modernos” (LEWIS, 1970: 65). Essa observação pode ser explicada pelo fato de que alguns desses pesquisadores serem teólogos por formação, como o caso de Guillaume, ou terem tido forte influência da religião em suas escolhas profissionais, como o caso do protestantismo de Wellhausen, o puritanismo de Hodgson ou o judaísmo de

¹⁷ No caso, ulama refere-se a uma elite de muçulmanos que pesquisavam sobre a história islâmica, durante o Império Árabe-Islâmico. No árabe essa palavra significa acadêmico e, engloba todos os pesquisadores que haviam estudado sobre as disciplinas islâmicas.

¹⁸ Como o caso da *Encyclopaedia of Islam*.

Rosenthal. Assim, muitos cientistas tiveram contato com o mundo islâmico começando com estudos bíblicos ou foram defrontados com o ensinamento do mundo islâmico em decorrência das pluralidades das academias, como o caso de Guillaume que estudou teologia no departamento de *Theology and Oriental Studies* da Universidade de Oxford ou o caso de Gibb que cursou na Escola de Estudos Orientais e Africanos, da Universidade de Londres, anteriormente citada. Esses centros têm disciplinas em diversas áreas de conhecimento, o que faz com que o aluno aprenda além das línguas orientais, filosofia, cultura, arte etc.

A origem desse tradicionalismo remete ao próprio contexto científico em que os estudos orientalistas surgem. A atração pelo Oriente passa a ganhar mais adeptos no Ocidente com o começo das Grandes Navegações, com o estabelecimento de colônias nas regiões da Ásia e Oriente Médio e a construção de uma retórica universalista pelos europeus (WALLERSTEIN, 2007: 27). Concomitante, na Europa ocorre o processo de transformação da ciência por meio do Iluminismo e a busca de explicação dos fenômenos por meio da razão. Até o século XIX presenciou-se um período de “pesquisa de campo”. Os cientistas iam até as colônias procurando pesquisar, *in loco*, sobre as culturas desses países e trazendo para as metrópoles artefatos de suas histórias. Como exposto previamente, um momento marcante desse contexto foi a ida de tropas napoleônicas para o Egito e a descoberta da Pedra de Roseta e sua subsequente tradução feita pelo francês Jean-François Champollion (1790-1832).

Ao longo do século XIX os europeus entram mais em contato com as populações colonizadas, e nesse século elas passam a ser chamadas de “civilizações avançadas”¹⁹. Como até o século XVIII, em sua maioria, as metrópoles não tinham condições de se impor militarmente, não definiam ao certo o que poderiam pensar sobre esses territórios. Só que o progresso na dominação e a crescente disparidade econômica e militar fez com que as metrópoles começassem a ampliar o espectro da sua dominação, abarcando também o

¹⁹ Não eram todas as colônias que usufruíam desse título. No caso, ele englobava os territórios da China, Índia, Pérsia e Império Otomano (WALLERSTEIN, 2007: 64).

domínio cultural e científico. Como observa Wallerstein,

“a dominação, ao contrário do mero contato, não tolera idéias de paridade cultural. O dominante precisa sentir que se justifica moral e historicamente como grupo dominante (...) Assim, a curiosidade e a vaga sensação de se poder aprender alguma coisa no contato entre os europeus e as chamadas civilizações avançadas deram lugar à necessidade de explicar por que essas regiões deveriam ser política e economicamente subordinadas à Europa, embora fossem consideradas civilizações ‘avançadas’.” (WALLERSTEIN, 2007: 65-66).

Esse pensamento está atrelado a modificações nas relações político-econômicas entre a metrópole e a colônia, como pode ser observado pela oficialização pelo governo britânico da “missão da Grã-Bretanha”, responsável por levar os valores, cultura e as instituições britânicas para as suas colônias (FERGUSON, 2010: 186). Além disso, esse pensamento está atrelado a novas teorias e formas de se pensar, como o evolucionismo, o qual influenciou as Ciências Sociais com a ideia da história como algo linear, que levaria a um fim último. Essa linearidade era atrelada a ideia de Progresso e o fim último à Modernidade conquistada pelos europeus.

Nesse contexto, Wallerstein (2007) observa que o orientalismo surge como um discurso de legitimação e dominação das metrópoles europeias. De acordo com ele, para os europeus, só a civilização europeia, assentada sobre bases greco-romanas, poderia levar a modernidade. As outras civilizações, por algum motivo, tinham parado a sua trajetória em algum ponto que as impediram de seguir até esse estado e, nesse cenário, só um ator externo (leia-se, metrópoles europeias), poderiam levar o progresso e a modernidade a esses povos (WALLERSTEIN, 2007: 66).

Influenciado por essas teses, os orientalistas elaboraram os seus estudos. De acordo com Wallerstein (2007) eles formavam um grupo seletivo que tinha a missão de aprender línguas difíceis, para os padrões europeus, e de ler textos densos e culturalmente distantes, visando compreender o que os orientais pensavam do mundo e de si mesmos. Frente a isso, os orientalistas formavam um grupo pequeno, praticamente todos eram europeus ou norte-

americanos (WALLERSTEIN, 2007: 66-67).

Essas características dos orientalistas e da forma como faziam a sua ciência se perpetuou ao longo do século XIX e XX, o que inibiu uma certa experimentação e deixou a história islâmica longe das correntes intelectuais mais dinâmicas, que surgirão ao final do século XX, entre os historiadores ocidentais.

1.3.1.2 A questão Sprenger-Goldziher

Ao falar sobre o pensamento antigo um parêntese pode ser feito. O historiador austríaco Alloys Sprenger (1813-1893) foi o primeiro, no Ocidente, a diagnosticar o problema de autenticidade das tradições (*hadith*). Seus estudos foram seguidos pelo húngaro Ignaz Goldziher (1850-1921). Sprenger foi professor de línguas orientais nas Universidades de Beine e de Heidelberg. Em 1836 mudou-se para a Inglaterra onde serviu como intérprete oficial da Secretaria da Sociedade Asiática de Calcutá. Seus estudos focaram na tradução e análise das fontes existentes sobre a vida de Maomé. Em decorrência do descrédito atribuído às fontes, Sprenger não teve o seu trabalho reconhecido pelos muçulmanos. Suas principais conclusões sobre esse tema estão nos livros “*A vida e os ensinamentos de Maomé*” (1869)²⁰.

Goldziher foi um dos pioneiros no estudo sobre teologia e história islâmica no Ocidente. Por ser judeu e ter parte de sua obra escrita em húngaro e alemão, suas pesquisas foram deixadas em segundo plano, tendo dito um destaque restrito ao contexto da década de 1920, em decorrência de sua morte. Professor da Universidade de Budapeste, Hungria e membro da Sociedade Americana Oriental (do inglês, *American Oriental Society*) e da Sociedade Real Asiática da Grã-Bretanha e Irlanda (do inglês, *Royal Asiatic Society of Great Britain and Ireland*, que frequentemente será identificada pela sua sigla SOAS, em inglês), Goldziher teve uma atuação importante na tradução de obras antigas e no intercâmbio de

²⁰ Tradução livre de “Das Leben und die Lehre des Mohammad”. Esse livro está disponível no site: <http://www.answering-islam.org/Books/Sprenger/Leben1/index.htm>

ideias, tendo participado do Congresso de Islamistas de 1894 e contribuído para diversas publicações como a revista da *Royal Society* acima citada e da *Encyclopaedia of Islam* (GOTHEIL, 1922: 189).

Ao longo de suas pesquisas sobre as tradições sagradas (*hadith*), Goldziher observa que as tradições do Profeta e de seus companheiros, escritas ao longo de três séculos após a morte de Maomé, não contém informações mais ou menos autênticas do período inicial do Islã que seus autores afirmam ter. Ao contrário, elas refletiriam as opiniões e interesses de seus autores (SCHACHT, 1949: 143; BEVAN, 1922: 144).

O livro de Goldziher que apresenta essas conclusões, *Conferências sobre o Islã*²¹, foi lido por expoentes do pensamento sobre história islâmica, como Alfred Guillaume, o qual afirmou que “Goldziher foi o Wellhausen dos estudos islâmicos”²², em referência a outro pioneiro dos estudos sobre Islã, Julius Wellhausen e Bernard Lewis, o qual adicionou notas na versão inglesa de “Introdução à Teologia Islâmica”²³, de 1982 (SMITH, 1982: 182).

A visão de A. N. Poliak, o qual afirmou que as “tradições islâmicas são um amontoado de visões contraditórias formulados em períodos incertos e por pessoas desconhecidas” (POLIAK, 1940: 52) é exagerada e não corresponde à questão apresentada por Sprenger e Goldziher. É válido ressaltar que Sprenger e Goldziher estavam pesquisando antes da exploração do material epígrafo do sul da Península Arábica (SMITH, 1982: 182).

Apresentado isso, parte-se para a investigação de um desdobramento da segunda corrente da historiografia sobre Maomé e a formação do islamismo, que denominaremos por Neo-Orientalismo. O contato com novos métodos e novas teorias de história, além do aumento da influência da Academia norte-americana, geraram um debate sobre os estudos orientalistas, mas que, na prática, pouco influenciaram para o surgimento de novas formas de se pensar sobre o surgimento do Islã. Nesse contexto o Neo-Orientalismo aparece como uma

²¹ Tradução livre de *Vorlesungen über den islam*

²² Tradução livre de “*Goldziher was the Wellhausen of Islamic Studies*” (GUILLHAUME, 1926: 353)

²³ Tradução livre de “*Introduction of Islamic Theology*”.

proposta de revisão do orientalismo, mas que se assenta sobre as mesmas bases do orientalismo clássico.

1.3.2 Novo contexto e novos métodos

Em 1947, o relatório elaborado pela Comissão Scarborough²⁴ sugeriu uma mudança no orientalismo na Grã-Bretanha. O documento estabelecia uma crítica ao “eurocentrismo” que marcou as pesquisas orientalistas, afirmando que os estudos feitos na Grã-Bretanha não haviam acompanhado os que estavam sendo realizados na França, Alemanha, Itália, Holanda, União Soviética e Estados Unidos, o que seria inconcebível frente a “situação de uma grande potência, [algo inadequado] para as (...) responsabilidades imperiais”²⁵ da Grã-Bretanha e propunha o incentivo de “estudos modernos” (ABDEL-MALEK, 1963: 115).

Essa declaração evidencia as mudanças que acontecerão no estudos orientalistas ao final da Segunda Guerra (1945). A partir desse momento, o campo dos estudos orientais se amplia e se aprofunda, ganhando destaque crescente nas universidades norte-americanas (WALLERSTEIN, 2007: 67). Esse período é marcado pela consolidação da hegemonia norte-americana no mundo Ocidental, o que se reflete em suas universidades. Além disso, ao longo da Segunda Guerra os Estados Unidos atraíram diversos cientistas, entre eles, alguns orientalistas alemães, que impulsionaram os estudos sobre Maomé e o Império Árabe-Islâmico nos Estados Unidos.

Outro contexto que influenciou na revisão do orientalismo foram as revoluções anticolonialistas contra o controle ocidental na Ásia e na África (WALLERSTEIN, 2007: 67). Em particular, no mundo árabe e islâmico passaram a emergir ideias sobre nacionalismo e união entre os povos que iam de encontro aos ideais preconizados pelos orientalistas, até então, e apresentando uma postura anti-Occidente (HESS, 1976: 789). Nesse contexto o

²⁴ Comissão criada pela *School of Oriental and African Studies*.

²⁵ Tradução livre de “*situation of a great power, and is not adequate to our imperial responsibilities*”

conservadorismo que permeia os estudos sobre islamismo se defronta com uma nova realidade quando novas teorias adentram no pensamento histórico. O advento do nacionalismo²⁶, do marxismo e do reformismo, que emergiram tanto no Oriente Médio quanto no Ocidente (ABDEL-MALEK, 1963: 104), passaram a questionar sobre o passado, o que havia sido evitado pelos autores anteriores, centrados na confiabilidade das fontes. Nesse cenário emergem artigos e livros apresentando a vertente ideológica do orientalismo, centrada na construção de um discurso legitimatório da dominação do Ocidente sobre o Oriente. Dois exemplos evidenciam isso, o artigo de Abdel-Malek, “Orientalismo em Crise”²⁷, escrito em 1963 e o livro, já citado, de Edward Said, “Orientalismo”.

Ambos os pensadores são árabes de nascimento, Abdel-Malek é egípcio e Said, palestino, e imigraram para países que são referências do Orientalismo. No caso de Said, ele migrou para os Estados Unidos, no caso de Abdel-Malek, para a França. Ambos seguem a corrente marxista em seus estudos, Said apresentando uma vertente mais culturalista, e Abdel-Malek mais política. Em suas obras eles procuram analisar a vertente ideológica do Orientalismo, analisando os autores e as produções escritas, como demonstra Said, o qual foi um dos principais opositores de Bernard Lewis, tendo devotado parte do seu livro “Orientalismo” para desmistificar a obra e, principalmente, a atuação política desse autor.

1.3.2.1 Neo-orientalismo

Apesar do surgimento dessas novas formas de pensar, o conservadorismo se manteve arraigado na escola britânica, tendo reflexos nos departamentos das universidades, onde o ensino de línguas é obrigatório, e nas obras escritas até a atualidade. Apesar disso, mudanças no objeto de estudo podem ser observadas, principalmente nos novos centros de pesquisa.

²⁶ O advento dos estudos sobre nacionalismo estão atrelados ao próprio contexto histórico pelo qual os países árabes e islâmicos passam. A partir da década de 1950 proliferaram os processos de independência pelo norte da África e movimentos nacionalistas, como o de Nasser no Egito, angariaram cada vez mais destaque na política nacional desses países. A História Nacional teve grande influência na Turquia e no Irã.

²⁷ Tradução livre de *Orientalism in Crisis*.

Essas mudanças serão denominadas por Abdel-Malek (1963) por “neo-orientalismo”.

Apesar dessa ênfase na língua, os autores deixam de ser teólogos e/ou linguísticas (apesar do contínuo domínio dos pesquisadores, já “consagrados”) e passam a ser economistas, historiadores, juristas, ou seja, diversas modalidades das ciências sociais. A ênfase na linguística é deixada à margem, assim como o seu conservadorismo metodológico, e o foco passa a ser a economia (ABDEL-MALEK, 1963: 115), questões militares, sociais etc.

Dois pesquisadores evidenciam essa tendência. Patrícia Crone e Hugh Kennedy elaborarão trabalhos com temáticas específicas visando rever as pesquisas feitas até então sobre os fatores que influenciaram no sucesso da empreitada maometana. É válido ressaltar que esses autores não romperam, por completo, com o *modus operandi* do conservadorismo metodológico: eles continuaram baseando-se nas fontes e/ou escrevendo suas pesquisas na forma de narrativas sob intensa lógica cronológica.

Discipulo de Fred Donner, orientalista clássico, Hugh Kennedy é professor de Árabe na Escola de Estudos Orientais e Africanos (SOAS), em Londres²⁸ e de História na Universidade de St. Andrews, ambas no Reino Unido. Seguindo a nova tendência, focou seus estudos na análise da política e dos fatores militares como aspectos relevantes para a formação do Império Árabe-Islâmico. Seus principais livros, e que serão utilizados nessa pesquisa, são: *As Grandes Conquistas Árabes: Como a Propagação do Islã mudou o Mundo que nós vivemos* e *Os Exércitos dos Califas*²⁹. Nesta mesma seara se destaca Patrícia Crone. Tendo sido orientada por Bernard Lewis, o pensamento de Crone apresenta certos aspectos da escola orientalista clássica, como a busca constante nas fontes documentais, de explicações sobre os acontecimentos. Foi justamente a partir dessa busca que ela desenvolveu as pesquisas que geraram o livro *Comércio de Meca e o Surgimento do Islã*³⁰, o qual aborda uma linha

²⁸ Informação extraída da página da SOAS: <http://www.soas.ac.uk/staff/staff36939.php>

²⁹ Tradução livre de *The Great Arab Conquests: How the Spread of Islam Changed the World we Live in e The Armies of Caliphs*

³⁰ Tradução livre de *Meccan Trade and the Rise of Islam*. Patricia Crone tem uma vasta bibliografia sobre o tema

diferente da seguida pela escola orientalista clássica. Além de conclusões diferentes, como será apresentado no capítulo II, Crone escreve um livro focando em um único aspecto, no caso, a economia da península arábica, em especial da cidade de Meca, procurando analisar o que havia sido escrito até então.

Outra tendência desse pensamento neo-orientalista são as biografias de Maomé, como um resgate das obras produzidas pela tradição antiga. Pode-se destacar dois livros, *Maomé: uma biografia do Profeta*, de Karen Armstrong e *Maomé*³¹ de Maxime Rodinson, ambos relativamente recentes. A biografia elaborada por Rodinson apresenta um enfoque mais marxista e militarista, focando nos fatores que garantiram o sucesso militar de Maomé. Karen Armstrong usufruirá dessa biografia escrita por Rodinson nos seus escritos, mas a sua obra apresenta um enfoque mais religioso, procurando na própria religião explicações para o sucesso de Maomé e a consolidação do Islã.

Em um âmbito geral, as duas biografias são complementares porque saem de perspectivas diferentes e mesmo assim, apresentam diversos aspectos e fatos em comum. No prefácio de seu livro, Rodinson introduz uma análise das fontes usadas e afirma que apesar dos problemas existentes na confiabilidade das fontes, pode-se identificar certas consistências sobre certos acontecimentos. Pode-se ter dúvida sobre as minúcias da Batalha de Badr (2/624), mas os pesquisadores concordam sobre a sua existência, qual exército foi vitorioso e os resultados alcançados (RODINSON, 1974: 13). Sua preocupação com a história é corroborada pela lista presente ao final do livro, com as bibliografias usadas por ele e o porquê de cada escolha. Pode-se perceber que com relação a Maomé, ele, assim como Armstrong, utiliza-se dos dois volumes escritos por Montgomery Watt (*Maomé em Meca e*

que será abordado nessa tese. Para facilitar a pesquisa focamos no seu livro *The Meccan Trade and the Rise of Islam*, por causa do rompimento que autora faz da tradição orientalista voltada para as análises que atrelam o sucesso de Maomé às mudanças econômicas que aconteceram na cidade de Meca.

³¹ Tradução livre de *Mahomet*.

*Maomé em Medina*³²). Armstrong as usa para contrapor-se à visão de Martin Lings (*Maomé: sua vida baseada nas primeiras fontes*). De acordo com a autora, ela foi escrita para pessoas convertidas, com certo domínio do tema; já a biografia escrita por Rodinson, considera mais cética (ARMSTRONG, 2002: 21).

No seu primeiro capítulo (*Maomé, o inimigo*), Armstrong traça um interessante retrospecto da forma como o Ocidente retratou Maomé, por meio de sua literatura, desde a época medieval até o século XX. Ao longo de sua obra a autora procura desmistificar certos estigmas que ainda pairam sobre a figura de Maomé, e, conseqüentemente, da religião por ele fundada. Ela cita desde Voltaire até orientalistas como Humphry Prideaux e Johann Jakob Reiske, reforçando a ideia trabalhada por Said e Wallerstein, referente ao papel ideológico do orientalismo.

Na Inglaterra, essa tendência de diversificação e renovação do orientalismo foi reforçada pela Comissão Hayter³³ de 1951, a qual buscou no orientalismo nos Estados Unidos o modelo para os novos estudos. (ABDEL-MALEK, 1963: 115).

Essa divisão entre a pesquisa feita nos Estados Unidos e a realizada na Europa esbarra na própria afirmação de Said de que o orientalismo é antes de tudo uma empresa franco-inglesa. De acordo com ele,

“Os americanos não sentem a mesma coisa pelo Oriente que para eles está associado, muito mais provavelmente, ao Extremo Oriente (China e Japão, principalmente). Ao contrário dos americanos, os franceses e os britânicos – e em menor medida os alemães, os russos, espanhóis, portugueses, italianos e suíços – tiveram uma longa tradição daquilo que deveria chamar orientalismo, um modo de resolver o Oriente que está baseado no lugar especial ocupado pelo Oriente na experiência ocidental europeia” (SAID, 1996: 13)

“Histórica e culturalmente, há uma diferença quantitativa, e qualitativa, entre o envolvimento franco-britânico no Oriente e – até o período de ascendência americana após a Segunda Guerra – o envolvimento de todas as demais potências européias e atlânticas.

³² Tradução livre de *Muhammad at Meca e Muhammad at Medina*.

³³ Comissão realizada pela School of Oriental and African Studies, sob a organização do presidente Sir William Hayter.

Portanto, falar de orientalismo é falar principalmente, embora não exclusivamente, de uma empresa cultural francesa e britânica.” (SAID, 1996: 15)

Apesar dessas mudanças, essa nova abordagem não envolvia a leitura de autores fora da tradição europeia e norte-americana. As pesquisas continuaram a ser feitas entre os europeus, como demonstra o livro de Gibb, *Uma Interpretação da História Islâmica*³⁴ (1953), no qual constam 90 referências bibliográficas de autores europeus e apenas uma oriental, de A.E. Afifi. As novas pesquisas desenvolvidas no Oriente Médio e nos Estados Unidos³⁵ apresentam uma perspectiva mais crítica e revisionista, como evidencia os próprios estudos desenvolvidos por Edward Said na Universidade de Columbia.

1.4 POSICIONAMENTO DA PESQUISA

Frente a esses contextos e influenciada por Said, Abdel-Malek, Rodinson e Crone, essa tese tem o objetivo de analisar os fatores políticos, econômicos, sociais e militares, procurando as incongruências nas obras analisadas nessa pesquisa, notadamente as obras escritas em língua inglesa e portuguesa, sem levar em consideração os textos da tradição antiga, mas sim as conclusões dos autores ocidentais sobre essas obras, o que um orientalista clássico poderia considerar uma heresia.

A influência de Said e Abdel-Malek reside em procurar situar esses autores de acordo com suas teorias e influências. Não se procura determinar o aspecto ideológico de suas pesquisas, simplesmente os fatores que influenciaram na conclusão de suas pesquisas, procurando, com isso, encontrar pontos de conexão entre os autores, o que leva a influência de Crone e Rodinson para essa pesquisa.

³⁴ Tradução livre de *An Introduction of Islamic History*.

³⁵ Apesar de importantes nomes do pensamento tradicional terem lecionado nos Estados Unidos, a pluralidade da academia norte-americana fez com que em um mesmo ambiente acadêmico pudesse surgir diferentes vertentes de investigação. Isso explica o fato de Edward Said, Bernard Lewis e Patricia Crone serem professores nos Estados Unidos. Diferente do que aconteceu na academia inglesa, ainda presa ao conservadorismo tradicional.

Essa pesquisa será influenciada pela forma como Crone realiza as suas pesquisas. Apesar de não ser analisada as fontes árabes, será feito um comparativo entre o que foi produzido sobre os temas. Como foi observado previamente, Rodinson (1974) afirma que as fontes são muito duvidosas, mas existem fatos que podem ser afirmados. Desse modo, ao longo dos próximos capítulos, a pesquisa focará nos fatos que apresentam alguma veracidade, o que pode ser comprovado quando autores de tradição distintas afirmam a ocorrência desse fato. A partir disso, será realizada a análise da forma como esses fatos influenciaram e foram influenciados pelos fatores políticos, econômicos, sociais e militares.

Resumindo, nos próximos capítulos, a pesquisa procurará os pontos em comum observados pelos autores orientalistas clássicos e neo-orientalistas e as suas incongruências, visando delimitar uma análise sobre quais os fatores influenciaram na formação do Império Árabe-Islâmico, na ascensão de Maomé e na construção do Islã. Quando esses pontos de contatos não surgirem, serão inferidos a partir de reflexões teóricas. Em consonância com o espírito da Economia Política Internacional (EPI) dois fatores serão privilegiados, o econômico e o político. Em decorrência da natureza militar da expansão, o fator militar também será privilegiado. Essa forma de “olhar” o objeto, por meio da EPI será o ponto de partida da análise desses fatores e atuará interligando as diversas explicações existentes com os fenômenos sociais.

CAPÍTULO II

Tendo situado os autores que estarão presentes nas próximas páginas e suas linhas de pesquisa, a tese passa para uma segunda parte em que serão analisados os fatores que são apontados pela pesquisa como relevantes para o movimento que está sendo estudado. No presente capítulo serão analisados os fatores econômicos e sociais, que são apresentados pelos orientistas clássicos como os mais importantes para se compreender o sucesso de expansionismo árabe-islâmico. No terceiro capítulo serão analisados os fatores políticos e militares, considerados, nessa pesquisa, como relevantes para a compreensão do expansionismo maometano. Essa divisão foi baseada na própria forma como os autores apresentam esses fatores. Por exemplo, ao tratar da economia na cidade de Meca, Montgomery Watt (2008) trabalha de forma atrelada com a temática social, principalmente com relação à desigualdade social que devia existir nessa cidade. Da mesma forma quando Hugh Kennedy (2001 e 2007) fala sobre o avanço militar, a estrutura política presente na península arábica ganha destaque.

Assim sendo, esse segundo capítulo será dividido em duas partes. Na primeira parte serão analisados os fatores econômicos, focando, principalmente, no contexto que impera na cidade de Maomé, Meca, no momento em que o profeta começa as suas primeiras pregações. Na segunda parte será analisado o contexto social que foi gerado por esse contexto econômico. Ao longo do texto será apresentado as validades e incongruências das pesquisas apresentadas, procurando compreender se os fatores analisados podem ser considerados válidos.

2.1 FATORES ECONÔMICOS

O livro “*Islã e a formação da Europa, de 570 a 1215*”, escrito por David Levering Lewis e publicado nos Estados Unidos em 2008 e em 2010 no Brasil, começa o segundo capítulo “Os árabes estão chegando!” mostrando um retrato das caravanas que saíam de Meca, como ilustrado abaixo:

“As caravanas de Meca, carregadas de tâmaras, especiarias, perfumes e escravos saíam do deserto, para o norte e para o oeste, até a Palestina judaico-cristã e a Síria cristã, ou para o sul, até o Iêmen, e para o oeste, atravessando o mar Vermelho até a Etiópia cristã.” (LEWIS, 2010:

Com um tom semelhante, ao fazer uma exaltação sobre a cidade de Meca, Karen Armstrong em seu “*Maomé: uma biografia do profeta*”, publicado em 2002 no Brasil, comenta:

“Como todos os habitantes de Meca, Maomé tinha grande orgulho de sua cidade, que se tornara um centro financeiro e a aglomeração urbana mais poderosa da Arábia. Os comerciantes de Meca haviam se tornado os árabes mais ricos do Hedjaz e desfrutavam de uma segurança que teria sido impensável duas gerações antes, quando ainda viviam a árdua vida nômade das estepes.” (ARMSTRONG, 2002: 55)

Esse retrato de Meca como um pólo comercial relevante, de onde chegavam as grandes rotas comerciais internacionais e de onde partiam caravanas importantes para a Síria, o Iêmen e a Etiópia, foi alvo de uma série de controversas sobre a história do surgimento do Islã. Apesar do livro ter sido escrito recentemente, a visão apresentada na obra de David Lewis está ligada a uma tradição antiga do pensamento orientalista, a qual compreendia que o surgimento do Islã e a ascensão de Maomé estava vinculada ao enriquecimento da cidade de Meca.

Essa visão foi primeiramente elaborada por Henri Lammens e Aloys Sprenger e seus seguidores Montgomey Watt, Wolf, Meir J. Kister, Shaban, Simon, Peters, Ibrahim, F. M.

Donner (HECK, 2008: 548) e Bernard Lewis³⁶. Ela influenciou fortemente a literatura a ponto de ser a visão predominante da enciclopédia *Cambridge History of Islam*. Apesar de grande destaque nos estudos ocidentais, essa interpretação não teve grande inserção no meio acadêmico muçulmano (SCHICK, 1991: 137).

Apesar de Lammers e Sprenger apresentarem esse pensamento pela primeira vez, o seu grande ideólogo foi Montgomery Watt e no qual grande parte dessa pesquisa focará. A importância de Watt foi bastante enfatizada pela pesquisadora Patricia Crone como pode ser retratado no trecho abaixo:

(...) por meio do presente trabalho, o leitor pode considerar o nome de Watt como uma taquigrafia para ‘historiadores islâmicos do período inicial em geral’ e considerar atenção polêmica como um elogio a ele. Isso é devido a enorme influência exercida pelo seu trabalho que uma apreciação geral das teorias que dominaram o campo nos leva de volta para Watt para uma rodada final.³⁷ (CRONE, 2008: 231)

2.1.1 Primeira Hipótese: O Comércio de longa distância e Meca

De acordo com a corrente tradicional, uma das principais (senão, a principal) fontes de riqueza da população árabe residia no comércio de longa distância, ligando, principalmente, as regiões que circundavam o Mar Mediterrâneo e o Extremo Oriente. A rota mais rápida entre o Oriente e as terras do Mediterrâneo passaria por territórios dominados pelos persas, que disso tirariam vantagens tanto econômicas quanto estratégicas. A primeira rota partiria da China e avançaria por regiões controladas por tribos nômades turcas, seguiria pelo Mar Negro, adentrando o território bizantino. Uma outra via seguiria pelas rotas marítimas

³⁶ Para mais informações vide M. Watt, *Muhammad at Makkah* (1953); idem, *Muhammad at Madinah* (1956); M. Kister, *Makkah and Tamim: (Some Aspects of Their Relations)* (1965); idem, *Some Reports Concerning Mecca from Jahiliyya to Islam* (1972); M. Shaban. *Islamic History: A New Interpretation* (1971); F Donner, *Mecca's Food Supply and Muhammad's Boycott* (1977); idem, *The Early Islamic Conquests* (1981); R. Simon. *Meccan Trade and Islam: Problems of Origin and Structure* (1989); F. E. Peters. *The Commerce of Mecca Before Islam* (1988); M. Ibrahim. *Merchant Capital and Islam* (1990); A. Sprengel. *Das Leben und die Lehre des Muhammad* (1869); H. Lammens. *La Mecque a la Veille de l'Hégire* (1924); Bernard Lewis. *Os árabes na história* (1982).

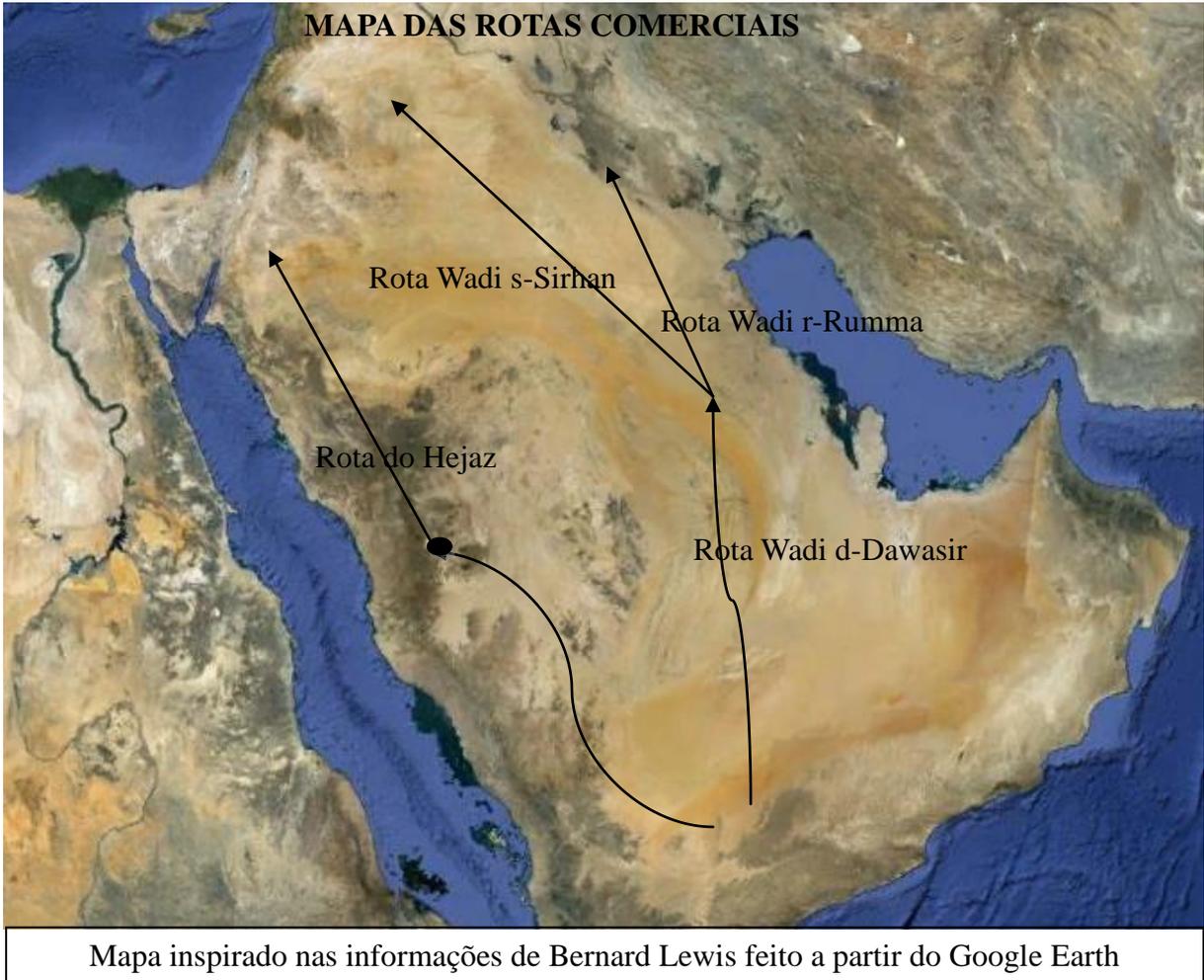
³⁷ Tradução livre de: *throughout the present work the reader can treat the name of Watt as a shorthand for 'early Islamic historians in general' and take to the enormous influence exercised by his work that a general appraisal of the theories that dominate the field takes us back to Watt for a final round.*

meridionais, através do Oceano Índico. Elas terminariam no Golfo Pérsico e na Arábia ou seguiriam até o Mar Vermelho, com ligações por terra, através do Egito passando pelo istmo de Suez. Por fim, os comerciantes poderiam seguir as trilhas de caravanas da região ocidental da Arábia, partindo do Iêmen até as fronteiras da Síria (LEWIS, 1982: 70).

No período de paz entre persas e bizantinos, o Império Bizantino teria utilizado a via marítima por ser mais barata e segura, procurando escapar dos riscos de uma incursão em territórios próximos aos persas. Com o retorno do conflito os mercadores teriam buscado uma nova opção de rota, já que os persas poderiam intervir militarmente, e assim, se deparam com duas opções: ao norte, a rota transasiática por terra – e para ela os imperadores bizantinos teriam iniciado uma negociação por meio de embaixadas com os Clãs das estepes da Ásia Central – e ao sul, pelos desertos e o mar (LEWIS, 1982: 70).

Na península arábica haveria quatro principais rotas:

1. A rota do Hejaz: partia do porto do Mar Vermelho e dos portos próximos a Palestinas e a Transjordânia, ao longo do flanco interior da cordilheira do Mar Vermelho até o Iêmen. Durante muito tempo era a rota que ligava o Império de Alexandre e dos seus sucessores no Oriente Médio, aos países do Extremo Oriente. Era chamada de “rota do caminho de ferro de Hejaz”.
2. Uma outra rota saía do extremo nordeste do Iêmen até a Arábia Central, onde se unia a uma outra rota - a Wadi r-Rumma - para o sul da Mesopotâmia. Era a principal via de comunicação desde os tempos antigos entre o Iêmen e as civilizações da Assíria e da Babilônia.
3. A rota Wadi s-Sirhan, que liga a Arábia Central ao sudeste da Síria através do Oásis de Jawf (LEWIS, 1970: 28).



As caravanas que interligavam a Arábia do Sul e o Crescente Fértil, transportando os produtos de origem das respectivas regiões e outros que por elas chegavam, eram obrigadas a pagar aos beduínos pela passagem nos territórios por eles controlados, como os oásis. Isso teria gerado acirradas disputas pelo controle das rotas, especialmente entre os impérios Bizantinos e Sassânida, moldando, direta e indiretamente, o desenvolvimento histórico da região (SILVA, 2005: 69).

Ao longo do século IV, as rotas teriam sofrido modificações e foram desviadas do oeste da Arábia para outras regiões, principalmente através do Egito e do Mar Vermelho, e do Vale do Eufrates e do Golfo Pérsico. Esse processo teria gerado um declínio da atividade mercantil e levado ao empobrecimento da região do Iêmen e de constantes ataques dos impérios Bizantino e Persa. Além disso, os povos voltaram a exercer o nomadismo e as cidades foram sendo esvaziadas (LEWIS, 1970: 35). Dois séculos depois, os comerciantes

teriam, também, começado a se deparar com dificuldades na rota Eufrates-Golfo Pérsico, resultantes das guerras entre o Império Persa e o Bizantino. Ao mesmo tempo, o Egito se encontrava numa situação de desordem política e econômica, não oferecendo uma rota alternativa pelo Vale do Nilo e pelo Mar Vermelho. Em decorrência desses eventos, os mercadores teriam se voltaram para uma rota difícil, entretanto mais tranquila. Ela partia da Síria, atravessando a Arábia Ocidental até o Iêmen, em cujos portos desembarcavam os barcos vindos da Índia (LEWIS, 1970: 39).

No século VI novas mudanças teriam ocorrido. Além da utilização cada vez maior da rota sul, em 522, a China perdeu o monopólio da seda, quando dois monges nestorianos roubaram e levaram para o Império Bizantino ovos do bicho-da-seda. Em função da nova rota comercial teria ocorrido a migração para a Arábia de um grande número de “estrangeiros”, colonos, refugiados e pequenos comerciantes. Os judeus estabeleceram-se no Iêmen e no Hejaz e os cristãos em Najran, e também em parte do Iêmen. Produziu-se ainda um aumento de mercadorias que circulavam, mesmo com o declínio dos reinos no sul da Arábia. Assim, os beduínos conquistaram uma grande relevância no cenário comercial. Munidos do privilégio de cobrarem por seu papel de intermediários ou de guias para o tráfico terrestre, revelaram-se “hábeis homens de negócios” (LEWIS, 1970: 71). Além disso, os conflitos entre persas e bizantinos teriam ajudado a desviar o comércio do golfo Pérsico para o oeste da Península Arábica (WATT, 1970: 33).

De acordo com o orientalismo clássico, esses acontecimentos teriam impactado a cidade de Meca. Autores como Watt (1970) e Lewis (1940) argumentaram que essa cidade possuía uma posição geográfica favorável em relação às rotas comerciais. Ela se encontraria no cruzamento das linhas de comunicação para o sul, para o Iêmen, para o norte, para o Mediterrâneo, para o Oriente, para o Golfo Pérsico e para o Ocidente em direção ao Porto de Jeda, no Mar Vermelho, que por sua vez era caminho para a África. Com os problemas na rota

comercial, ela teria “herdado” o controle da rota da costa oeste da Arábia (Rota Hejaz), ligando o Iêmen a Damasco e Gaza (WATT, 1970: 33 & LEWIS, 1940: 41).

Partindo desse contexto, Watt advoga a tese de que por volta de 610, o comércio que passava por Meca teria se tornado muito lucrativo (WATT, 1970: 33). Essa lucratividade teria enriquecido a elite comercial especializada no comércio de longa distância, que controlava a cidade, a tribo coraixita. Além do lucro advindo da atividade comercial, a elite era protetora do monumento espiritual, a Caaba³⁸, o que teria lhe rendido grandes divisas derivadas dos tributos para visitação. Outro aspecto que teria auxiliado no enriquecimento da cidade foi a realização de feiras, como a de 'Uraz. Elas eram conectadas à vida econômica de Meca e teriam auxiliado na ampliação da influência econômica e no prestígio da cidade junto aos nômades (LEWIS, 1970: 41).

Reforçando esse enriquecimento, Watt afirma que as fontes  rabes (tradição antiga) apontam que Meca negociava, na parte sul da Rota do Hejaz, com o império Axum, atual território da Etiópia, e aproveitava as monções para chegar    ndia (WATT, 1970: 33). De acordo com o autor, esse comércio acontecia por via marítima. O império Axum detinha dois portos, de Adullis e Matara, por onde passaria grande fluxo comercial³⁹. Além disso, os comerciantes mecenos participavam do comércio marítimo com as atuais regiões da Grécia e dos Balcãs (CRONE, 2004: 5).

Essa posição dominante de Meca não teria sido conquistada sem desavenças provocadas pelos mercadores do Iêmen. Além disso, a cidade de Ta'if teria sido forçada a se submeter a Meca depois que foi derrotada em uma batalha. Nesse contexto, em 610, a maior parte da população de Meca se mantinha, quase que exclusivamente dessa economia mercantil

³⁸ Do  rabe, “cubo”. A Caaba   uma grande construção em forma de cubo, situada na cidade de Meca. Antes da ascenção do Islã, era um santuário que simbolizava o sistema solar, abrigando 360  dolos.

³⁹ O império Axum era localizado na costa oeste do continente africano, do outro lado do Mar Vermelho. Em sua máxima extensão, ele englobou a região atual da Eritr ia, norte da Etiópia, sul do Egito, Djibuti e norte do Sudão. No século VII, o Império tinha grande relação com Bizâncio. Seus governantes eram patrocinados pelos bizantinos e era visto como uma “ponte” para as pretensões bizantinas (SHINNIE, 2002: 260-264).

(WATT, 1970: 33).

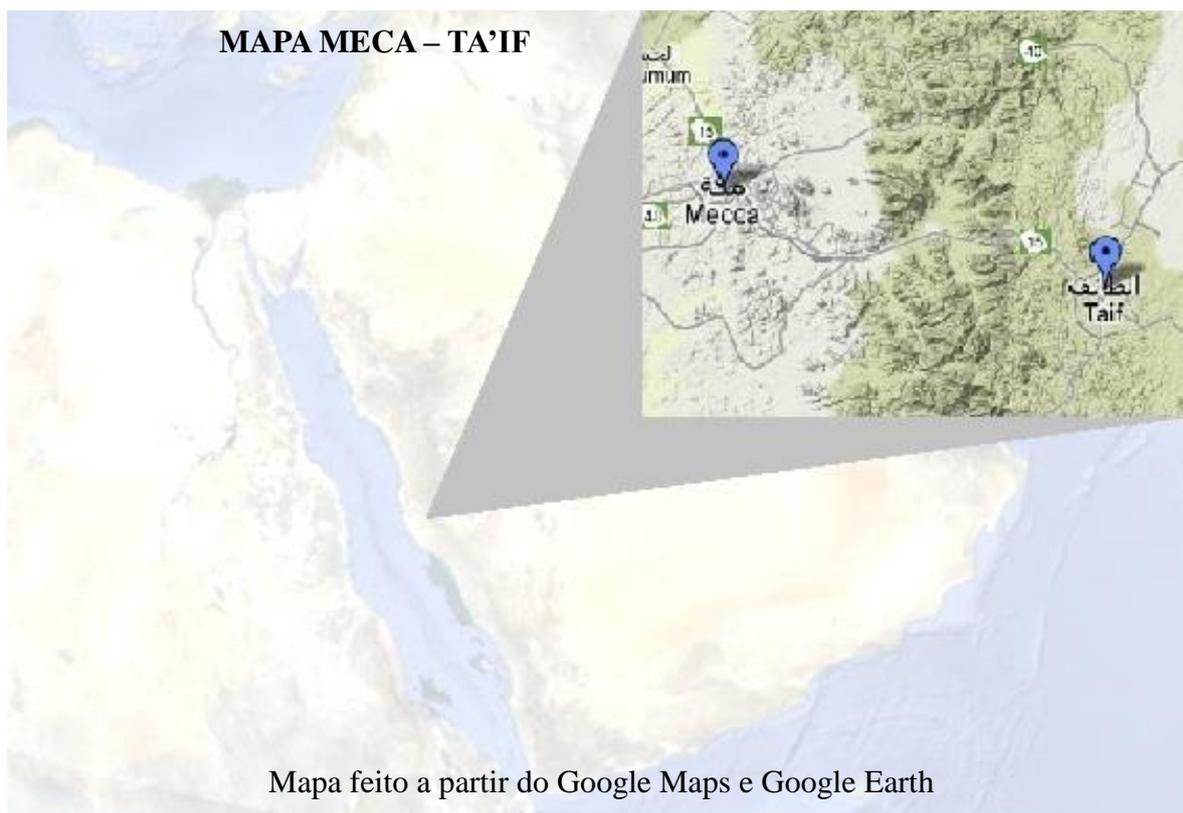
Essa tese de Watt foi advogada primeiramente por Lammers, seguida pelo próprio autor e por seus sucessores como Wolf, Walt e Fred Donner. Eles afirmavam que o comércio de longa distância de especiarias e outros produtos de luxo para o Mediterrâneo, durante o início da era Cristã, continuou até o surgimento do Islã. Essa ideia era acompanhada pela visão de que o sucesso contemporâneo de Meca como um empório comercial era altamente instrumental, moral e social no surgimento do Islã (HECK, 2003: 548-49).

2.1.2 Segunda hipótese: Meca como mercado regional

Seguindo as pesquisas de Patricia Crone, uma outra visão pode ser obtida sobre a economia da Península Arábica no século VII, principalmente se a economia mecana foi de fato determinante para a formação e consolidação do poder de Maomé. Para começar a sua análise, Crone faz um resgate das fontes árabes (tradição antiga), focando sobre o comércio que existia em Meca e uma possível relação entre as grandes rotas comerciais e um enriquecimento comercial da cidade.

Assim, a revisão historiográfica de Crone sobre a economia mecana parte de três pontos. O primeiro, sobre a relação direta entre as rotas comerciais e Meca; o segundo, sobre o fato de Meca ser um importante centro comercial, e o terceiro, sobre um possível potencial comercial marítimo da cidade.

A revisão de Crone parte da compreensão de que Meca detinha uma importante localização geográfica e que as grandes rotas comerciais passavam por ela. Além disso, sua importância residia no fato de ser um crucial ponto de apoio logístico para as caravanas que compunham essas rotas comerciais, além de ter um santuário, a Caaba, no qual os viajantes poderiam fazer as suas orações.



O primeiro questionamento de Crone reside nas razões que faziam com os viajantes, supostamente, parassem em Meca, tendo-a como um ponto logístico relevante. Para Crone, antes de Meca estaria a cidade de Ta'if, e ambas dispunham de santuários de peregrinação e de suprimentos alimentares. Além disso, Meca se localizaria distante da rota natural das especiarias. Saindo do sul da península e indo em direção norte, à Síria, Meca se localiza a cerca de 160 quilômetros (100 milhas), de acordo com W. W. Müller e Nigel Groom. Ou seja, a grande rota comercial passaria pela borda oeste da Península Arábica, de modo que ir à Meca significaria fazer um desvio desnecessário, ainda mais levando em consideração as condições climáticas e geográficas da região (CRONE, 2004: 6-7).

Assim, seguindo o pensamento de Richard W. Bulliet, o qual afirma que “*apenas por uma leitura mais tortuosa do mapa é que isso pode ser descrito como um cruzamento natural entre a rota norte-sul e uma leste-oeste*”⁴⁰, pode-se concluir que a única forma de Meca se tornar um grande centro comercial gerando condições que atraísse para si o comércio que

⁴⁰ Tradução livre de: “*only by the most tortured map reading can it be described as a natural crossroads between a north-south route and na east-west one*” (APUD CRONE: 2004:6)

fluía das grandes rotas comerciais, ou seja, forçando-o a ficar sob o seu controle.

Seguindo essa observação de Bulliet, Crone entra no seu segundo ponto de análise, no qual questiona que tipo de comércio Meca poderia atrair para si. Dentro desse questionamento está embutida a ideia de que tipo de produto seria altamente rentável, a ponto de bancar os custos de ser transportado por essa região inóspita, já que a viagem de ida e volta à Síria levava cerca de dois meses. Além disso, o produto deveria ser vendido com uma taxa de retorno significativa ao ponto de, ainda, garantir o enriquecimento da cidade e a mudança social que levaria a ascensão de Maomé (CRONE, 2004: 7).

Pela investigação dos escritos de Lammers, Simon, Peters e Kisters (HECK, 2003: 549) sobre a importância de Meca para o comércio internacional, pode-se dizer que os produtos comercializados seriam em sua maioria de baixo valor agregado, relacionados à cultura animal, tais como os derivados do couro, roupas e perfumes. Eles atenderiam a necessidades árabes, e eram produzidos na região do Hejaz, não visando exportação, e sim o mercado da península (HECK, 2003: 549-50 & CRONE, 2004: 87). Assim, Meca não seria um ponto de passagem das caravanas com produtos de alto valor agregado, como as especiarias e incensos (CRONE, 2004: 8). A riqueza da cidade não seria gerada, por meio do comércio de longa distância, muito menos ela comercializaria produtos que pudessem gerar riqueza abundante e que tornasse a cidade referência para o comércio. Além disso, Crone sugere que a essência da operação comercial de Meca nem deveria acontecer onde atualmente é a cidade (HECK, 2003: 547).

Além disso, de acordo com a autora residiria no pensamento tradicional uma confusão sobre a utilização da prata e do ouro em moedas, e sobre a exportação desses produtos. De acordo com o pensamento tradicional, as caravanas que passavam na Arábia levavam esses metais para serem revendidos na Síria e Iraque. Porém, para Crone, as caravanas carregariam ouro e prata com o objetivo de servir de moeda comercial, ao longo da travessia pelo deserto.

A prata seria o principal meio de troca e sua mineração era feita em Najd e Iemen, as quais estavam sob controle dos persas. Assim, os mecanos não teriam acesso à prata extraída (CRONE, 2004: 88). A ausência de prata nos acordos entre Hashim e o Império Bizantino, nos tributos enviados de Meca para Bizâncio, e nos presentes dados pelos mecanos ao Negus⁴¹ de Axum para extraditar refugiados muçulmanos (CRONE, 2004: 89) demonstrariam a pouca prata disponível para ser usada como instrumento de negociação, ainda que esta fosse o principal metal usado como meio de troca na Arábia.

Outra questão analisada por Crone trata de um possível potencial comércio marítimo de Meca. De acordo com a pesquisadora, os comerciantes mecanos não teriam madeira, nem navios. Além disso, o bloqueio do porto de Meca por parte das forças de Maomé, é um indicativo, para a autora, de que esse porto tenha deixado de ser utilizado; e mesmo que tenha sido, alega Crone, o mar não apresentava grande relevância na tradição mecana (CRONE, 2004: 5).

Desse modo, o fato de a Arábia ser constantemente associada ao comércio de longa distância de especiarias, não significaria que Meca tenha feito parte disso. Ou seja, os mecanos eram provavelmente comerciantes locais na Arábia e intermediários colaterais no comércio de longa distância. Além disso, se a Arábia tinha grande importância no comércio durante a Antiguidade, não significaria que, durante a época pré-islâmica, deveria continuar tendo esta relevância (HECK, 2003: 549).

Uma questão que permeará a análise sobre a importância econômica de Meca é a possível relevância do santuário da Caaba. De acordo com o pensamento tradicional, a peregrinação feita pelos fiéis, todos os anos, seria a base para o início do comércio mecano. Como exposto anteriormente, Meca seria a combinação entre um centro de peregrinação e um local de comércio. Além disso, era um local “inviolável” (CRONE, 2004: 168), onde nenhum

⁴¹ Era o título dado ao governante no império Axum.

derramamento de sangue era permitido. Com isso, Meca se torna um local de atração de visitantes, todos os anos, o que, de acordo com Watt (2008) faria de Meca um centro comercial, principalmente por ser um local onde nenhum homem poderia ser molestado. Resumindo, para os autores ligados ao pensamento tradicional haveria uma forte ligação entre a peregrinação anual e a relevância comercial de Meca.

Para investigar essa ligação, Crone se propõe a analisar o surgimento do comércio em Meca e o momento no qual os coraixitas passam a ser mercadores. Ela observa que existem analistas que afirmam que os coraixitas eram comerciantes antes de sua vinda para Meca; outros, por sua vez, afirmariam que a cidade seria era um centro comercial antes mesmo da vinda dos coraixitas. Existiriam, por fim, aqueles que afirmariam que a união virtuosa entre os coraixitas e a cidade de Meca teria feito dessa cidade um centro comercial importante (CRONE, 2004: 169).

O fato de existirem essas divergências demonstra que não haveria uma evidência precisa sobre essa questão (CRONE, 2004: 170). Sendo assim, não existiria consistência na afirmação de que o início do comércio coraixita estaria na peregrinação anual dos fiéis.

As observações de Crone irão de encontro a teorias estruturalistas da história econômica que passaram a ganhar destaque no final do século XX, em especial a partir da década de 1970. Pode-se citar três obras como o livro *Before European Hegemony: The World System A.D. 1250-1350*, de Janet L. Abu-Lughod, *Civilização Material, economia e capitalismo: século XV e XVII* e *O Mediterrâneo e o mundo mediterrânico na época de Felipe II*, ambos de Ferdinand Braudel. Esses autores se aproximam quando investigam a relação entre o domínio das grandes rotas comerciais e a ascensão do capitalismo e da ordem internacional vigente.

2.1.2.1 Problemas na análise de Crone

Duas críticas podem ser apresentadas com relação ao pensamento de Crone. A

primeira é que a ausência de evidências sobre o comércio de longa distância em Meca não garante que esse comércio não tenha sido importante. Isto é comumente chamado de evidência negativa de argumentação. Crone refutou a teoria do orientalismo clássico por meio da demonstração de inexistência de fontes que evidenciariam a relação direta entre o comércio de longa distância e o enriquecimento de Meca. Entretanto, o mecanismo de Crone não invalida as pesquisas dos orientalistas clássicos, assim como a pesquisa deles não invalida a dela.

Além disso, ela comete o mesmo erro de Henri Pirrene⁴² em rever a estrutura da qualquer economia baseada em uma avaliação de uma cesta de mercado de *commodities* citada no comércio exportador. Assim, os exemplos achados são, frequentemente, esporádicos, para ter sérias consequências econômicas (HECK, 2003: 547).

Nesse quesito não existe uma explicação, no âmbito econômico, convincente sobre o cenário econômico da cidade de Meca, no início do século VII. Além disso, independente do potencial econômico dessa cidade, os autores chegam a conclusões semelhantes a respeito do sucesso de Maomé, tanto na aquisição de crentes quanto de territórios, e na consolidação do Islã. Observando isso, pode-se afirmar que os fatores econômicos passam a interferir, de forma mais clara, quando se estuda a dinâmica de Maomé já na condição de profeta, com crentes, já emigrado para Medina e empreendendo suas primeiras *ghazu*⁴³. Assim, os fatores econômicos aparecem atrelados aos fatores militares, principalmente à logística que conseguiu manter um esforço expansionista com tanto vigor por tanto tempo, tema que será mais aprofundado no próximo capítulo.

Outro ponto a ser ressaltado e que carece de investigação são as finanças iniciais do movimento. É sabido que um dos principais companheiros do profeta, Abu Bakr, pertencia à

⁴² Henri Pirrene foi consagrado com a teoria de que o avanço islâmico no Mediterrâneo cortaram os europeus do acesso ao comércio de longa distância, na qual a economia europeia era dependente e levou a um ambiente econômico rudimentar de auto-suficiência (BRETT, 2008: 490).

⁴³ *Ghazu* representava as investidas realizadas por homens armados contras as caravanas, visando a usurpação dos bens transportados.

aristocracia mecana, sendo um comerciante de sucesso e que pode ter financiado os movimentos iniciais de Maomé. Afinal, quem teria pago pela imigração de diversos crentes para Medina e para Axum, onde, supostamente, parte dos fiéis teria imigrado antes de irem à Medina? A estadia inicial de Maomé em Medina teria sido mantida pelos próprios medinenses? Em caso afirmativo, de que forma? O crescimento dessa cidade fez com que surgisse a necessidade de mais dinheiro, o que resultou nas incursões feitas por Maomé que levaram aos primeiros embates contra os mecanos? Na literatura utilizada nessa tese, não existem referências que respondam e ajudem a aprofundar essas perguntas.

Esses questionamentos evidenciam algumas imprecisões ainda existentes sobre a fase inicial do movimento maometano. Isso não invalida as conclusões a que se pode chegar a partir da análise dos fatores político e militar, mas torna a variável econômica pouco precisa no que tange a sua influência sobre o fenômeno analisado. Nesse contexto, a pesquisa seguirá a observação final de Crone e buscará em outros elementos parte da explicação para o sucesso maometano e para a construção do Império Árabe-Islâmico, como expôs a autora:

Tendo desaprendido a maior parte do que conhecemos sobre o comércio de Meca, nós achamos que estamos desprovidos de nossa capacidade de explicar o surgimento do Islã? Se nós assumirmos que o comércio é o fator crucial por trás do aparecimento de um profeta na Arábia, a propagação de sua mensagem lá, e a conquista árabe do Oriente Médio, então a resposta é evidentemente sim. Mas, na verdade, o comércio de Meca não pode nunca ser dito por ter fornecido uma explicação convincente para qualquer desses eventos.⁴⁴ (CRONE, 2008: 231)

2.2 FATORES SOCIAIS

Como demonstrado nas páginas anteriores, Montgomery Watt foi o primeiro e grande ideólogo da condição econômica de Meca pré-islâmica, marcada por ser um centro comercial

⁴⁴ Tradução livre de: *Having unlearned most of what we knew about Meccan trade, do we find ourselves deprived of our capacity to explain the rise of Islam? If we take it that trade is the crucial factor behind the appearance of a prophet in Arabia, the spread of his message there, and the Arab conquest of the Middle East, then the answer is evidently yes. But, in fact, Meccan trade cannot be said ever to have provided a convincing explanation for any of these events.*

extremamente importante para a região, atrelado ao comércio internacional de especiarias, e da importância desse contexto para a ascensão de Maomé. Por conseguinte, ele também foi o principal ideólogo das mudanças político-sociais e religiosas que irão acontecer com o advento de Islamismo. Antes de adentrarmos nas correntes de pensamento sobre as mudanças sociais proporcionadas pelo advento do islamismo, é válido situar o leitor sobre a sociedade pré-islâmica e o ambiente geográfico árabe.

2.2.1 A Península Arábica e os árabes

Pode-se dizer que o território envolve um espaço delimitado e uma população, a qual pode ser permanente e transitória. O clima, a vegetação e a localização geográfica influenciam na organização social, nas instituições políticas e na economia. No caso árabe, a geografia local apresenta aspectos peculiares que influenciarão nos acontecimentos que marcaram o século VII.

A península Arábica se localiza na parte sudeste do Mar Mediterrâneo, a leste do continente africano e a oeste do continente asiático. Na margem oriental é banhada pelos golfos Pérsico e de Omã. Ao sul localiza-se o Mar da Arábia e o Golfo de Áden, no Oceano Índico. Ela se caracteriza por ser o local de origem dos diversos povos que formavam a etnia árabe. Não existe uma data precisa que determine o surgimento dessa etnia, mas uma primeira referência remonta ao primeiro milênio antes de cristo (KENNEDY, 2007: 35) e muito se discute do que precisamente significaria a palavra *árabe*. No caso dessa pesquisa, os árabes serão identificados, nesse momento inicial das pregações de Maomé, de forma geográfica, como todos os habitantes oriundos da Península Arábica e que tem alguma variante da língua árabe como língua materna. Nesse contexto se incluem os judeus, cristãos e os seguidores de religiões politeístas ou animistas que ali habitavam, assim como os sarracenos, nômades que habitavam o norte da Península e os iemenitas, povos sedentários do sul, além dos habitantes da Península que haviam emigrado para os domínios do Império Bizantino e Persa.

Internamente, a Península se caracteriza pelo clima desértico e pela baixa fertilidade do solo. No subsolo correm os rios que vem das montanhas, mas que só afloram em poucos lugares, os *oásis*. Essa água permite que em algumas localidades a estrutura dos oásis possa fornecer condições para assentar uma população, formando uma cidade, ainda que em outras não produza nada além de areia molhada⁴⁵. Em decorrência desse cenário geográfico, grande parte da população era formada por povos nômades, cuja existência baseava-se na domesticação de camelos e no cultivo de tamareiras. Os beduínos trabalhavam pastoreando camelos⁴⁶ e ovelhas perto de áreas agrícolas ao redor dos oásis. Eles apresentavam uma relação simbiótica com os agricultores dos oásis, com os quais comercializavam em troca de produtos artesanais e armas. Periodicamente, os fazendeiros compravam proteção deles. Quando os recursos de um oásis acabavam, os nômades migravam com seus camelos para outro local de mesmas características. Os diferentes clãs e tribos viviam em constante disputa pelas rotas comerciais e, praticavam constantemente a pilhagem (HILLENBRAND, 2005: 318). Com o tempo, os beduínos acabaram dominando os sedentários dos oásis que ali se fixavam, criando rebanhos e cultivando tamareiras, tendo desenvolvido a técnica para a construção de poços. Estes chegavam a cento e setenta metros de profundidade, proporcionando o aparecimento da vegetação em meio ao deserto (SILVA, 2005: 66).

Tendo apresentando um panorama geral sobre o que a pesquisa compreende pela geografia da Península Árabe e pelo perfil dos seus habitantes, serão analisadas, agora, as questões sociais que permearam a ascensão de Maomé.

⁴⁵ Essa “areia molhada” é uma outra fonte de água, só que não permanente, existente na península Arábica e chamada de *kabra*. Essa forma acontece principalmente na região chamada El Hamad, no norte da Arábia, e é recorrente entre os meses de novembro e abril. (RUTTER, 1930: 513)

⁴⁶ O camelo é o principal meio de sobrevivência dos nômades no deserto. Eles podem transportar até duzentos quilos e percorrer cem quilômetros num dia, podem caminhar até 20 dias sem água num calor de 50 °C. A partir do pelo dos camelos, as mulheres nômades costuram diversos equipamentos como sela, rédea, sacos e cordas. Quando os nômades precisam de café, farinha ou tâmaras, eles vendem um camelo em um oásis e adquirem o que desejam. (RUTTER, 1930: 515)

2.2.2 Uma interpretação da sociedade mecana

De acordo com a corrente tradicional, o impacto do comércio em Meca resultou no aumento da riqueza e, conseqüentemente, em mudanças na sociedade mecana. De acordo com Montgomery Watt essa tensão é resultado do conflito entre a *nova* atividade mercantil econômica e a *antiga* economia nômade (WATT, 1970: 33), como sintetizado a seguir:

Pelo fim do século VI d.c., eles (comerciantes do Hedjaz) ganharam o controle da maior parte do comércio do Iêmen para Síria – uma importante rota, pela qual o Oeste conseguia produtos de luxo indianos, assim como incensos da Arábia do Sul. Prosperidade comercial tinha deixado, não apenas, grandes disparidades de riqueza, mas também a uma quebra parcial no sistema de clã das tribos da areia, no qual a segurança de Meca dependia.... É contra esse contexto social e moral que nós devemos olhar para as crenças religiosas correntes em Meca, imediatamente, antes do chamado de Maomé.⁴⁷(*apud* HECK, 2003: 549)

De acordo com Watt (2008) Meca havia conquistado o controle do comércio de caravanas na parte oeste da Península Arábica. Esse comércio saíria do Iemen e seguiria, ao norte, para Damasco, na Síria e Gaza, na Palestina. Essa posição privilegiada foi conquistada por meio de negócios escusos realizados com o intuito de desencorajar a ida de mercadores do Iemen à Meca, atraídos por sua prosperidade, enquanto que os seus vizinhos da cidade de Ta'if foram obrigados a se submeter à ordem mecana, após uma derrota em batalha (WATT, 2008: 33).

A partir de 610, esse comércio se tornou muito lucrativo fazendo com que os grandes mercadores de Meca se tornassem muito ricos e a maior parte da cidade usufruísse dessa prosperidade. Esse contexto fez com que os habitantes de Meca vivessem, quase que, exclusivamente da atividade mercantil (WATT, 2008: 33).

⁴⁷ Tradução livre de “By the end of the 6th century A.D., they (IHijazi traders) had gained control of most of the trade from Yemen to Syria - an important route by which the West got Indian luxury goods as well as South Arabian frankincense. Commercial prosperity had let not merely to greater disparities in wealth, but also to a partial break down in the system of clan sand tribes on which the security of Makkah depended.... It is against this social and moral background that we must look at the religious beliefs current in Makkah immediately before Muhammad's call.”

Esse *status* econômico da cidade de Meca teve reflexo nas relações sociais de seus habitantes. Seus principais conflitos teriam sido gerados, principalmente, pelo confronto entre a nova economia mercantil e as atitudes residuais derivadas de sua econômica nômade, anterior. Isso aconteceu porque a atividade comercial teria encorajado a exaltação de valores materiais e do espírito individualista, no qual o grande mercador, que era ao mesmo tempo chefe do clã, deseja obter o máximo lucro possível (WATT, 2008: 33-34).

Quando Maomé começa a pregar as suas profecias⁴⁸, os mercadores não estariam mais dispostos a ajudar os mais necessitados entre os seus companheiros de clã, quebrando a relação entre os membros pertencente a uma mesma tribo, isto é, a quebra da solidariedade tribal, que representava uma das grandes características da sociedade nômade. As concepções nômades de honra seriam raramente aplicadas às circunstâncias da vida comercial, o que fazia com que esses mercadores, pela tradição, apresentassem posturas consideradas avarentas, sem serem expostos à difamação (WATT, 2008: 34).

A “ordem” nômade era baseada em princípios que se assemelham à Lei de Talião, forte o suficiente para evitar homicídios, injúrias de sangue e roubos. O problema era que esse conjunto de princípios éticos não era suficiente para sanar o problema da desigualdade social. De acordo com Watt, os nômades não conseguiriam garantir que o homem que não usufruísse da prosperidade de Meca, fosse agraciado com algum tipo de ajuda (WATT, 2008: 34).

Nesse contexto, as palavras de Maomé teriam preenchendo esse “vazio social”, já que suas pregações preconizavam a generosidade e o cuidado com o próximo como algo crucial a ser exercido pelo crente (WATT, 2008: 34). Tal é sugerido pelas seguintes passagens do

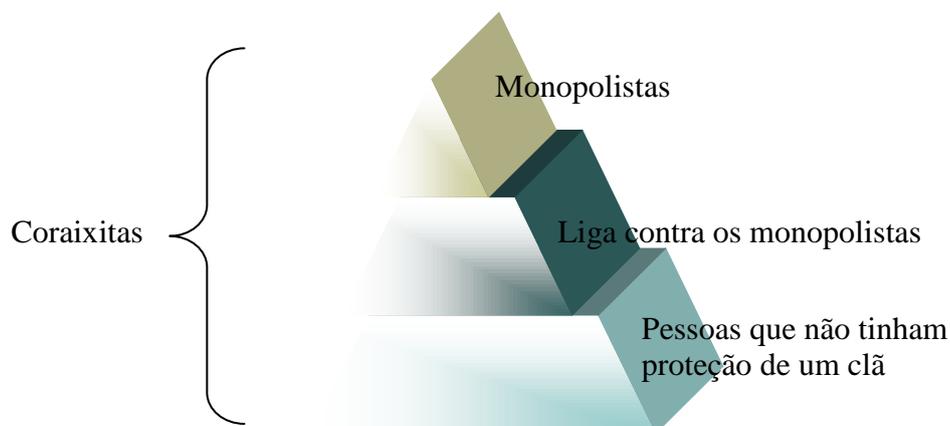
⁴⁸ Durante todo o seu texto sempre que Watt fala sobre a forma como a sociedade mecana foi mudada, ele se refere aos dizeres do Corão, usando expressões como “*the teaching of the Qur'an*” (os ensinamentos do Corão) (WATT, 2008: 34). O problema é que na época analisada, no caso, durante a vida de Maomé, não havia ainda a compilação completa deste livro, como pode ser vista hoje. Isso só será feito no governo do terceiro Califa, Uthman (644-656), quando será realizada a filtragem das compilações disponíveis, ou seja, parte do que foi considerado como sagrado na época de Maomé pode não se encontrar na compilação final e não se reconhecido pelos crentes da época como algo das falas de Maomé. Por isso, foi estabelecido nesse texto uma distinção entre os dizeres de Maomé, o que vai até a compilação completa do livro, ai sim, podendo ser identificado com o livro, como o existente atualmente.

Corão:

Dai o que é devido aos parentes, aos pobres, aos viajantes. Assim é melhor para os que procuram a aprovação de Deus. Deles será a vitória (CORÃO, 30: 38)

Os juro que pagais para aumentar vossas riquezas com as dos outros não as aumentarão junto a Deus. Mas o que dais em caridade, anelando pela aprovação de Deus, vos será devolvido, dobrado (CORÃO, 30: 39)

Não havia uma diferença profunda entre aristocratas e plebeus, mas sim entre os membros da tribo e os que não pertenciam à ela, ou seja, os que não possuíam a proteção de um clã. Nesse contexto, todos os habitantes de Meca deveriam pertencer à tribo coraixita, e compartilhar de um ancestral comum. As tribos eram divididas em clãs, os quais variavam de importância, algo que era determinado de acordo com o seu tamanho (número de membros) e com o seu sucesso comercial. O grande líder do clã era o comerciante mais bem sucedido, ou seja, aquele que havia conquistado uma posição monopólica em alguma parte do comércio de Meca. Nesse contexto, o clã de Maomé, Hashim, havia falhado em manter um espaço entre os líderes dos coraixitas, mas se tornara líder de uma liga formada por clã com menos poder, os quais se opunham aos monopolistas (WATT, 2008: 34). Assim, de acordo com Watt, em um aspecto geral, a sociedade mecana pode ser compreendida da seguinte maneira:



Como os ensinamentos de Maomé se voltavam diretamente contra os monopolistas e os grandes mercadores, por mais que os membros do clã Hashim, ao qual pertencia Maomé, não aderissem à nova religião, eles teriam concedido todo o apoio ao profeta contra os grandes mercadores (WATT, 2008: 34-35).

Montgomery Watt distingue três grupos entre os primeiros muçulmanos. O primeiro seria formado pelos irmãos e filhos dos grandes comerciantes, normalmente, mais jovens. No segundo, havia homens importantes de diferentes clãs e, por fim, existiria um terceiro grupo formado pelos “renegados” da cidade, composto, normalmente por estrangeiros que não haviam encontrado proteção em nenhum clã. Rodinson (1974) chamará esse grupo de “confederados”. Para ele, representavam os que não eram vinculados a algum clã por nascimento, mas sim tinham se filiado a um clã coraixita ao longo da vida. Normalmente eram pessoas com menor status social, o que englobava também os escravos e alguns negros vindos do leste africano (RODINSON, 1974: 104-105). De acordo com Watt, não havia nesses grupos grandes mercadores e os seguidores de Maomé teriam em comum o fato de sofrerem com a avarizia dos grandes mercadores. Teriam, por essa razão, identificado nas falas de Maomé a possibilidade de resolver esse problema. Essa circunstância convergiria com a própria história de Maomé: tendo ele ficado órfão jovem, ainda que contasse com a proteção do seu clã, não teria herdado as propriedades de seu pai, só tendo conseguido uma posição mais abastada mediante casamento com Khadija, aos 25 anos (WATT, 2008: 36).

2.2.3 Uma outra explicação

A interpretação de Watt sobre a sociedade mecânica se tornou hegemônica entre os pesquisadores da mesma forma que aconteceu com sua interpretação econômica sobre a ascensão de Meca. Bernard Lewis, Albert Hourani e Karen Armstrong apresentaram visões semelhantes, apesar desta última focar no aspecto mais religioso da mudança. A voz destoante desse contexto será, novamente, a de Patricia Crone.

Como Crone (2008) não compreende que Meca foi um entreposto mercantil comercial importante e que a cidade apresentava um ambiente de profunda prosperidade, sua interpretação se torna incompatível com a visão sobre as mudanças na sociedade mecana apresentada por Montgomery Watt (2008). É com esse pensamento que Crone (2008) encerra o seu livro *Meccan Trade and the Rise of Islam*.

De acordo com a autora, mesmo que tivesse ocorrido tamanho sucesso econômico, em um curto período de tempo, isso não levaria, *necessariamente*, a mudanças no *status quo*. Ela cita o caso da cidade de Ha'il que, durante o século XIX teria registrado grande crescimento de sua importância comercial em um curto espaço de tempo, algo que seria comparável, segundo Crone, ao que aconteceu em Meca, sem que ocorresse, contudo, mudanças em suas normas tradicionais (CRONE, 2008: 232).

Crone (2008) no final de seu livro, rebate a visão de Watt de que o Corão teria proporcionado a criação de uma consciência da desigualdade entre ricos e pobres. Do mesmo modo, a autora critica a ideia de que o sucesso das pregações maometanas indicariam que o velho ideal de generosidade havia sido quebrado. De acordo com a autora não existem comprovações no Corão sobre esse *status* social entre os mecenos, e nem evidências pré-islâmicas que mostrariam possíveis mudanças na sociedade de Meca (CRONE, 2008: 232). Em outras palavras, as afirmações de Watt (2008), partem de raciocínios lógicos, não de evidências textuais ou históricas, como complementa Crone (2008): “(...) a tradição oferece a interpretação religiosa, ao invés de um fato histórico”⁴⁹ (CRONE, 2008: 233).

Além disso, de acordo com a autora, a própria história de Maomé desmistificaria essa versão de Montgomery Watt. Tendo sido órfão em sua juventude, o profeta teria sido acolhido pela sua tribo, o que indicaria a manutenção dos laços tribais. Na verdade quem teria mudado com as relações tribais teriam sido as ideias trazidas por Maomé. Da mesma forma, em termos

⁴⁹ Tradução livre de: “(...) *the tradition offers is religious interpretation rather than historical fact*”

religiosos, quando Watt afirma que a guerra em regiões sagradas (*haram*)⁵⁰ era um indício de um declínio da fé, de acordo com Crone, essa relação não seria *necessariamente* válida. Na percepção da autora, os templos e os meses sagrados eram violados de tempos em tempos. Maomé teria violado um mês sagrado, mas não teria perdido a sua crença na sacralidade desse mês. Além disso, se era indiferente aos mecanos a sacralidade desses meses e lugares, eles não teriam chamado a guerra de Fijar de *hurubal-fijar*, ou seja, guerras pecaminosas (CRONE, 2008: 234).

Tendo apresentado essas críticas, Crone identifica o principal problema das análises de Montgomery Watt no que tange ao aspecto econômico e social. Para a autora o principal problema foi o fato de Watt querer fazer uma análise da história islâmica por meio dos “olhos muçulmanos”. Assim, a razão pela qual os mecanos teriam sido responsáveis por mudanças sociais, estaria atrelada ao fato de que as fontes tradicionais eram muçulmanas, e consideravam que as condições sociais em Meca haviam se degradado, argumento esse, que para Crone não teria validade. Para ela a moralidade tradicional funcionava muito bem, já que os mecanos preferiram a manutenção dessa vida do que a adoção do Islã (CRONE, 2008: 234).

Por meio dessa crítica, Crone aponta um problema metodológico na análise de Watt. Ao fazer uma análise tomando como ponto de partida a compreensão dos muçulmanos sobre a Meca pré-islâmica, Watt não leva em consideração que as fontes são feitas por muçulmanos, como apresentado no primeiro capítulo. Pessoas como Ibn Ishaq ou Al-Tabari, além de serem muçulmanos, eram contratados pelo califa para fazer as suas investigações, de modo que não se deve considerar suas pesquisas como inválidas, mas sim com validade condicionada ao contexto histórico em que seus autores as escreveram. Tal como o fez Said, ao analisar os orientalistas, colocando-os em seu contexto histórico e ideológico. Pode-se aplicar a mesma

⁵⁰ Essa ideia de Montgomery Watt surge principalmente quando ele analisa as guerras de Fijar, o que ele argumenta no texto *Muhammad at Mecca*.

lógica para a compreensão dos textos árabes a respeito de sua própria história. Da mesma maneira pode-se refletir sobre a obra de Watt, (2008). Ele não estava interessado em escrever uma história islâmica e sim, uma história através das categorias tal como compreendidas pelos islâmicos.

Seguindo o pensamento de Wellhausen, Crone aponta que não se pode explicar por meio da decadência da religião praticada pelos mecanos, antes do Islã, ou através de uma crise espiritual, a grande conversão dos árabes ao islamismo. Além disso, de acordo com a autora, até o século XIX, grande parte da população árabe ainda praticava cultos pré-islâmicos, comprovando o sucesso desses últimos. Apesar disso, no que tange aos aspectos religiosos, a autora argumenta que o sucesso de Maomé residiria no fato de ter associado o seu deus a Alá, que era considerado como principal divindade cultuada na Arábia (CRONE, 2008: 238). Ela termina esse seu trabalho afirmando que a explicação do sucesso maometano não residiria, pura e simplesmente, em questões sociais e religiosas, mas também em explicações político-sociais.

CAPÍTULO III

*“Deus não muda o destino de um povo até
que o povo mude o que tem na alma”*

Sura 13, 11

Seguindo esse pensamento de Crone, a pesquisa entra em uma nova parte, onde serão analisados os fatores políticos e militares. Nesse momento da tese, além dos autores já usados como Crone, Lewis e Armstrong, serão acrescentados outros, principalmente, Hugh Kennedy.

Em sua vida acadêmica, Kennedy focou a sua análise nos fatores político-militares do surgimento do Islã. Como apresentado no primeiro capítulo, esse autor foi considerado, nessa tese, como pertencente ao Neo-Orientalismo. Desse modo, ele apresenta um método de análise parecido com os orientalistas clássicos, fazendo análises cronológicas, com abordagem que envolvem um amplo tempo histórico. Seu método segue a linha iniciada por Fred Donner, focando em aspectos político-militares. Concomitantemente, ele foi leitor de Crone e em seus dois livros usados nesse trabalho, seis obras de Crone são listadas como referência bibliográfica. Assim, Kennedy pode ser considerado um revisor do pouco que foi escrito sobre os fatores militares e, em parte da sua obra, segue o pensamento de Bernard Lewis, Montomey Watt e Crone. Desse modo, nas próximas páginas esses autores voltarão a ser analisados e citados.

Outros filósofos serão analisados nesse último capítulo. Eles não necessariamente pesquisaram sobre o Islã, mas apresentaram conceitos e ideias relevantes para se compreender o contexto estudado, bem como para servir de base às análises feitas. Nesse contexto se destacam as obras de Nicolau Maquiavel, Carl von Clausewitz e Ibn Khaldun.

A enciclopédia *The Cambridge History of Islam* foi editada pelos professores Peter Malcolm Holt (1918-2006), o já referido Bernard Lewis e por Ann S. K. Lambton. Em sua introdução, escrita por Peter Holt, com a correção de Lewis e Lambton, afirma-se que,

diferentemente da Igreja Cristã, a *Umma* Islâmica estendia o seu poder político para fora da comunidade, e era organizada através de um mútuo apoio da população para a manutenção da fé. Esse concerto sobreviveu às transições dos califados e às inúmeras mudanças de regimes. Afirma-se ainda que as principais instituições islâmicas, a Xaria, a Jihad, a Lei Sagrada e a Guerra Santa são frutos desse concerto, em seus aspectos conservadores e militantes (HOLT, 2008: 12).

Frente a isso, nessa etapa da pesquisa será feita uma análise referente à formação de um novo concerto político, denominado *Umma*, procurando compreender as mudanças geridas por Maomé e seus companheiros. Depois será estudada a administração inicial dos novos territórios conquistados, tendo em vista a capacidade dos muçulmanos de administrar diferentes culturas e se adaptar a elas.

3.1 FATORES POLÍTICOS

Apesar das ideias apresentadas por Crone no livro, *The Meccan Trade and the Rise of Islam*, a autora dispõe de outro trabalho no qual a questão político-social é aprofundada. Em seu artigo “A Tribo e o Estado”, (1992) Crone traz problemas convergentes com a proposta dessa tese. Após apresentar definições sobre tribos e Estado e questionar-se sobre uma possível relação de sucessão entre eles, indaga qual teria sido o segredo da força dos povos nômades, os quais, em determinados momentos da história, teriam se transformado em colonizadores e derrubado unidades políticas complexas como grandes impérios (CRONE, 1992: 95).

De acordo com a autora isso teria acontecido devido à diferença entre a organização político-social do Estado e da tribo. Inspirada por Mark R.Cohen, ela afirma que o Estado teria como característica a sua capacidade de coordenar a atividade humana visando um objetivo comum e de se expandir sem uma tendência constante de ruptura. O problema é que esse contexto tem um preço. Esse objetivo comum é marcado por ser um objetivo público

improvável de coincidir com os objetivos privados de todos ou da maioria dos indivíduos. Em contextos pré-industriais a maioria era excluída na tomada de decisões. Assim, um Estado pré-moderno seria incapaz de responder de forma rápida para estabelecer uma decisão política (CRONE, 1992: 96).

Em contraste, uma tribo não teria aparato coercitivo e todos participariam na tomada de decisões; como consequência, a atividade humana não poderia ser coordenada em larga escala e a desunião seria um contexto normal do processo político. Apesar disso, se uma sociedade tribal adquirisse um propósito próprio, ela seria capaz de cooperar sem coerção e sem a tendência à desunião. Assim, Crone conclui que o próprio primitivismo daria uma enorme vantagem da tribo sobre o Estado e isso teria acontecido com os árabes e os mongóis (CRONE, 1992: 96).

Por meio desse pensamento, Crone responde a pergunta sobre o que teria sido relevante para o sucesso do avanço de povos nômades argumentando “que tanto a mobilidade nomádica quanto a ausência de diferenciação típica das tribos foram condições *necessárias*.” (grifo nosso, CRONE, 1992: 96). Continuando, ela sintetiza que só quando os membros de uma sociedade apresentam um grande contato entre eles e quando são estruturalmente idênticos é que eles conseguem desenvolver um propósito verdadeiramente comum. Esse ato seria para Crone a conciliação entre os interesses privados e objetivos públicos. Entretanto, para a autora, essa afirmação não seria aplicável em sua plenitude, já que nenhuma sociedade seria tão indiferenciada que não fosse destituída de interesses divergentes. Assim, a criação de um objetivo único sempre demandaria coerção. A diferença seria que entre as sociedade tribais essa coerção não apresentaria um caráter contínuo. Em outras palavras, não haveria uma maquinaria coercitiva posta, permanentemente, em movimento para recrutar tropa e nenhuma população teve que ser conquistada. Resumindo,

“os árabes que lutavam por si mesmo também lutavam por Deus, já que este representava o interesse dos árabes como indivíduos e como

coletividade. Em outras palavras, os conquistadores árabes podiam utilizar otimamente os seus recursos humanos e traduzir uma decisão política em ação sem atrasos. (...) [os conquistadores nômades] são socialmente desimpedidos e esta capacidade *social* de se mover rápido e em unísono é que transformava a sua mobilidade física em um instrumento tão mortal.” (grifo da autora, CRONE, 1992: 97).

Indo além, Crone afirma que uma importante mudança nas relações entre os indivíduos teria ocorrido por meio do igualitarismo tribal que foi mantido quando houve a formação da lei islâmica. De acordo com a autora, essa lei endossa e perpetua a tradição igualitária dos antigos muçulmanos por meio de três modos:

“Primeiro, a elaboração, transmissão e interpretação da constituição estão todas investidas na comunidade e não no chefe de Estado (o último não tendo nada a dizer sobre estes assuntos, exceto na sua qualidade de crente comum). Segundo, são dados, praticamente, os mesmos direitos e deveres a todos os homens livres (e, em larga medida, até às mulheres), membros adultos da comunidade. Terceiro, é dada uma esfera mínima de competência ao chefe de Estado e, ao mesmo tempo, seus súditos são dotados do poder de elegê-lo e, sob condições especificadas, do poder de depô-los⁵¹. Em suma, a liderança comunal (o “governo correto”) é investida em uma comunidade igualitária e o governo é constitucional no sentido de que o chefe de Estado é limitado por leis.” (grifos da autora. CRONE, 1992: 100)

Nesse sentido não foi a desigualdade entre os membros das tribos que ajudaram no sucesso do movimento, mas sim a igualdade reconhecida entre os seus membros que proporcionou a confecção de um objetivo em comum.

3.1.1 Incongruências da versão de Crone

A primeira incongruência de Crone (1992) se esboça no objetivo desse artigo que só é aparente na parte final do seu texto, quando ela afirma a seguinte frase:

“É improvável que seja satisfeita a esperança piedosa de alguns cientistas políticos de que a presença das tribos no Oriente Médio possa ajudar a causa da democracia naquela região” (CRONE, 1992: 101)

O estudo de Crone sobre a organização tribal do século VII está permeado por ideais

⁵¹ Isso é verdade para os sunitas. Os xiitas preferem incentivar o poder do califado investindo-o de poder absoluto e atrelando-o a sucessão do Maomé.

de organização política ocidentais do século XX, centrado principalmente na política norte-americana, baseada no discurso de levar a democracia ao Oriente Médio. Além disso, ao longo do seu texto, Crone usufrui de conceitos próprios de sua realidade ocidental e situada no século XX, como a comparação frequente entre Estado e tribo. Esse fato remete a observação feita no início dessa tese, quando foi apresentado a terceira compreensão de Said sobre o Orientalismo, na qual afirma que o orientalista apresenta uma opinião sobre o mundo oriental⁵².

No que tange ao texto, em si, a autora procura estabelecer uma comparação entre a organização estatal e a tribal com referência ao sucesso desses últimos em acabar com estruturas “altamente civilizadas”. Procurando fugir das interpretações que compreendem a tribo como um estágio sucessório que levaria ao Estado, ela acaba chegando a uma conclusão similar ao pensamento que critica.

Além disso, Crone não define ao certo o que se entende por “estruturalmente idênticos” com relação às tribos, e pode-se questionar até que ponto os membros das tribos árabes apresentavam essa identidade entre si. É válido ressaltar, como apresentado no capítulo anterior, que a sociedade mecana e medinense apresentavam desigualdades entre os seus membros, que mesmo que não fossem profundas, existiam e eram sentidas por eles. Além disso, Crone fala sobre os nômades, sem apresentar uma distinção clara entre as tribos assentadas e os nômades de fato. Quando se refere a nômades, a autora engloba tanto os assentados que viviam em Meca e Medina, quanto os andarilhos que viviam no deserto, ou, somente, os genuinamente nômades? No segundo caso, o movimento inicial teria sido ordenado principalmente pelas tribos assentadas, os companheiros de Maomé seriam habitantes de Meca e Medina e não nômades, que seriam usados mais adiante como força de combate. Não seriam assim líderes do movimento e futuros administradores, algo que a

⁵² Para maiores informações vide as páginas 22 a 24.

própria Crone irá apontar.

De acordo com a autora, depois que se encerra o processo de expansão, a convergência entre os objetivos públicos e privados, os quais, nas próximas páginas serão referidos como objetivos políticos, cede lugar a disputas sobre sucessão e organização dos espólios. O clímax dessas disputas foi a guerra civil (656-61), que apresenta dois resultados imediatos: a cisão entre muçulmanos xiitas e sunitas e o surgimento de uma unidade política árabe-islâmica fortalecida, que apresentou uma aparência crescentemente imperial (CRONE, 1992: 98). No âmbito social, presencia-se que após 100 anos de conquistas, a maior parte dos primeiros conquistadores estaria completamente alijada da participação na tomada de decisões. Apesar de protestos iniciais, esse contexto se manteve, já que ninguém, nem mesmo a aristocracia tribal, teria força suficiente para lutar contra um califa dotado de vastos recursos, cujos súditos dependiam dele para possuírem renda (CRONE, 1992: 99).

De fato, os nômades foram importantes como elementos de mobilidade e surpresa na conquista dos territórios, mas esse fator tem maior relação com questões militares, como será melhor argumentado adiante, do que com fatores de igualdade ou com o fato das tribos serem “estruturadamente idênticas”. Sendo assim, a ausência de diferenciação típica das tribos não é uma *condição necessária* para esse contexto expansionista e consolidação do islamismo.

Em um segundo momento, Crone observa que esse avanço torna a força dos povos nômades efêmera. Isso acontece porque em caso de sucesso na empreitada, o caráter de sua organização política muda; em caso de derrota, eles são desintegrados. Nos dois casos, duas sociedades organizadas ao longo de duas linhas opostas coexistiriam e interagiriam com toda a possibilidade de conflito que esse contexto proporciona. Esse processo só foi interrompido quando as estruturas de Estado foram estabelecidas nas terras tribais (CRONE, 1992: 97).

Nesse contexto, procurando compreender melhor a sociedade pré-islâmica e islâmica, a pesquisa recorrerá a Ibn Khaldun, partindo de sua radiografia social e de seu conceito de

“sentimento de pertencimento de grupo”, procurando compreender como mudanças sociais promovidas por Maomé influenciaram para o processo social estudado.

3.1.2 Sentimento de pertencimento de grupo

Nesse contexto, não é o fato de ser “estruturalmente idênticos” que faz com que os islâmicos obtenham sucesso em suas empreitadas, mas sim um *sentimento de pertencimento de grupo*⁵³, no sentido estabelecido por Ibn Khaldun em seu livro *The Muqqadimah: An Introduction to History*⁵⁴.

Ao escrever uma teoria geral sobre a formação e queda de uma dinastia, Ibn Khaldun (2005) define que tal sentimento é o que garante a submissão dos indivíduos a um poder e o início de uma organização política, no caso, uma dinastia. Em síntese, o sentimento de pertencimento de grupo ligaria todos os membros de uma tribo. Ele seria marcado pela compaixão e afeição entre membros com relações consanguíneas, algo aumentado frente à ameaça de um inimigo externo (KHALDUN, 2005: 98). De acordo com o autor, cada grupo apresenta um sentimento diferente do outro, com cada grupo exercendo sua própria autoridade e superioridade (KHALDUN, 2005: 152). Inspirado por esse pensamento, pode-se afirmar que a criação de uma comunidade por parte de Maomé, a *Umma*, onde os laços entre os indivíduos não são mais identificados por traços consanguíneos, mas sim pela adesão a uma nova religião, proporcionou uma grande mudança na sociedade árabe. Desse modo, quando se forma uma dinastia no império, apesar de ainda se presenciar a existência de identidade entre os membros de uma mesma tribo, há a consolidação de uma nova supraidentidade, que atuará juntamente com as identidades tradicionais, ajudando na legitimidade social do império, ainda que o mantenha sob permanente tensão e conflito⁵⁵.

Assim, a identidade da tribo não seria construída por todos os membros da cidade –

⁵³ Tradução livre do inglês: *group feeling*

⁵⁴ No português “Os prolegômenos: Uma introdução da história”.

⁵⁵ O principal exemplo desse dilema, nesse contexto, pode ser a guerra civil ao final do califado de Ali.

nômades e sedentários –, mas sim por aqueles que pertenciam a uma mesma tribo. Desse modo, sugerimos que se compreenda a relação existente entre os coraixitas, tribo de Maomé que residia em Meca, e os problemas criados pelo Profeta com as tribos judaicas, quando ele passa a governar Medina.

3.1.3 Igualitarismo e Islã

Patricia Crone (1992) afirma que uma importante mudança nas relações entre os indivíduos ocorreu por meio do igualitarismo tribal que é mantido quando ocorre a formação da lei islâmica. De acordo com a autora, essa lei endossa e perpetua a tradição igualitária dos antigos muçulmanos por meio dos três modos, previamente citados⁵⁶.

Nesse sentido não foi a desigualdade entre os membros das tribos que ajudou no sucesso do movimento, mas sim a igualdade reconhecida entre os seus membros que proporcionou a confecção de um objetivo em comum, o que só foi possível por meio de um ideal além das tribos.

Em seu livro *Sociedade Muçulmana*⁵⁷, Ernest Gellner explica a importância dos homens de tribo na política muçulmana em referência ao peso relativo do pastoreio e da agricultura na região árida (GELLNER, 1981: 20). Crone rebate essa afirmação questionando onde, no Oriente Médio, os homens da tribo teriam desempenhado um papel maior na política não-tribal antes da chegada do Islã. Para Crone em nenhum lugar isso existiu, nem na África do Norte, objeto de estudo de Gellner. O Islã proporcionou uma diferença crucial, não só porque deu aos habitantes de cidades e aos homens de tribo um idioma comum, mas também porque este idioma foi originado em um contexto tribal e permaneceu altamente adequado ao uso tribal (CRONE, 1992: 117).

Assim, Crone conclui que o Islã estabelece uma ligação entre a tribo e o Estado

⁵⁶ Vide página 73.

⁵⁷ Tradução livre de *Muslim Society*.

moderno, já que ambos apresentam uma proposta igualitária e incentivam a participação das massas. O igualitarismo tribal reside sobre a ausência de diferenciação social, sobre a difusão de poder por toda a comunidade e não sob a sua concentração em uma entidade única, como acontece com o Estado (CRONE, 1992: 101). Desse modo, diferente do que Crone escreve ao longo do texto sobre “valores tribais” árabes, na verdade seriam os valores que surgem com o Islã, com essa nova forma de compreender a sociedade e organizar as instituições sociais e que são legitimados sobre os “valores tribais árabes”. Isso justifica por que o movimento aconteceu só a partir do começo das pregações de Maomé e não antes, na sociedade árabe, mas ainda não islâmica.

Desse modo, pode-se considerar que a desigualdade social presente na cidade de Meca teria contribuído para a aquisição de crentes por parte de Maomé, principalmente por causa da mensagem de igualdade transmitida por ele e pela própria repartição dos espólios que Maomé realizará após as batalhas, ainda que esta última não tenha sido decisiva. Um ambiente de desigualdade já existia, pela própria característica da sociedade tribal, marcada pela existência de uma elite aristocrata e pela própria diferença social entre homens e mulheres, e não alterou o cenário político-social vigente. Só o advento de Maomé e a mudança nos laços sociais que, de fato, alteraram o processo social que levará a formação de um império.

3.1.4 A formação da Umma

Como foi exposto previamente, Watt argumenta que a base da pregação maometana residia na retomada dos ideais tribais, os quais haviam sido renegados pelos mecenos. Independente do grau das mudanças na sociedade mecana, pode-se argumentar que grande parte do que foi preconizado pelos ideais tribais, conhecidos como *muruwah*, o antigo código de honra árabe, estava presente na pregação inicial maometana. O antigo código propagava o desejo de que os homens trabalhassem para construir uma sociedade justa, onde os mais fracos seriam respeitados e a acumulação de riqueza não fosse voltada simplesmente para a

construção de sua fortuna pessoal, e a distribuição de esmolas e riqueza pela sociedade fosse incentivada (ARMSTRONG, 2002: 107-108). Essa visão corrobora os rituais do mês do Ramadã voltados para a distribuição de esmolas, um dos pilares do Islã, e a repartição dos bens na sociedade. E isso explica porque Maomé teve mais sucesso entre pobres nas suas pregações iniciais. Uma exceção deve ser feita ao nome de Abu Bakr, aristocrata meceno. Sem relutância, Bakr se converteu ao islamismo e trouxe com isso outros adeptos, usando sua posição social e sua riqueza em benefício da política maometana (ARMSTRONG, 2002: 119; RODINSON, 1974: 103).

Inicialmente não surgiu um grande movimento de estranhamento e de oposição a Maomé. Era comum o surgimento de pessoas que se intitulavam profetas e exaltavam novas religiões. Com o tempo, porém, Maomé passa a atacar de forma mais contundente as religiões politeístas, expondo as contradições existentes e também as divergências entre os pobres e os ricos. A oposição começou a se agudizar a partir disso.

As interpretações para os motivos dessa oposição vão variar de acordo com as correntes de pensamento. No orientalismo tradicional duas questões teriam influenciado esse movimento contrário a Maomé. A primeira era o receio do fim da antiga religião e do estatuto que a Caaba detinha, já que isso simbolizaria o fim da situação privilegiada da cidade, de sua aristocracia e dos negócios que tal peregrinação proporcionava (LEWIS, 1970: 46-47). Além disso, as pretensões de Maomé iam de encontro à unidade familiar. Como conquistou principalmente os jovens entre os novos adeptos, as famílias ficaram ressentidas em ver os seus parentes tornarem-se muçulmanos (ARMSTRONG, 2002, 126).

Por outro lado, não necessariamente se opondo a esse pensamento, pensadores como Crone e Armstrong irão argumentar, como já foi exposto, que a oposição era contrária à política desenvolvida por Maomé, pautada pelo desenvolvimento de uma comunidade acima dos laços tribais (NORTON, 1924: 385). O primeiro impacto dessa política foi o estímulo

induzido, por ele, do casamento entre muçulmanos, independente dos laços tribais, estabelecendo além de laços religiosos, também de parentesco, de modo que se formava um clã alternativo (ARMSTRONG, 2002: 166). É nesse contexto que começa a construção de uma comunidade, a *Umma*⁵⁸, que levará a formação de uma nova unidade política.

Maomé buscou estabelecer alianças com outras tribos e beduínos, procurando proteção, e a encontrou com peregrinos da cidade de Iatribe, em 620. Os habitantes dessa cidade viviam com tribos judaicas. No primeiro contato com Maomé, consideravam que talvez ele fosse o profeta que essas tribos esperavam e que ele pudesse atuar mediando os conflitos existentes na cidade (ARMSTRONG, 2002: 163).

Iatribe, a futura Medina⁵⁹, passou por um processo de conturbação social, muito usual entre os nômades (RODINSON, 1974: 137). A cidade era localizada em um oásis rodeada por montanhas e com um solo improdutivo. Sua riqueza era marcada pelo plantio de tâmaras e pelas atividades artesãs, ferreiras e dos joelheiros judaicos, e não possuíam uma forma de governo estável (LEWIS, 1982: 48). A cidade era formada por árabes animistas, cujas principais tribos eram os Aus e Khasraj, as quais teriam imigrado do Iêmen, e por três tribos judaicas, a Bani Qurayzah, Bani Nadir e Bani Qaynuqa (LEWIS, 2010: 41; RODINSON, 1974: 136). Todas essas tribos apresentavam algum grau de disputa, e no ano de 617 elas se encontravam em um impasse. A principal causa das divergências residia nas diferenças entre o *status* econômico dos judeus que se ocupavam da agricultura e dos ofícios manuais e dos árabes, em sua maioria comerciantes (LEWIS, 1970: 47). As tribos acreditavam que só um ente externo às tribos poderia atuar como mediador e pacificá-las.

Frente à apresentação do islamismo, os peregrinos consideraram que Maomé poderia atuar como mediador. Como essas tribos não apresentavam uma forte ligação com as religiões animistas e estavam acostumadas com a ideia de um deus único, decorrente da convivência

⁵⁸ Essa organização irá se consolidar com a imigração de crentes para a Medina.

⁵⁹ A palavra Medina vem da expressão "*Madinat al-Nabi*", que significa "a cidade do Profeta" (LEWIS, 2010:41).

com o monoteísmo judaico, aceitaram a ideia de se converter e levar a “mensagem” a diante (ARMSTRONG, 2002: 164). Só que eles teriam aceito essa “missão” desde que as suas necessidades políticas e econômicas fossem atendidas, e que a doutrina oferecesse segurança e disciplina à sociedade tribal (LEWIS, 1982: 47). Com a ida à Medina, Maomé rompe os laços muçulmanos com o clã coraixita e estabelece a ligação definitiva com uma nova comunidade, a *Umma*.

Nesse contexto, Maomé assumiu papéis sociais que fizeram com que os seus empreendimentos tivessem sucesso e sua estada em Medina reforçou-os. Sua principal e mais vivaz característica é a de ter atuado como um “profeta”, que pode ser compreendido como “*um detentor de carisma puramente pessoal, que, em virtude da sua missão, anuncia uma doutrina religiosa ou uma ordem divina*” (WEBER, 2006: 88). E como tal, Maomé reivindicava autoridade em consequência da revelação pessoal e da nova doutrina proposta (WEBER, 2006: 89; NORTON: 1924: 385).

Além disso, Maomé assumiu a função de “legislador”, responsável por “*ordenar sistematicamente um direito (existente) ou de constituir um novo*” (WEBER, 2006: 91). Diferente de Meca onde seria um simples cidadão, em Medina, Maomé se torna um “legislador”, o magistrado supremo da comunidade, e estabelece o ordenamento social baseado na sua doutrina (LEWIS, 1982: 49). Essa atuação era semelhante a função política de *Sayyid*, já existente na Arábia e que representava todo chefe eleito e hereditário de um clã, no caso dos emigrados coraixitas. Eles tinham como principais responsabilidades a arbitragem de disputas, a defesa da tribo e a proteção dos símbolos sacros. Era um cargo baseado no prestígio pessoal, e servia de instrumento de interlocução com os outros clãs. Na assembleia geral dos clãs, a *Mala*, um veto de um *Sayyid* poderia bloquear uma ação (RODINSON, 1974: 30-54). No caso de Maomé esse último critério era relativo, já que em Medina a sua opinião era seguida em última instância (RODINSON, 1974: 129).

3.1.4.1 Consolidação de uma identidade árabe e islâmica

O principal problema enfrentado por Maomé na nova cidade foi a dificuldade de angariar adeptos. Uma primeira ação visando contornar esse problema foi atrair os judeus para a sua religião. Para tanto, ele adotou práticas judaicas incluindo o jejum no Yom Kipur e a oração voltada para Jerusalém. Essas medidas não surtiram efeito e resultaram na rejeição dos judeus à sua autoridade. Como consequência, Maomé abandona as práticas judaicas e reformula os ritos, substituindo Jerusalém por Meca na orientação das preces e adotando a sua doutrina de um caráter árabe e nacional⁶⁰ (LEWIS, 1982: 49). É assim que seu objetivo político de unir as tribos árabes sob a égide do Islamismo ganha força.

Essa união será simbolizada nesse texto por meio da expressão “*árabe-islâmica*” para representar o movimento expansionista iniciado em Medina. Essa expressão une as duas características que em *conjunto*, tornaram esse processo possível: a religião islâmica e a etnia árabe.

Os ideais islâmicos e a diplomacia eficaz de Maomé fizeram com que os impasses existentes em decorrência das disputas tribais fossem de certa forma, amortecidos. Com um discurso religioso islâmico que apresentava um caráter universal, Maomé construiu uma identidade entre os indivíduos que aceitaram seguir os seus dogmas, colocando, em tese, abaixo dos ideais islâmicos, as disputas entre tribos e instituindo a igualdade entre os seguidores da nova religião (KHAZANOV, 1993: 471). À frente dessa expansão estavam os povos de etnia árabe e que formaram a elite responsável por administrar, por vários séculos, o vasto Império que começava a se formar. A união ente Islã e os árabes criou uma identidade simbiótica que se perpetua erroneamente até os dias de hoje (LEWIS, 2010:2).

Essa unidade pode ser vislumbrada pelo tratado estabelecido entre Maomé e as tribos

⁶⁰ Para evitar confusões, não estamos usando o termo “nacional” como compreendido pelo seu sentido moderno, posterior a Revolução Francesa. Porém, consideramos que o termo nacional pode simbolizar o que nos referimos quando falamos nessa proposta de Maomé de criar uma sociedade, cujos laços estavam acima dos sanguíneos, os quais caracterizavam até então as tribos.

árabes e judaicas. De acordo com esse tratado, todas as tribos deveriam viver em paz e não assinar um pacto à parte com Meca, nem dar proteção a nenhum coraixita. Reconhecia que Alá era o chefe da comunidade e única fonte de segurança. Com isso, os laços tribais foram anulados em prol de uma aliança religiosa e política (ARMSTRONG, 2002: 176).

Assim, nesse momento pode-se identificar uma inflexão na atuação de Maomé. A partir da mudança para Medina, ele passa a agir politicamente e através de uma hábil diplomacia, convertendo sua força política em autoridade religiosa (LEWIS, 1982: 50). Como resultado, Maomé proclama o ideal de *Umma*. Os muçulmanos de Medina teriam de prometer que dariam proteção (*awliya*) e ajuda (*nasr*) permanentes a pessoas com quem não tinham parentesco, mas sim, laço religioso (ARMSTRONG, 2002: 171). Nesse momento, Maomé estabelece um sentimento de pertencimento de grupo ligado a sua pessoa e a religião que professava.

A *Umma* mantinha a organização e costumes tribais, mantendo para cada tribo as suas obrigações e privilégios relacionados aos estrangeiros. Porém, internamente, nessa comunidade, todos os direitos foram abandonados e todas as disputas submetidas às decisões de Maomé. Teoricamente, sua posição ficou subalterna aos chefes de Medina, como Sa'd ibn Muadh e Ibn Ubbay, apesar de, na prática, a opinião final ser de Maomé, fato que criaria um problema no funcionamento da *Umma* após a sua morte (RODINSON, 1974: 128). Com relação a bens e casamento, Maomé manteve as práticas pré-islâmicas. Apesar disso, a *Umma* estabeleceu uma nova concepção de autoridade: agora Maomé, não a exercia por meio da força de uma autoridade condicional e consensual, reconhecida de forma espontânea pela comunidade, mas sim por sua prerrogativa religiosa. A autoridade sai da opinião pública e passa para o âmbito do divino, por meio do seu profeta (LEWIS, 1970: 50-51).

Essa postura de atuação política ganhará ainda mais força depois da Batalha de Badr, primeiro conflito entre muçulmanos e mecanos. Com a vitória conquistada nessa batalha,

Maomé intensificará sua diplomacia baseada nos casamentos. De acordo com o Corão, o profeta poderia ter quantas esposas quisesse e ele usou desse artifício para estender as suas alianças políticas e estreitar os laços da *Umma*. Assim, após a batalha, Maomé celebrou o casamento de Ali com a sua filha Fátima e o seu casamento com Hafsar, filha de Umar. Por meio desses casamentos, ele resgatava a questão do parentesco da sociedade tribal e a aplicava à *Umma*.

Outro fato que marca esse processo de aprofundamento da política islâmica foi a promulgação da Constituição de Medina e a formação de um primitivo Estado. Esse documento representava a união entre Maomé e os seguidores. Nele, todos assumiam o compromisso de se apoiarem em caso de defesa a um ataque (RODINSON, 1974: 161). Outro aspecto que mostra a iminência de uma ordem política é a formação de uma espécie de polícia, formada por muçulmanos (RODINSON, 1974: 167). Foi adotada a oração por cinco vezes ao dia e ratificada a autoridade de Maomé como Profeta de deus. Além disso, foi garantido aos judeus o direito de praticar a sua crença (LEWIS, 2010: 45).

Depois da Batalha das Trincheiras⁶¹, Maomé passa a agir em duas frentes. A primeira ação foi ganhar a simpatia da população de Meca, e a segunda, avançar o seu poderio para as terras ao norte de Medina. Para alcançar o primeiro objetivo, Maomé se valeu de ações voltadas para a progressiva conversão religiosa de sua população. O caso mais emblemático dessa ação foi o desejo de Maomé de realizar a *hajj*, ou seja, peregrinação a Caaba, em Meca.

Em março de 628, Maomé anunciou que iria fazer essa peregrinação e arregimentou cerca de mil muçulmanos⁶². Proibido de entrar, Maomé fez um acordo⁶³, que garantiu a possibilidade de fazer a *hajj* no ano seguinte, e estabelecia uma trégua de 10 anos entre Meca

⁶¹ A Batalha das Trincheiras foi o terceiro embate entre muçulmanos e mecanos. Ela resultou na vitória dos muçulmanos.

⁶² Maomé garantiu que não seria uma expedição militar, e os peregrinos portavam somente facas e o tradicional manto branco e ficaram acampados fora da cidade, em Hudaibiyya, aguardando autorização para entrar. Os números de muçulmanos que seguiram o profeta não é preciso, estima-se que entre 700 a 1600 homens e 4 mulheres o seguiram até Meca (RODINSON, 1974: 226)

⁶³ Chamado de Pacto da Fidelidade, *bay'at al-ridwan*, marcado pela obediência às ações do profeta (ARMSTRONG, 2010: 247).

e Medina, além de proibir ataques muçulmanos às caravanas mecanas⁶⁴. Após esse tratado, Maomé se torna chefe de Medina, um tipo de “chefe de Estado” (ARMSTRONG, 2010: 247; RODINSON, 1974: 198).

Com relação ao seu segundo objetivo, Maomé atuou através de uma diplomacia marcada pelo envio de missões diplomáticas, levando a sua visão religiosa através do estabelecimento de alianças pautadas pela subordinação das tribos à autoridade de Maomé, em troca de proteção, semelhante à condição dos judeus em Medina. Com isso ele procurou estabelecer a sua confederação (ARMSTRONG, 2002: 239) e estender, a partir dessas alianças, o poder econômico de Medina até a Síria, visando atender principalmente os interesses da crescente população.

3.1.5 Novos administradores

Tendo apresentado a Umma e a construção de uma nova identidade árabe-islâmica, a pesquisa parte para a análise de outros fatores políticos. Nesse momento serão apresentadas a forma como os árabes-islâmicos administraram os seus novos domínios, e, principalmente, as circunstâncias que garantiram o sucesso e a consolidação do Império que nascia.

Os sucessores de Maomé basearam-se nos costumes árabes tribais e na aristocracia mecana. Eles herdaram o legado da administração bizantina, assim como as tradições da monarquia sassânida. Da mesma forma, posteriormente, os árabes-islâmicos foram influenciados por outras concepções políticas, como as provenientes de turcos e mongóis, além do pensamento liberal europeu, já no século XVIII (HOLT, 2008: 12). Resumindo, ao

⁶⁴ Além disso, Maomé se aproveitou de brechas para burlar o tratado. Com relação a essa cláusula, o tratado não falava nada sobre a aceitação de mulheres. Outro caso foi a ida do coraixita Abu Basir ibn Asid. De acordo com o tratado, Maomé deveria devolvê-lo para Meca. Asid não desistiu de seguir o islamismo e, ao fugir dos coraixitas que tinham vindo buscá-lo, seguiu para a Medina. Maomé não pode aceitar Asid, mas falou que como homem livre ele poderia ir a qualquer lugar. Asid decidiu seguir para o acampamento de al-Isa e passou a receber os novos muçulmanos que vinham de Meca e restabeleceu o antigo boicote econômico, ao fazer ataques às caravanas que passavam na região. Frente a essa situação, os coraixitas tiveram que pedir a Maomé para revogar o tratado e pode aceitar os muçulmanos de al-Isa, menos Asid, que tinha morrido (ARMSTRONG, 2002: 255 e 256).

longo da sua história os árabes foram absorvendo as instituições dos povos conquistados e levando a eles o novo ordenamento político-social criado. Antes de se adentrar nesse contexto, é válido tecer algumas palavras sobre uma nova instituição, o califado.

3.1.6 O Califado

Apesar dos diferentes autores, pode-se afirmar que Maomé deixou um enorme legado. Antes de sua morte (10/632), o profeta tinha pacificado a região do Hejaz, estabelecido acordos e sua liderança havido sido reconhecida por tribos ao norte, na fronteira bizantina e dentro desse império, como o casamento que estabeleceu com uma egípcia. Construiu uma unidade social e política pautada pela união entre a etnia árabe e os valores islâmicos, criando uma sociedade acima das tensões sociais.

No âmbito militar, o profeta soube aproveitar de características existentes na ordem tribal e agregou novos elementos, criando uma nova organização militar. Aproveitou da agilidade beduína e acrescentou a disciplina e a atuação coordenada. Essa unidade só foi possível por meio de uma unidade de ideias e dogmas que foi trazida pelo Islamismo, e que seria sintetizada posteriormente no Corão. Pela primeira vez a Arábia se encontrava sob uma mesma *Pax* hegemônica, mas sob essa unidade ainda residiam divergências tribais e laços familiares. Essas duas aparentes antíteses permearão toda a história do Império Árabe Islâmico. O novo império viverá sob uma base de permanente contestação, como o próprio pensamento de Crone, exposto previamente, demonstra.

A morte de Maomé trouxe sérios problemas de sucessão e ameaças à ordem estabelecida por ele. Como o Profeta não havia declarado de que modo deveria ocorrer a sua sucessão, as principais forças existentes começaram disputar esse direito. A tribo de Khasraj considerava que o seu *Sayyid* deveria ser o sucessor do Profeta; apesar da força de Medina entre a elite que cercava Maomé, a maioria considerava que esse privilégio deveria ser

concedido a quem tivesse acompanhado o profeta desde Meca. Além disso, as tensões ainda existentes entre as tribos de Medina faziam com que elas não conseguissem apresentar um nome de consenso. Dois nomes vieram à tona: o de Abu Bakr, Omar⁶⁵ e Abu Abaida, mas o conselho de anciãos, o *Shura*, escolheu Abu Bakr por consenso (LEWIS, 2010: 53-54; LEWIS, 1982: 59).

Abu Bakr se nomeou *Khalifat Rasul Allah* (“sucessor do mensageiro de Deus”) (LEWIS, 2010: 54), sendo conhecido por Califa, de acordo com a caligrafia europeia, começando a dinastia no que se convencionaria chamar Califado Rashidun, ou “Califado dos Bem Guiados”.

O conselho só formalizou a escolha sem delimitar os direitos e deveres que deveriam guiar o mandatário do cargo, o que distinguia o papel assumido pelo Califa do de *Sayyid*. Anteriormente, o *Sayyid* detinha poderes executivos e possuía um exército, ainda que não estivesse sob o seu domínio, já que eram marcados, naquele tempo, pela inexistência de unidades e pelos comandos tribais (LEWIS, 1982: 59).

Em termos gerais, a sociedade islâmica não distinguia entre os aspectos religiosos e políticos da vida comum. O Califa tinha tanto a liderança religiosa quanto a política, os muçulmanos e os demais indivíduos pertenciam a um governo definido por uma aliança religiosa. Essa tradição vem da experiência da comunidade muçulmana em Medina sobre a liderança de Maomé (LAPIDUS, 1975: 363), cuja autoridade derivava da sua posição religiosa. Nesse caso, valores religiosos e políticos e oficiais políticos e religiosos eram inseparáveis.

Depois da morte de Maomé, o califado preservou essa ideia. Como sucessor do Profeta, os califas eram obrigados a preservar seu legado religioso e político em seu aspecto moral, legal e religioso. Nesse sentido, a posição do Califa era única e absoluta. Nenhuma

⁶⁵ Omar retirou a candidatura em favor de Abu Bakr (RODINSON, 1974: 259).

outra pessoa possuía autoridade administrativa e religiosa, a não ser quando o Califa a delegasse (LAPIDUS, 1975: 364). E o mesmo pode-se presenciar na esfera militar. O controle político não se separava do mando militar, e os projetos militares de expansão, em parte, seguiram as últimas incursões organizadas por Maomé. Apesar disso, os primeiros califas não atuaram como comandantes militares, com exceção do segundo, Omar, que irá até Jerusalém, quando ela for conquistada. Os outros califas bem-guiados exerceram o seu poder diretamente de Medina (KENNEDY, 2007: 51).

Além disso, a organização política dos primeiros califas se mostrou essencialmente militar, cujo objetivo principal foi a expansão e o aproveitamento dos frutos da conquista (GIBB, 1955: 5). Ao longo do tempo, as necessidades das guerras e do aparato militar levarão à criação de instituições que terão funções além das militares, mas que estarão conectadas a elas.

3.1.7 Quem influenciou quem?

De acordo com Crone (1992), os árabes são os únicos conquistadores de origem tribal que moldaram as tradições de povos detentores de instituições complexas a partir de sua herança tribal. Isso aconteceu a partir da reelaboração dos valores tribais em uma forma que muito transcendia o contexto onde residia.

A questão da conquista de outros povos pelos árabes, pode ter uma explicação que complementa essa visão de Crone. Não seriam os valores tribais árabes uma influência sobre os povos ditos “civilizados”, mas sim, o novo ordenamento político-social criado por Maomé, denominado de *Umma*. Além disso, as instituições, a cultura e as tradições dos povos conquistados, também foram adotadas pelos dominadores árabes-islâmicos.

Em *O Príncipe*, Maquiavel descreve uma série de conselhos para um governante em diferentes ocasiões, em um deles, o filósofo afirma que quando o Príncipe conquista novos domínios, se depara com um cenário muito complicado de se lidar:

“deve-se ter em conta que não existe nada mais difícil de tratar, de sucesso mais duvidoso, nem mais perigoso de lidar, do que se tornar promotor de novas instituições. Porque, então, o introdutor tem como inimigos a todos aqueles que se beneficiam com as instituições antigas e, como defensores sem entusiasmo a todos os que tirariam partido das novas instituições” (MAQUIAVEL, 2003: 23)

Nesse contexto, para contornar essa situação é importante que o novo governante, que não teve contato prévio com a administração, mantenha a administração sob a organização dos povos conquistados e, substituindo essa administração autóctone à medida que os conquistados começam a criar uma identidade com os conquistadores. Como aconselha Maquiavel:

“Existem três formas de conservar os Estados conquistados quando estes, (...) estão habituados a reger-se por leis próprias e em liberdade: a primeira consiste em destruí-los; a segunda é ir habitá-los; a terceira é deixá-los viver sob as suas leis, mas impondo um tributo e criando dentro deles um governo de poucos que os mantenha aliados.” (MAQUIAVEL, 2003: 19)

Os conquistadores árabe-islâmicos acenaram com a segunda e a terceira opção. A segunda opção pode ser visualizada pelas imigrações feitas por árabes para os territórios ocupados, e pela construção de cidades, normalmente quartéis-generais, os quais deram origem a novas cidades, como foi o caso da cidade al-Fustât, que se tornaria a primeira capital do Egito sob domínio árabe (LEWIS, 2010: 83). Quando a conquista foi consolidada, as tropas não árabes receberam do governo muçulmano concessões de terra nessa cidade (KENNEDY, 2001: 5).

Essas cidades eram chamadas de *Amsar* e tiveram um papel vital na organização e consolidação da influência árabe nos territórios conquistados. Estas cidades serviam de mercado para o escoamento da produção agrícola de territórios vizinhos e por meio dessa conexão, o árabe foi penetrando nessas regiões. Com o tempo foram surgindo aglomerações urbanas fora das muralhas, com artesãos e mercadores das populações conquistadas, que supriam as necessidades das elites árabes. Presencia-se um forte movimento da população das

regiões rurais para as cidades, movimento este que foi favorecido por uma tributação discriminatória contra os agricultores não muçulmanos e pela baixa dos preços agrícolas. Tal fato foi ocasionado principalmente pela distribuição gratuita, e em larga escala, dos rendimentos entre os exércitos árabes (LEWIS, 1982: 64).

A manutenção das administrações locais e os tributos remetem à Constituição de Medina, que instituiu uma nova forma de arrecadação por meio do imposto denominado *zakât* (imposto de purificação), que era uma porcentagem do valor total da riqueza de um indivíduo e um quinto do espólio de guerra. Esse montante arrecadado seria repartido entre os órfãos, pobres e doentes da *Umma* e simbolizou o início de um tesouro público⁶⁶ (RODINSON, 1974: 161). Essa ideia foi estendida aos territórios ocupados e ampliada.

3.1.7.1 Ocupação dos territórios

Em seguida às conquistas, inúmeros árabes, beduínos em sua maioria, foram se assentando de forma permanente em diversas localidades, principalmente em novas cidades que iam sendo fundadas pelas autoridades islâmicas. Por volta de 28/650, as comunidades estavam já estabelecidas e a administração árabe-islâmica começando a ser montada.

O processo mais demorado foi o da conversão da população. Ela ocorreu ao longo dos séculos, por meio de medidas de incentivo como pagamento de tributos diferenciados, e só a partir do século X e XI é que se encontrou a maioria da população convertida ao Islã. Assim, em um primeiro momento, a maioria dos muçulmanos era de origem árabe, mas a partir do século VIII, esse quadro se inverte, e a maioria da população passa a ser formada por muçulmanos de etnias diversas. Este fato teve reflexos na composição do exército. No início, a maioria dos soldados e dos oficiais era de árabes islamizados, que tinham como identidade o pertencimento a uma determinada tribo. Com o tempo, o exército passou a se formar por

⁶⁶ O tesouro público não se distinguia da riqueza pessoal de Maomé. O profeta recebia muitas doações deixadas por seguidores em seus testamentos (RODINSON, 1974: 206).

múltiplas etnias e a identidade passou a se dar por meio da religião, do Islã (KENNEDY, 2007: 7).

Ao conquistar um novo território, a tropa ficava na cidade firmando os termos básicos da ocupação e depois designava as elites subjugadas para a administração das províncias. Essas elites locais ficavam responsáveis pela coleta de impostos *per capita* (*jizya*)⁶⁷, mais baixo do que o imposto pago anteriormente aos persas. A *jizya* era paga por todos os povos conquistados, conhecidos como *Dhimis*, ou seja, membros das religiões toleradas por lei⁶⁸ (LEWIS, 2010: 78 e LEWIS, 1982: 67). Esse *modus operandi* foi criado e desenvolvido pelo segundo Califa, Omar (12-634/22-644). Após definido o acordo, o exército voltaria para combate em outra localidade.

Uma das inovações militares adotadas pelos Califas e que tinha relação com a formação de novas cidades ocorreu com relação à condição física dos militares. Com a tomada de quase a metade do território persa, o exército de Sa'd ficou cerca de um ano em Ctesifonte e o Califa Omar, preocupado com as condições físicas do exército muçulmano, criou uma política que seria seguida por seus sucessores: o confinamento dos soldados em assentamentos fortificados. Nessas cidades militares, mantinha a *muqatila* (infantaria regular) em forma para a batalha. Seguindo as ordens do califa, Sa'd e seus soldados se retiraram de Ctesifonte e foram para uma planície vazia, próxima ao Eufrates, onde o comandante fundou al-Kufa (LEWIS, 2010: 78 e 79). Nas cidades, o exército deveria poupar pessoas, propriedades e as leis e a administração local eram mantidas.

Ao final da tomada de Jerusalém, em 614, nota-se uma das principais características do exército muçulmano e que foi crucial para o sucesso de sua expansão: a capacidade de

⁶⁷ Os muçulmanos pagavam um pequeno tributo de caráter religioso, os demais impostos eram pagos pelos povos conquistados e que não eram muçulmanos. Estes impostos incluíram o *Jizya* e o *Kharaj*. Nos momentos iniciais da expansão o *Jizya* era uma espécie de imposto individual, enquanto o *Kharaj* representava qualquer tipo de imposto e utilizado sem grande exatidão, para designar o tributo coletivo arrecadado, constituindo uma importância fixa para cada região (LEWIS, 1982: 66).

⁶⁸ É possível que em algumas regiões tenham se mantido impostos existentes antes do domínio árabe-islâmico (RODINSON, 1974: 206).

adaptação às situações e de absorver conhecimento. Desse modo, a cavalaria muçulmana e a sua infantaria foram angariando ainda mais *expertise* em táticas militares. O mesmo se aplica à administração do império. Em consonância com o que seria “aconselhado” por Maquiavel séculos depois, a respeito da “conquista de principados novos”, os muçulmanos mantiveram, à princípio, as estruturas existentes, suas leis e elites dominantes, somente as substituindo por congêneres islâmicas com o passar do tempo (LEWIS, 2010: 83).

Da mesma forma aconteceu com a economia. Primeiramente os muçulmanos usaram as moedas em circulação nas áreas conquistadas, principalmente o *dracma* de prata sassânida, conhecida em árabe como *dirham* (KENNEDY, 2007: 11). Mesmo pensamento foi aplicado nas áreas rurais. Os árabes se apoderaram de todas as terras, mas os proprietários, desde que reconhecessem o novo governo e pagassem o imposto, mantinham todos os seus direitos de propriedade. As terras confiscadas foram registradas e administradas pelo Estado. Os muçulmanos eram incentivados a adquirir terras fora da Arábia e a muito deles foram concedidos terras pertencentes ao Estado sob forma de arrendamento, a *Qatia*. No caso das terras que eram pouco produtivas, o Estado concedia um auxílio sob a forma de redução dos impostos. Os proprietários rurais muçulmanos fora da Arábia não estavam sujeitos ao pagamento do imposto, mas com o tempo passaram a pagar uma taxa mais reduzida, conhecida como *Ushr* (LEWIS, 1982: 66).

Essa construção de uma unidade política e de um idioma comum será ainda mais percebida quando se analisa as mudanças introduzidas por Maomé e pelos califas Rashidun na esfera militar. Isso ocorre especialmente, quando se observam os fatores que favoreceram o sucesso na aquisição de novos territórios e a resposta dos membros das tribos à medida que novos desafios surgiam, como o embate contra um exército maior, ou a derrota, como na batalha de Uhud (3/625). Visando apresentar, a pesquisa agregará, daqui em diante, análises sobre a questão militar, tendo em vista o encaminhamento para a conclusão.

3.2 FATORES MILITARES

“O desejo de conquistar é algo muito natural e legítimo; sempre que os homens consigam fazê-lo serão louvados e não censurados”
Maquiavel

A formação do Império Árabe-Islâmico está muito atrelada a questões político-militares. Sua estrutura foi construída por meio de aquisições territoriais obtidas através da utilização da força, e suas instituições políticas, econômicas e jurídicas foram moldadas de acordo com as necessidades militares geradas ao longo das conquistas. Um exemplo dessa importância reside na pluralidade de significados existentes para a palavra “conquista”.

O primeiro conceito era denominado *fath*, que simbolizava as conquistas dos territórios antes pertencentes aos Impérios Bizantino e Persa. Apesar da raiz *fih* denominar “abertura”, esse termo significou, especificamente, as conquistas obtidas por meio da força. Nesse extremo encontram-se ações como o saque de cidades e o confronto direto com os seus habitantes, como na tomada de Estakhr em Fars⁶⁹. Outra forma de conquista, por via pacífica, se caracterizava pela adesão de seus habitantes à suserania dos islâmicos, e pela ratificação de um acordo que envolvia normalmente o estabelecimento de tributos e a promessa de não ajudar os inimigos dos islâmicos, em troca da segurança e da administração árabe. Nesse contexto, encontra-se a aceitação da conquista, sem que ao menos os conquistadores tenham chegado perto do território a ser conquistado. Por meio do envio de mensagens diplomáticas, os povos aceitavam a administração árabe, fato este comumente ocorrido nas áreas montanhosas do Império Persa, do norte da África e da Península Ibérica (KENNEDY, 2007: 6).

É válido ressaltar que em uma mesma cidade poderiam ocorrer formas de conquista

⁶⁹ A província iraniana de Fars (também chamada de Pars) seria o local de origem dos persas. A palavra Pérsia deriva da palavra helenizada Pérsis, cuja raiz é Pars. A palavra Fars é a versão arabizada de Pars, além disso, a língua persa e chama farsi ou parsí, derivada do nome da província também. Coordenadas da cidade de Estakhr: 32° 55' 1" Norte, 59° 33' 46" Leste.

diferentes. Independente dessas variantes, a conquista simbolizou a imposição de uma nova ordem política, religiosa e cultural nestes territórios. Com o tempo, o árabe se tornou a língua materna de um número crescente de pessoas, mesmo aquelas que não tinham laços sanguíneos com os habitantes da Península. Além disso, a assimilação foi tão grande nas primeiras décadas, muito favorecida pelas imigrações árabes aos novos domínios, que a diferenciação entre árabe e não árabe se tornou cada vez mais fluida (KENNEDY, 2007: 7).

Apresentado esse panorama sobre a conquista, e evidenciando sua importância para a história islâmica, a pesquisa focará a análise militar sobre as conquistas realizadas, até o final do último califado Rashidun, partindo de dois conceitos presentes na teoria militar: o *warfare* e a chamada “trindade paradoxal”.

3.2.1 Warfare

No pensamento militar existe uma expressão de difícil tradução para o português, chamada *warfare*. De um modo aproximado, pode-se dizer que significa “forma” ou “jeito de lutar”, mas tal tradução não demonstra com precisão a amplitude do conceito. No caso da pesquisa em questão, o conceito de *warfare* será interpretado como tudo o que é necessário para preparar o soldado para o combate, além da forma como a tropa se comporta, incluindo a estratégia e táticas adotadas. Nesse ínterim, além das técnicas militares, o conceito também engloba a preparação física, incluindo as armas, o tipo de vestimenta, e de preparação psicológica, incluindo a crença, pelo soldado, da validade de suas ações. Envolve também a preparação da tropa, toda a logística necessária para a sua manutenção e locomoção, e até a preparação cognitiva por meio de ensinamentos aos oficiais e soldados da “arte da guerra”, parafraseando Sun Tzu.

Assim, o conceito de *warfare* leva em consideração os chamados “fatores permanentemente em operação”, como o clima, o tempo, a vegetação e os fatores “contingentes” que incluem as dificuldades de suprimento, equipamento, duração da guerra e

sua intensidade (KEEGAN, 1995: 79). Esses fatores serão apresentados ao longo do texto, sendo que dois aspectos serão destacados, à parte: os armamentos árabe-islâmicos e a logística. Não é por acaso que esses dois aspectos vão ser apresentados em separado: a pesquisa parte da noção de que foram nesses quesitos que os árabes-islâmicos tiveram maior sucesso, de modo que se procedeu ao redor deles uma síntese que remete à já referida união acima de laços tribais, a adaptação à contingência e a capacidade de absorver conhecimento ao se deparar com outras culturas.

3.2.2 Trindade Paradoxal

O conceito de *warfare* vem acompanhado nessa tese do conceito de Carl von Clausewitz, de “trindade paradoxal”⁷⁰, a qual contempla três aspectos inerentes de qualquer guerra. O primeiro seria diretamente ligado ao povo e envolveria as paixões da guerra, e o segundo se relacionaria ao comandante e seu exército, caracterizado pelo talento e domínio diante do acaso. Quanto ao terceiro aspecto, engloba todos os objetivos políticos que só podem ser resolvidos e determinados pelo governo (CLAUSEWITZ, 1996: 30). No caso dos exércitos islâmicos, principalmente no início do processo expansionista será percebido que as atividades características do comandante e do governo estarão entrelaçadas na figura de Maomé e dos califas.

Esse conceito guiará a pesquisa sobre os fatos históricos analisados e ajudará a entender o sucesso árabe islâmico e o futuro desmembramento do Império. Em decorrência da amplitude desse conceito, que nos leva a pensar a ação militar além das estratégias e táticas adotadas, entende-se a forma pela qual as vitórias militares ajudaram na formação do Império. Compreende-se também a união em uma mesma pessoa, entre a figura do comandante militar e do califa, e o papel da economia na manutenção dessa união. Além disso, é válido salientar que cada unidade política apresentará um *warfare*. Considera-se que essas diferenças são

⁷⁰ Do alemão *Wunderliche Dreifaltigkeit*.

determinantes para o sucesso ou fracasso em uma batalha, e num contexto mais amplo, são fatores relevantes para se pensar as diferenças entre as sociedades em que se assentam.

Antes de se adentrar sobre esses fatores é válido analisar o contexto político-militar dentro e fora da Península Árabe à época da ascensão de Maomé.

3.2.3 Contexto político-militar

No início do século VII existe um ambiente de permanente animosidade entre os impérios Persa e Bizantino. As disputas entre esses dois impérios, que dividiam uma grande fronteira em comum, remonta ao ano de 56 a.c. Os conflitos centravam-se na disputa entre dois projetos hegemônicos e pelo controle das rotas comerciais que vinham da Ásia – controladas pelos iranianos – e do comércio mediterrânico – controlado pelos bizantinos.

No início do século VII as rivalidades entre os persas e bizantinos foram alavancadas. Os dois impérios ambicionavam avançar suas respectivas fronteiras para a região do Crescente Fértil. Bizâncio desejava consolidar a sua supremacia na região da Mesopotâmia, e os persas desejavam reaver os territórios da Síria e do Egito. Nesse contexto, uma ofensiva persa foi realizada em 611, resultando na conquista de Antioquia, cidade estratégica para os bizantinos. Além disso, os persas conquistaram Damasco, a Síria, a Palestina e o Egito, centros importantes para a administração bizantina. Para frear esse avanço persa, alianças foram formalizadas⁷¹, exacerbando as rivalidades e levando a uma guerra de seis anos (622-628), que resultou num avanço bizantino e na reconquista dos territórios invadidos pelos persas.

Essas guerras deixaram os dois impérios exauridos e fizeram com que, em prol do esforço de guerra, seus governantes pressionassem suas províncias, visando o aumento da arrecadação, que somado às divergências religiosas e políticas, geraram um ambiente de

⁷¹ Os bizantinos fazem alianças com povos do Cáucaso e os Khazars (tribo semi-nômade turca) inimigos dos persas, ao mesmo tempo os sassânidas estabeleceram alianças com os Ávaros, inimigos dos bizantinos.

constante contestação da ordem imperial por grupos locais.

Concomitantemente, as invasões de povos vindos do norte fizeram com que houvesse uma fragmentação dos impérios, o que foi responsável por alterar o jogo de forças no Mediterrâneo. Assim, no século VII, no mesmo momento em que Maomé fazia as suas primeiras pregações, o mundo mediterrânico passava por um momento de esfacelamento da antiga ordem romana, com uma disputa hegemônica entre persas e bizantinos (LE GOFF, 2005: 30).

Esse esfacelamento da ordem geopolítica resultante das guerras entre persas e bizantinos, teve certa influência na vida política, econômica e social da Arábia, variando de acordo com a região da Península. Em decorrência do clima árido e do ambiente hostil, a Península Arábica nunca foi de grande pretensão para os grandes Impérios que a circundavam, e as tribos árabes semitas permaneceram à margem do radar geopolítico dessas potências que dominavam o Crescente Fértil⁷². Todavia, isso não significou que a região estivesse muito longe para participar de forma marginal desses Impérios, sofrendo com as disputas, e agregando elementos dessas culturas, principalmente em questões militares e religiosas (LEWIS, 2010:2).

⁷² O Crescente Fértil designa o arco de terras que se ergue a partir das terras a leste do litoral do Mediterrâneo e corta o Egito, a Palestina, a Síria, um pedaço da Turquia e desce até o golfo Pérsico, atravessando o Irã.

Para melhor ilustrar a penetração persa-bizantina na Arábia pode-se dividir esse



território em três grandes áreas geoestratégicas, cuja tentativa de dominação variou de acordo com a importância econômica e a inospitalidade local. A primeira região mais ao norte fazia fronteira com os grandes impérios e foi alvo de algumas tentativas de domínio,

principalmente por questões de segurança. Assim, em diversos momentos, essas unidades políticas imperiais incentivaram a formação de outras unidades que serviam como espécie de “Estados tampões”. No extremo sul, a fertilidade e a riqueza da região do Iêmen foi alvo mais constante desses impérios, que procuraram em diversas ocasiões estabelecer o seu domínio político-econômico. Diferente dessas regiões, o Hejaz não foi objeto de grandes interesses principalmente por causa do seu ambiente inóspito. Assim, a influência deles só podia ser sentida por meio de missionários que procuravam angariar devotos para as suas religiões.

Nesse cenário, pode-se caracterizar três formas distintas de dominação: uma mais ideológica e as outras duas variantes político-econômicas.

Uma primeira forma de dominação indireta, exercida pelos impérios bizantino, persa e axumita⁷³ foi feita por meio da influência cultural, impulsionada pelo contato proporcionado pelas rotas comerciais transarábicas. Colônias de judeus e cristãos se instalaram em diversas localidades da Península, promovendo a sua cultura (LEWIS, 1970: 37). Essa forma foi mais

⁷³ Os axumitas eram os habitantes do Império Axum localizado na costa oeste do continente africano, do outro lado do Mar Vermelho. Em sua máxima extensão, ele englobou a região atual da Eritreia, norte da Etiópia, sul do Egito, Djibuti e norte do Sudão. No século VII, o Império tinha grande relação com Bizâncio. Seus governantes eram patrocinados pelos bizantinos e era visto como uma “ponte” para as pretensões bizantinas (SHINNIE, 2002: 260-264).

voluntária, marcada, por exemplo, pela migração de indivíduos de ordens monásticas que se direcionaram tanto para a Arábia quanto para regiões da Ásia Menor e África. No caso cristão, os nestorianos seguiram sua pregação pela rota da Seda, cobrindo toda a região que saía do Oriente Médio chegando até a China. Por outro lado, os monofisistas⁷⁴ levaram suas ideias para o Vale do Nilo (LEWIS, 2010: 11).

Em casos extremos, houve a formação de centros cristãos, como foi o caso dos Estados de Gassan⁷⁵ e Hira⁷⁶, com o primeiro seguindo a fé monofisista, e o segundo, nestoriana. Próximo à ascensão do Islã, os subsídios pagos por Bizâncio aos gassânidas foram suspensos por Heráclio para conter os gastos decorrentes dos enfrentamentos com os persas. Esse contexto favoreceu os invasores muçulmanos que ao chegar a Gassan encontraram os seus habitantes num estado de revolta contra Bizâncio (LEWIS, 1970: 38-39).

A outra forma de influência desses impérios foi o domínio político e econômico⁷⁷ direto ou indireto exercido em diferentes localidades da península. O domínio direto foi representado pela atuação em determinadas áreas, como no caso da invasão, em 525, por tropas axumitas, patrocinadas por Bizâncio, ao sul da Arábia, bem como a cobrança de impostos por parte dos iemenitas às autoridades axumitas.

O grande marco da relação entre Bizâncio e o Estado Axumita, e que terá influência no território da Arábia, será a expedição organizada pelo rei etíope Ella-Asbeha, que assumiu o nome bíblico de Caleb, em 520, pelo Mar Vermelho. Essa expedição teria tido o intuito de tomar possessões ao sul da Arábia. Para tanto, Ella-Asbeha venceu o rei de Himyar, Yûsuf

⁷⁴ No Império Bizantino havia duas correntes dentro do cristianismo. A primeira, formada pelos nestorianos, os quais acreditavam que Jesus tinha duas naturezas, uma divina e outra humana. Eles viviam principalmente na Síria e no Iraque. A outra corrente compreendia os monofisistas ou cooptas. Diferente dos nestorianos, os monofisistas acreditavam que Jesus tinha apenas uma natureza, a divina e era de modo singular. Eles localizavam-se principalmente no Egito e no norte da África, e sua doutrina afirmava que Jesus teria uma natureza una, sendo a representação divina de deus na terra. (RUNCIMAN, 1978: 39-40)

⁷⁵ Gassan era localizada no atual território da Jordânia e seus governadores eram indicados pelos imperadores bizantinos. O reino era cristão, seguindo a vertente monofisita (RODINSON, 1974: 43).

⁷⁶ Governada pela dinastia Lackmida, Hira era considerada estratégica pelos persas.

⁷⁷ Podemos destacar uma forma de influência desses impérios com relação moeda. Como os árabes não realizavam a cunhagem de moedas, eles se utilizavam no comércio das moedas bizantinas e sassânidas.

(José), e assegurou uma posição etíope e bizantina no sul da Árabia, além da aquisição de impostos juntos aos novos súditos. Isso se prolongou até 578, quando os iemenitas retomaram essa região. A aliança entre o Bizâncio e Axum pode ser percebida pelo fato de que a frota que transportou o exército etíope, pelo Mar Vermelho, ter sido bizantina (SHAHÎD, 1979: 25).

Com essa dominação e a política de cristianização do território dominado na Arábia, a região do Mar Vermelho passou a ser identificada como um “lago cristão” e esfera de influência dos bizantinos, o que servia para frear o avanço persa ao sul da Arábia e controlar a rota marítima ao sul. Esse contexto sofreu uma mudança quando os novos governantes de Himyar⁷⁸ decidiram aderir ao judaísmo, procurando com isso obter um contexto de neutralidade entre as pretensões bizantinas e persas, permitindo assim continuar a controlar as rotas comerciais que abasteciam os dois impérios. Esse cenário sofreria um grande revés, em 572 com a conquista, pelos persas, do sul da Arábia (SHAHÎD, 1979: 25). Este fato fez com que a rota sul ficasse sob controle persa, ainda que a rota terrestre continuasse a ser alvo de disputas (RODINSON, 1974: 48).

Outra forma de dominação exercida pelos impérios será feita por meio do patrocínio de unidades que floresceram, principalmente ao longo das fronteiras desses impérios. O principal interesse residia na formação de um “Estado tampão” que pudesse proteger a fronteira e evitar o avanço da outra unidade imperial, podendo também atuar como “principados tributários” que poupavam os bizantinos da tarefa dispendiosa de manter unidades militares na fronteira (LEWIS, 1970: 34).

Exemplos dessas ações na Arábia aconteceram entre os bizantinos e o reino de Palmira, fundado no deserto sírio-árabe. Por causa da sua importância estratégica, decorrente da passagem das rotas comerciais que saíam de Roma e atravessavam a Arábia rumo ao Extremo Oriente, o Imperador Aureliano invadiu o reino em 273 (LEWIS, 1970: 34-38).

⁷⁸ Localizava-se no sudoeste da Península Arábica, numa parte do atual Iêmen.

Outro exemplo foi o caso do reino de Hira, que durante muito tempo foi um Estado vassalo do Império Sassânida. Hira representa um caso peculiar. Muitos árabes serviram como tropas auxiliares dos grandes impérios. Em 604, tribos árabes, recém-chegadas ao território de Hira, derrotaram as tropas persas e puseram um fim ao Estado de Hira e na tentativa de expansão persa no nordeste da Arábia. (LEWIS, 1970: 39)

Esse contexto levou a um ambiente onde conquistas e subseqüentes migrações eram as soluções encontradas (KHAZANOV, 1993: 462-463). A penetração dos poderes bizantinos e persas criou um contexto peculiar no século VII. Pode-se argumentar que havia um ambiente de incerteza sobre a Arábia, o que pode ser apontado como um dos fatores que ajudam a compreender o sucesso do expansionismo árabe-islâmico.

3.2.4 Construção da Trindade Paradoxal

Como foi explicitado previamente, Carl von Clausewitz elaborou uma teoria da guerra, na qual afirmava que para se ter sucesso era necessário que o exército usufrísse da trindade paradoxal, que era formada pelo talento do comandante, pelas paixões do povo e pela construção de objetos políticos que movessem a atuação militar. Partindo disso, nas próximas páginas será apresentada a forma pela qual esses três “braços” da trindade foram sendo construídos e interligados.

3.2.4.1 O Comandante

Com o crescente problema com as tribos judaicas, com as ameaças mecanas e a necessidade de conseguir divisas para Medina, Maomé começou a conduzir pilhagens às caravanas que passavam próximo a Medina e Meca, por meio do *ghazu* ou reide. Essa atividade foi exercida durante muito tempo na Arábia e era a maneira mais usual de aumentar os recursos em momentos de dificuldades econômicas. Durante anos Maomé usufruiu dessa prática para conseguir renda para Medina e afetar a principal atividade econômica de Meca.

Com o tempo, a atuação de Maomé teria apresentado uma nova dimensão, deixando de se dar somente por meio de pilhagens. Tornava-se prioridade derrotar o exército mecano. Assim, identifica-se o começo da *Jihad*. Em um âmbito geral, pode-se dizer que ela significa um esforço físico, moral, espiritual e intelectual de levar a mensagem de Maomé. Complementando, pode-se dizer que a *Jihad* simbolizava a atuação do muçulmano numa luta em várias frentes para criar uma sociedade justa e decente, onde, de acordo com a doutrina os pobres e fracos não seriam explorados. Nesse contexto, a luta e a guerra podem ser necessárias, numa “guerra santa” e “justa” (ARMSTRONG, 2002: 191), mas a simples vitória em um campo de batalha não significa a vitória completa da *Jihad*. Ela significaria o sucesso da *Jihad* menor, na qual toda a comunidade tem a obrigação de defender a causa islâmica. Para se completar a *Jihad*, seria necessário traçar um caminho mais longo (*Jihad* maior) baseado na conversão de fiéis e do estabelecimento de uma sociedade justa, segundo os preceitos corânicos.

O símbolo do começo dessa mudança de comportamento manifesta-se em março de 624, quando aconteceu a Batalha de Badr. Nessa época, Maomé liderou um exército⁷⁹ com cerca de 350 muçulmanos em direção à costa do Mar Vermelho, com o objetivo de barrar uma caravana que vinha da Síria em direção a Meca, comandada por Abu Surfyan⁸⁰. As tropas se dirigiram ao Poço de Badr, local de abastecimento de água para as caravanas, na rota para a Síria, e onde acontecia uma grande feira árabe (RODINSON, 1974: 157). Em Meca, as principais lideranças organizaram um exército com cerca de 1000 homens e o enviaram para Badr (ARMSTRONG, 2002: 196; RODINSON, 1974: 157).

Sabendo do avanço do exército, Maomé teria convocado um conselho de guerra. Como não era o comandante militar da *Umma*, ele necessitava de autorização para enfrentar

⁷⁹ O recrutamento dos soldados era feita de forma voluntária. Depois de reunidos os voluntários, Maomé excluía os mais fracos e doentes (RODINSON, 1974: 205).

⁸⁰ Estimasse que entre 30 a 70 comerciantes compunham essa caravana e todos eram membros do clã coraixita. O valor total das mercadorias transportadas seria de aproximadamente 50.000 *dirham* (RODINSON, 1974, 157).

os mecanos, e para decidir entre estratégias a serem seguidas, principalmente porque, a princípio, seu objetivo era o de realizar apenas uma *ghazu*.

Os coraixitas não tinham uma tradição de guerra e sempre teriam preferido estabelecer negociações e tratados a ter que enviar tropas para um campo de batalha. Há a possibilidade de Maomé não ter informações sobre o conhecimento do tamanho do exército mecano, mas conhecia muito bem o terreno e recebeu um ótimo treinamento militar; tornou-se um exímio arqueiro, com boas noções de manejo de espada e de luta (ARMSTRONG, 2002: 93). Como tática de batalha, ele optou por posicionar seus homens junto aos poços, o que fazia com que os mecanos fossem privados da água, essencial no deserto, e obrigava os inimigos a encarar o Leste com o sol em seus olhos. O solo estava mais transitável em decorrência da chuva, o que facilitava o movimento dos muçulmanos que se posicionaram no topo da colina, dificultando a ação dos mecanos, que tinham de subi-la (ARMSTRONG, 2002: 199). Essas táticas se mostraram primordiais para o sucesso muçulmano (RODINSON, 1974: 158).

Seguindo a tradição árabe, antes da Batalha de Badr, cada lado escolheu três soldados que se enfrentaram individualmente⁸¹. Os três coraixitas foram mortos e um muçulmano foi seriamente ferido, morrendo posteriormente⁸². O desenrolar da batalha é, a partir das evidências, obscuro e confuso, mas no geral pode-se fazer um desenho dos acontecimentos. A batalha começou com uma grande vantagem dos muçulmanos. Apesar de estarem em maior número, os coraixitas tinham a desvantagem do terreno e lutavam no estilo antigo árabe, onde cada chefe liderava os seus homens, sem um comando unificado, tendo sido constantes os desentendimentos entre os chefes. Já os muçulmanos lutaram por meio de uma unidade de comando, eram disciplinados e tinham sido treinados por Maomé (RODINSON, 1974: 158-159). Ele adotou uma tática militar pautada no alinhamento dos seus soldados em formação compacta, e começaram a atacar o inimigo com flechas, esperando até o último momento para

⁸¹ Os muçulmanos escolheram Hamzah, Ali e Ubaydah e os coraixitas escolheram Utba, Shayba e al-Walid ibn Utba.

⁸² Ubaydah ibn al-Harith é que foi morto.

o confronto corpo-a-corpo. Em poucas horas, os coraixitas saíram em retirada e o seu comandante Abu Jahl foi morto (ARMSTRONG, 2002: 199).

Um fato emblemático teria acontecido ao final da Batalha. Seguindo a tradição árabe, os muçulmanos começaram a agrupar os prisioneiros, cerca de setenta, e a matá-los. Evitando represálias, Maomé não teria permitido que isso continuasse, e decidiu manter os prisioneiros como reféns, visando ser pago pelo resgate⁸³. Caso isso não ocorresse, seria permitido ao prisioneiro exercer uma atividade para poder pagar por sua liberdade, e quem tivesse capturado o prisioneiro, deveria ajudá-lo nessa tarefa. Além disso, Maomé teria evitado qualquer disputa entre os muçulmanos ao dividir os 150 camelos, 10 cavalos, as armaduras e equipamentos de forma igualitária entre eles (ARMSTRONG, 2002: 199). Os resgates teriam rendido altos recursos para os muçulmanos, que receberam entre 1000 e 4000 *dracmas*⁸⁴ por cada prisioneiro, variando de acordo com a riqueza individual (RODINSON, 1974: 159-160).

De forma prática, a Batalha de Badr significou a estabilização da região, principalmente por causa da adesão de tribos beduínas à ordem maometana (RODINSON, 1974: 160), e a pregação, mais evidente, de Maomé, de uma nova religião (LEWIS, 1970: 52). Representou, assim, a primeira demonstração clara do poder muçulmano. Além disso, a batalha simbolizou uma mudança no *warfare* árabe.

É discutido na literatura até que ponto algumas características antigas não se mantiveram nos exércitos do futuro Império, como a lealdade dos soldados às suas tribos, algo que viria a criar desentendimentos e conflitos. Independente disso, é inegável que uma estrutura de exército já pode ser presenciada depois das conquistas, quando os árabes começam a se assentar, e há a formação de grupos de soldados, separada do resto da sociedade e especializados na “arte” de guerrear (KENNEDY, 2001: 1).

⁸³ Exceção foi feita a dois homens que desafiaram as “mensagens divinas” de Alá, Maomé ordenou a execução deles (RODINSON, 1974: 160).

⁸⁴ Cerca de 400 dracmas poderia comprar um camelo, artigo necessário e extremamente valioso entre os árabes (RODINSON, 1074: 141).

Outra forma de atuação “militar” maometana foi por meio de incursões nas tribos que apresentavam algum tipo de oposição, e da guerra, que se estendeu até as fronteiras dos grandes impérios, Persa e Bizantino.

Em Medina, a mais emblemática ação desse porte foi o ataque ao assentamento de Khaybar (4/628) para definir a situação com as tribos judaicas e proporcionar aos muçulmanos insatisfeitos com o tratado a oportunidade de atuar em batalha e obter mais espólios. O cerco durou um mês. A ação muçulmana aconteceu por meio da posse dos fortes e através da utilização de arqueiros, tendo durado até a rendição do inimigo. Frente ao segundo sucesso maometano, com táticas de trincheiras, os judeus fizeram uma proposta de paz. Seguindo o modelo de acordos anteriormente feitos entre as cidades e os beduínos, em troca da metade da safra de tâmaras, Maomé daria proteção militar e eles, que se tornariam vassalos de Medina. Temerosos de um possível ataque, uma tribo judaica de Fadak decidiu fazer um acordo com Maomé nesses mesmos termos. A diplomacia de Maomé foi completada com o casamento de Safiyah, filha de seu inimigo Huyay com Umm Habibah, filha de Abu Surfyan (ARMSTRONG, 2002: 261-262) Com essa vitória, Maomé demonstrou que não poderia ser vencido por nenhuma organização militar na Arábia. A unidade política de Medina tinha se tornado a principal força político-militar na Península (RODINSON, 1974: 195).

As vitórias de Maomé foram de certa forma incentivadas pelas intervenções dos grandes impérios no sul da Arábia. A invasão etíope patrocinada pelos bizantinos e o domínio persa posterior haviam desmantelado a independência dos Estados do sul da Arábia, e durante a ascensão de Maomé, essa localidade se encontrava sob domínio de senhores independentes que viviam em constante luta (RODINSON, 1974: 239-240). Sem nenhum poder hegemônico na região, a atuação do Maomé em prol da construção de sua própria hegemonia foi favorecida.

A base do que viria a ser as forças armadas árabes ao longo do governo dos primeiros

Califas, teve a sua origem no “exército” formado por Maomé durante o processo de consolidação do seu poder, de unificação das tribos e de expansão territorial. Ele era composto, em sua maioria por pessoas de origem beduína, e contava com uma forte rede de espionagem⁸⁵ (ARMSTRONG, 2002: 241).

3.2.4.2 Inovações militares

Como comandante perspicaz, Maomé trouxe para o campo de batalha táticas pouco usuais entre os árabes e que fizeram diferença na condução dos acontecimentos.

Buscando estreitar laços com Meca, Maomé decide casar muçulmanos com membros da oligarquia mecenas, mas sem muito sucesso. Em 627, os mecenas reuniram um exército de 10 mil homens e marcharam em direção a Medina. Maomé só conseguiu reunir 3 mil homens. Para evitar uma derrota como em Uhud, Maomé ordenou que todos os muçulmanos construíssem barricadas e se protegessem dentro da cidade. Como os coraixitas demoraram na travessia, Maomé conseguiu ordenar a colheita e organizou toda *Umma* para construir uma trincheira ao redor da parte norte de Medina, a parte mais vulnerável da cidade. Cada família ficou responsável por uma parte da trincheira, que não era contínua, já que, em algumas partes, havia fortalezas, colinas e rochas vulcânicas (ARMSTRONG, 2002: 229-230; LEWIS, 2010: 48).

Quando o exército de Meca chegou e visualizou a trincheira, tática de guerra pouco usual na Arábia⁸⁶ e considerada “antiesportiva”, foram recebidos por uma chuva de flechas. O exército coraixita era comandado por Abu Surfyán e Ikrimah, filho de Abu Jahl. A cavalaria era comandada por Khalid Ibn al-Walid e 'Amr ibn al-As, os quais se tornariam os principais comandantes militares muçulmanos. Frente à trincheira, os coraixitas não puderam avançar

⁸⁵ Essa rede era favorecida, em parte, pelo costume árabe da hospitalidade tribal. Os convidados deveriam ser alimentados e entretidos, mas em troca era esperado que fornecessem informações sobre negócios, táticas de guerra, preços, oportunidades de negócios... (KENNEDY, 2007: 39).

⁸⁶ Poucas cidades da Arábia usufruíam de fortificações, como Taif e o Iêmen (RODINSON, 1974: 193).

com sua infantaria nem com sua cavalaria, principalmente porque não detinham quaisquer engenhos próprios para luta de cerco (ARMSTRONG, 2002: 230-231; RODINSON, 1974: 192-193). A utilização dessa tática pouco usual foi tão emblemática que essa batalha recebeu o nome de Batalha das Trincheiras, diferentes de todas as outras batalhas que receberam os nomes dos locais onde ocorreram.

Por meio de negociações, o exército de Medina conseguiu arregimentar os judeus de Khaybar e as tribos de Asad, Ghatafan e Sulaym. Porém, a maior aquisição dos mecenos foi a aceitação dos Bani Qurayzah em atacar os muçulmanos pela retaguarda. Apesar dessas investidas, Maomé teve sucesso em seu cerco e conseguiu exaurir as tropas mecenas, que, ao longo da batalha, sofreram com sérios desentendimentos, principalmente por parte dos Qurayzah que temiam, em caso de derrota, o abandono da proteção dos coraixitas e a ameaça da retaliação de Maomé (ARMSTRONG, 2002: 232).

Essa preocupação se confirmou. Com a retirada dos coraixitas, os judeus de Bani Qurayzah ficaram sem proteção e Maomé convocou o exército muçulmano para lutar contra eles. Durante 25 dias os judeus conseguiram se manter entrincheirados e propuseram um acordo a Maomé, pedindo a retirada da tribo para um oásis, no mesmo termo em que os Banû Nadir⁸⁷ fizeram previamente, mas Maomé recusou e só aceitaria a completa rendição. Eles recorreram à intermediação da tribo Aus, implorando o perdão a Maomé, que decidiu aceitar a decisão de um dos seus líderes. Sa'd ibn Muadh decidiu que todos os setecentos homens deveriam ser mortos, suas esposas e crianças vendidas como escravos e suas propriedades divididas entre os muçulmanos (ARMSTRONG, 2002: 234; RODINSON, 1974: 180).

Por pedido de muçulmanos, alguns indivíduos teriam sido poupados, mas os demais foram amarrados, decapitados e enterrados em trincheiras recém-escavadas. Além de acabar com o seu principal inimigo interno, o massacre assumiu um tom de mensagem ao inimigo.

⁸⁷ A tribo Bani Nadir havia sido expulsa por Maomé e, no exílio, organizaram diversas ações contra ele. Por isso, ele não estava disposto a deixar que isso acontecesse de novo.

Maomé não temia que qualquer aliado dos Qurayzah, que desejasse vingar a morte deles, seguindo a vendeta, assim o fizesse (ARMSTRONG, 2002: 234-235).

Militarmente, a vitória na Batalha das Trincheiras representou a consolidação das mudanças realizadas por Maomé desde o começo da sua expansão. Percebe-se ao longo da história que no enfrentamento entre um exército dito “profissional” e um exército irregular, pode-se verificar que o exército irregular conquista vitórias importantes. Um ponto de inflexão nesse contexto é a tática de cerco. Normalmente exércitos pouco organizados não resistem a longos períodos de cerco, como foi o caso do exército meceno. Ao adotar a tática de cerco e resistir à pressão exercida por Abu Surfyah e Ikrimah, Maomé demonstrou a organização de um exército não mais tribal, mas organizado, treinado e hierarquicamente definido. A partir desses sucessos iniciais, Maomé e os seus “sucessores” iriam adotar cada vez mais essa tática militar com resultados favoráveis.

A vitória na Batalha da Trincheira (5/627) simbolizou uma vitória imprescindível a Maomé. Ele conseguiu derrotar o maior exército reunido na Arábia até então, neutralizou a oposição das três principais tribos judaicas, provou que não toleraria nenhum tipo de traição à *Umma* e se tornou o homem mais poderoso da Arábia. A *Jihad* ganha uma nova conotação, centrada na aquisição de adeptos (ARMSTRONG, 2002: 237) e Maomé estabelece a *Pax Islamica* na Arábia, baseada na diplomacia e na eficiência militar.

3.2.4.3 Objetivos políticos

A vitória na Batalha das Trincheiras simbolizou a vitória da política iniciada por Maomé de sujeitar os demais povos da Península ao islamismo. Isso começou com a formação de uma incipiente hierarquia, tendo Maomé no topo, e seus principais auxiliares, compostos principalmente pelos primeiros muçulmanos. Com algumas ações práticas, Maomé consolidou a igualdade entre os indivíduos, por meio, por exemplo da distribuição dos espólios de guerra. É válido ressaltar que não se pode falar que havia a formação de um

exército regular, com uma estrutura de comando e pagamentos regulares (KENNEDY, 2001: 2), mas Maomé estabeleceu um corpo unificado treinado que entoava “*Allahu akbar*” (“Deus é grande”) demonstrando um objetivo em comum, o de levar a *Umma* além de Medina.

Isso se explicitou na Batalha de Badr. O resultado dessa batalha foi, principalmente, moral. Nesse contexto é válido retomar o conceito de *sentimento de pertencimento de grupo* de Khaldun. Na sociedade árabe islâmica, esse sentimento dará legitimidade aos seus governantes, e, em certa medida, foi isso que a Batalha de Badr garantiu a Maomé. Desde o começo de suas pregações, o Profeta afirmava que quem estava do lado de Alá seria abençoado. Por isso a vitória em Badr se tornou emblemática, principalmente porque os muçulmanos estavam em menor número e iriam enfrentar o exército da cidade mais poderosa na região. Era o primeiro exército da nova religião, e tinha conquistado uma vitória significativa (RODINSON, 1974: 160), o que proporcionou a Maomé a legitimidade entre os habitantes de Medina e entre os seus adversários.

E essa legitimidade conquistada por meio das armas e do Corão será permanente ao longo do Império Árabe Islâmico. As constantes vitórias, em número menor e com armamento inferior, e a forma pela qual elas aconteciam, reforçaram a áurea de “divindade” sobre o Profeta, aumentando a crença dos muçulmanos na fé islâmica.

Com o primeiro Califa, Abu Bakr, os objetivos políticos se ampliam. Abu Bakr organiza uma série de guerras, denominadas de Guerras de Ridda ou Guerras da Apostasia, com o intuito de fazer com que as tribos que haviam abandonado a aliança, após a morte de Maomé, se submetessem a “ordem” muçulmana. O que, a princípio começou com o restabelecimento dos antigos acordos, se transformou, primeiramente, em guerra de reconversão, e ao ganhar uma nova dimensão, logo se transformou em uma guerra de Reconquista, que se estendeu para além das fronteiras arábicas, atingindo os impérios Persa e Bizantino (LEWIS, 1982: 59). Abu Bakr notou que o estabelecimento de simples acordos não

seria suficiente para garantir a lealdade das tribos e optou por subjugar-las através da guerra.

Muito se conjectura sobre as razões de tal empreendimento expansionista. Pode-se destacar uma continuação da política iniciada por Maomé, mas não é aparente que em algum momento o profeta quisesse conquistar as cidades dos impérios Bizantino e Persa. É certo que algum tipo de laço diplomático e econômico foi proposto (RODINSON, 1974: 245-246); a intenção de mostrar uma opulência militar também se deu, mas nada além disso. Antes da ascensão do Islã ocorreram algumas tentativas de invadir o território da atual Síria e da Palestina, mas em todos os casos, ou os árabes foram rechaçados ou assimilados (RODINSON, 1974: 261-262). Com Abu Bakr, o objetivo torna-se claramente de conquista e de conversão da população subjugada.

Pode-se identificar algumas motivações para esse movimento visando a dominação territorial. Como descrito anteriormente, o território inóspito da Arábia influenciou no contexto político e militar que propiciou a ascensão de Maomé e, de certo modo, impulsionou a ação rumo ao norte da Península. Tendo reunificado as tribos, Abu Bakr tinha o caminho livre até a fronteira bizantina, sem perigo de ter seus exércitos atacados pela retaguarda. O avanço para o norte simbolizava o acesso a terras mais férteis e a matérias-primas, como o aço, e às longas rotas comerciais (RODINSON, 1974: 245).

A escolha por começar o avanço pela atual Síria e Palestina reside na facilidade de penetração que essa região apresentava. Não era um território fortemente protegido, nem apresentava grandes contingentes de tropas bizantinas. Além disso, havia nesse território uma série de tribos árabes, em parte cristianizadas. Heráclio, imperador bizantino, havia cortado os subsídios pagos pelo governo e havia muita insatisfação entre essa população com relação aos ocupantes, o que de certo modo favoreceu as investidas árabes-muçulmanas. Por isso o processo de expansão militar começou com a Batalha de Aqraba, em 633, no Najd oriental.

3.2.4.4 As paixões do Povo

Desde o início, os árabes lutavam lado a lado com tropas não árabes. Os exércitos mecanos usaram de africanos negros, principalmente etíopes, nas batalhas de Badr e Uhud contra as forças maometanas. Contudo, ao longo do tempo, esses soldados foram desertando, passando a compor as tropas muçulmanas⁸⁸ (PIPE, 1980: 89). Fato importante é que todos os escravos que decidiam seguir Maomé e se converter ao Islã foram alforriados e como soldados, passaram a ser pagos⁸⁹.

Ao longo do tempo outros grupos participarão das guerras ao lado dos islâmicos, especialmente os povos que foram conquistados. Esses grupos foram importantes para as mudanças que aconteceriam nas forças armadas muçulmanas, principalmente através da troca de tecnologia e de táticas militares (KENNEDY, 2001: 5). É válido ressaltar que, de certa forma, os árabes já haviam tido contato com a forma de lutar (*warfare*) desses exércitos, previamente, na medida em que neles combateram como mercenários. Essa adesão de novos grupos ajudou na crescente legitimidade que Maomé ia conquistando em cada batalha.

O domínio exercido por Axum e pelos persas no Iêmen e nas fronteiras do império Bizantino fez com que os árabes, principalmente os beduínos⁹⁰, tomassem conhecimento de técnicas militares mais avançadas na época. Por meio desses contatos, os árabes adquiriram armas, aprenderam a usá-las e conheceram princípios de organização e estratégia militar. Além disso, nas regiões fronteiriças, os árabes eram submetidos a treinamentos intensivos (LEWIS, 1982: 39 e 40) e Maomé soube usufruir desses conhecimentos nas batalhas travadas.

⁸⁸ Um exemplo marcante dessa “transição” foi o caso do escravo etíope Wahshi. Nas batalhas de Uhud e Khandaq ele lutou ao lado dos mecanos (coraixitas). Depois que Maomé tomou Meca, Wahshi se aliou a ele e dois anos depois lutou ao lado dos islâmicos na guerra de Ridda e matou o “falso profeta” Musaylama, que desafiava a autoridade de Maomé (PIPE, 1980: 89).

⁸⁹ Apesar disso, a escravidão não parou de existir na Arábia, mesmo dentro da unidade política muçulmana.

⁹⁰ Os beduínos prestavam serviços mercenários aos povos do Iêmen. Como diria Rodinson, “*cada Estado tinha o seu beduíno*”. Braudel enfatizava que o grande nomadismo, com sua montaria rápida apareceu depois de muitas adaptações, primeiro nos desertos da Síria e da Arábia, seguindo para o Saara. Apesar disso, os árabes não eram um povo montado, embora viesse a se tornar o principal utilizador de cavalos do mundo ocidental (KEEGAN, 1995: 209).

Pode-se observar que nesse primeiro momento expansionista organizado por Bakr e seus generais, os fatores que mais influenciaram as vitórias muçulmanas foram a crença das tropas⁹¹ no poder das missões que estavam cumprindo e a exaustão dos exércitos imperiais que inimigos. Além disso, em determinadas localidades, os árabes teriam sido bem recebidos pelas populações conquistadas⁹² pelo fato de que não importava muito se elas fossem governadas por iranianos, gregos ou árabes. O mais importante para os habitantes das cidades era que o administrador fornecesse segurança, paz e impostos razoáveis. Além disso, como foi descrito previamente, as populações já apresentavam descontentamento com os domínios imperiais.

Os povos dos campos (nômades), viviam sob comando dos próprios chefes, seguindo seus próprios costumes. Em decorrência das perseguições feitas contra minorias em seu território, principalmente contra os judeus, árabes e alguns cristãos, algumas populações consideravam que os árabes poderiam trazer vantagens, por se apresentarem como imparciais às variantes cristãs e por esposarem uma nova crença similar à deles. Além disso, a existência de grupos árabes nas regiões da Síria, da Palestina e da Pérsia, facilitou a transferência de lealdade para os novos administradores muçulmanos (HOURANI, 2006: 45). Muitas dessas populações ajudaram com informações, cedendo tropas ou até abrindo as muralhas das cidades, aceitando submissão à *Pax Islamica*.

⁹¹ É necessário fazer uma distinção entre a motivação das tropas e de seus generais. A religião proporcionou a unidade, mas não se deve deixar de lado os interesses materiais que as guerras de Conquista proporcionaram. Os generais Khalid e 'Amr representam isso. Os frutos colhidos durante a conquista foram mais numerosos do que tudo que os haviam conquistado até ali. Da mesma forma, os primeiros califas guiaram-se por considerações de ordem prática; não sentiam necessidade de definir expressões ou funções, nem de formular princípios, apesar da preocupação com a confecção do Corão. A política era determinada pelos interesses da autocracia muçulmana árabe forjada pelas conquistas (LEWIS, 1982: 65).

⁹² As conquistas não foram necessariamente pacíficas. Algumas cidades tiveram que ser conquistadas duas vezes. Na primeira era feito um acordo, mas com a revolta da população conquistada, as cidades acabavam sendo tomadas pela força. Isso aconteceu na Antioquia e em Alexandria (KENNEDY, 2007: 20)

3.2.5 Warfare árabe-islâmico

3.2.5.1 Estrutura de comando

Até a morte de Maomé, a estrutura de comando, que nada mais é do que a organização hierárquica do exército árabe-islâmico, era formada principalmente pelos conselhos militares convocados de acordo com as demandas e a posição de controle exercida por Maomé. Só a partir dos califas é que passa a surgir uma estrutura de comando de fato, ainda que rudimentar, com a delegação de postos de comando para diversos generais, que vai se aperfeiçoando com o tempo.

Desse modo, Abu Bakr iniciou esse processo unindo as diversas tribos árabes e atribuindo cargos militares com o objetivo de diminuir a oposição existente. Concedeu, assim, os comandos militares mais lucrativos e de certo modo, mais arriscados, aos coraixitas e os seus inimigos. Um dos exemplos disso foi o de Khalid ibn al-Walid que se tornou *qaid* (general comandante) e comandou parte dos principais avanços muçulmanos contra os impérios Bizantino e Persa (LEWIS, 2010: 54).

Diferente de Abu Bakr, Omar ibn al-Khattab⁹³ (12/634-22/644) preferiu adotar o título *Amir al-mu' mínín* (“Comandante dos Fiéis”). Ele herdou uma Arábia mais pacificada sob a hegemonia islâmica e pôde desenvolver o processo expansionista de forma mais consistente. Ele optou por continuar o que Bakr havia começado em diversas áreas de atuação. Durante o seu califado, Omar começou a dar forma ao exército muçulmano. Ele estabeleceu um sistema de salário rudimentar, mas que seria consolidado pelos seus sucessores, com nomes e escalas de pagamentos de cada soldado anotados em um registro mestre (*diwan*) (LEWIS, 2010: 75).

Uma grande vantagem dos exércitos árabe-islâmicos residia na própria habilidade dos seus generais em lidar com o acaso e se adaptar às novas situações. A “trindade”

⁹³ O nome do califa também pode ser encontrado sob a forma de “Umar”.

clauswitziana se complementar­á com o objetivo permanente dos califas em avançar a *Umma* para todas as direções possíveis. Essa complementaridade se tornará mais evidente no governo de Omar, o segundo califa.

Seu comando militar era formado principalmente por coraixitas e existem relatos de que o califa escrevia a seus comandantes dizendo o que deveriam fazer. Assim, apesar de haver certa autonomia, havia um controle a partir do centro (KENNEDY, 2007: 52). Desse modo, como principal objetivo militar, Omar decidiu avançar sobre a parte bizantina, onde se localizava a Síria e a Palestina, e sobre o Império Sassânida (persa).

O principal problema enfrentado pelos califas residia na distância, que poderia levar a quebra de comandos, como se deu no caso da invasão ao Império Persa. A proposta de invadir o Império Persa partiu inicialmente das tribos árabes da zona fronteira, que se encontravam encurraladas entre os muçulmanos ao sul e os persas ao norte, e decidiram se converter ao Islã e atuar em conjunto. Em 633, Khalid invadiu Hira, mas os árabes foram derrotados na “Batalha da Ponte” pelas forças persas comandadas pelo imperador Yazdajird (LEWIS, 1982: 61).

Apesar disso, as fontes islâmicas sugerem que os califas de Medina exerciam uma considerável influência sobre as tropas no *front*, ainda que se deva levar em consideração a fragilidade das comunicações na época (agravada pelo deserto, mesmo diante da exímia habilidade de locomoção dos árabes). Estima-se que era necessário apenas uma semana para ligar os *fronts* na Síria e no Iraque às autoridades em Medina. Essa medida foi extremamente estratégica, se levarmos em consideração que o exército lutava em duas frentes, e serviu para ampliar o poder do califa sobre as diferentes regiões (KENNEDY, 2001: 4).

Ao final da tomada de Jerusalém, em 614, as estruturas de comando do exército tinham se tornado rotineiras e claramente definidas, e as escalas de pagamento estavam sendo registradas no *diwan* do califa.

3.2.5.2 Armas

Os exércitos islâmicos tinham como padrão de armadura para a proteção a cota de malha, que era usada também pelos exércitos persas e bizantinos. Essa armadura é tão importante que o Corão a apresentará como uma benção trazida por deus ao rei Davi. Essa vestimenta requeria um alto investimento, o que fazia com que só alguns soldados conseguissem ter acesso a ela; muitas vezes era um objeto passado de geração em geração (KENNEDY, 2001: 168-169). Outro utensílio usado para a proteção era o capacete, sendo o mais comum o *bayda* e havia um instrumento de proteção da cabeça, o *mighfar*, um pedaço de cota de malha, presa ao aro do capacete, pendendo atrás para proteger o pescoço. Uma forma de proteção dos soldados montados e a pé era o escudo, em formato de um pequeno disco, certamente com menos de um metro de diâmetro, feito de madeira (KENNEDY, 2001: 170-171).

A principal arma usada pelos árabes era a espada, chamada de *sayf*, com formato reto, diferente da cimitarra, de lâmina curva⁹⁴, e tradicionalmente ligada às forças islâmicas. Os principais centros de produção dessas armas eram o sul da Arábia, o Iêmen, a Síria, o Coração⁹⁵ e a Índia. O território do Sarandíb (atual Sri Lanka) servia de entreposto para o melhor aço e, por isso, era considerado como um relevante produtor deste metal. O Iêmen se caracterizava pela fabricação de armas de grande valor, notórias pelas joias incrustadas e pela notável qualidade de suas lâminas, podendo chegar ao valor de 50 a 100 *dirham*, enquanto a espada *Qala 'i*, que apresentava as mesmas dimensões e características parecidas custava entre 5 a 10 *dirham*. Espadas produzidas em Basra podiam custar cerca de 2 *dirham*, as de Damasco 15 a 20, o dobro das egípcias (KENNEDY, 2001: 173-176).

Clavas de ferro eram amplamente usadas, assim como, materiais incendiários,

⁹⁴ A espada curva cimitarra passa a ser usada pelas forças islâmicas a partir do século III/IX, tendo sido introduzida pelos soldados do Curasão e virará símbolo com o quarto califa, Ali (KENNEDY, 2001: 173).

⁹⁵ Em inglês, essa cidade recebe o nome de Khorasan.

chamados de *naft*, que, diferente do fogo grego, eram compostos simplesmente por óleos brutos quentes. Por fim, uma arma muito usada pelos árabes era o arco, considerado mais leve e mais eficiente que o pesado arco persa, o qual era feito de madeira e couro. Diferente de outras sociedades, os arqueiros tinham um grande destaque dentro da sociedade árabe. Não houve muito avanço militar, no quesito de tecnologia de armas nos três primeiros séculos do Império Árabe, mas somente uma gradual assimilação de armas persas e bizantinas (KENNEDY, 2001: 176-177).

Em geral, o equipamento militar dos muçulmanos era simples e eficiente, e seu principal diferencial estava na mobilidade. Eles não tinham um armamento superior aos de seus adversários. Cada homem tinha a sua própria arma e comida, e era esperado que conseguissem mais equipamentos durante a batalha. Desde Maomé, ocorria a prática de dividir, ao final de cada batalha, os armamentos usurpados dos inimigos (KENNEDY, 2007: 58 e 59).

Assim como os exércitos tradicionais, os muçulmanos contavam com forças de cavalaria (*mujarrada*) e infantaria (*muqatila*). A cavalaria viajava sempre a pé, enquanto a infantaria era transportada ao campo de batalha por cavalos e camelos. Por mais estranha que esta inversão pareça ser, ela era, na verdade, um diferencial: permitia àquele exército viajar mais rápido para a batalha, e que as tropas chegassem ao *front* descansadas (KENNEDY, 2001: 4).

O contato com os exércitos bizantino e persa fez com que os soldados árabes-islâmicos adotassem alguns equipamentos militares, tal como os arcos compostos dos sassânidas, o que sugeria a capacidade de adaptação e aprendizado como importante fator para o sucesso do Império (KENNEDY, 2001: 177). Além disso, o domínio do território persa garantiu o controle de grandes rotas comerciais, das riquezas geradas internamente, e um caminho livre para a expansão rumo a leste.

A capacidade militar dos árabes-islâmicos irá além do exército terrestre englobando também a guerra marítima. A tomada do Egito exemplifica as habilidades dos islâmicos no uso das embarcações em combate. Pela primeira vez, os muçulmanos travaram batalhas convencionais embarcadas e obtiveram importantes vitórias. O principal arquiteto dessas vitórias foi Mu'awiya ibn Abu Sufyan, filho do comandante coraixita Abu Sufyan. Ele comandou as forças islâmicas na vitória sobre os romanos no Chipre, em 649, e, seis anos depois, destruiu cerca de trezentas embarcações bizantinas, evitando que Constantinopla tentasse tomar o Egito, a esta altura já sob forte assédio muçulmano. Além disso, foi por meio de sua frota que ataques terrestres puderam ser lançados com sucesso contra as possessões romanas no interior da Anatólia⁹⁶ (LEWIS, 2010: 95).

3.2.5.3 Logística

Nos primeiros anos de consolidação do regime a principal fonte de divisas para manter o exército muçulmano era obtida por meio da pilhagem, *ghanima*. O califa fixou regras para esses rendimentos. Continuando o que havia sido estabelecido previamente por Maomé, Abu Bakr definiu que um quinto do espólio teria de ser remetido para Medina, o qual seria usado para a manutenção da cidade. Obrigou ainda o pagamento, em taxa única, do *zakât*, um dos Cinco Pilares do Islã, que significava 2,5% da riqueza de cada muçulmano (LEWIS, 2010: 54 e 55).

Por meio dessas tributações, Bakr conseguiu garantir divisas tanto para a manutenção de Medina e Meca como para o seu exército. Em decorrência da sua eleição conturbada, diversas cidades do Hejaz, tais como Taif, não aceitaram se submeter à ordem muçulmana e se opuseram ao pagamento do *zakât*. Para resolver essas divergências o califa empreendeu as

⁹⁶ A base principal do seu poderio bizantino localizava-se no planalto da Anatólia, nessa época, habitada principalmente por população grega. Com a ameaça a esse território, a autoridade bizantina ficou ameaçada. A população aramaica e copta eram estranhas aos gregos não só pela “raça” como também pela cultura e a sua revolta contra o domínio bizâncio mais o ônus da tributação era enfatizado pelas igrejas heréditricas monofisitas (LEWIS, 1982: 57).

guerras do Ridda (LEWIS, 2010: 55) contra todos aqueles que rejeitavam o Islã ou a autoridade de Medina (KENNEDY, 2007: 55). Além disso, com o tempo, muitas dessas tribos acabaram sendo absorvidas pela ordem muçulmana, principalmente pela rentabilidade econômica que tal ato proporcionava.

Uma das grandes vantagens dos exércitos muçulmanos era o conhecimento do deserto. Esse diferencial militar se mostra relevante se levar em consideração que os impérios usavam forças árabes para patrulhar suas fronteiras desérticas. O desconhecimento do terreno por parte das tropas persas-bizantinas e a capacidade dos árabes em utilizar o deserto como principal via logística para o deslocamento de provisões, reforços ou refúgio em casos de emergência, demonstra o valor estratégico desta interação homem-terreno (LEWIS, 1982: 63).

Como a própria Crone observou, frequentemente os conquistadores nômades estão fisicamente desimpedidos; podem passar por locais onde os exércitos regulares provavelmente pereceriam, podem abandonar a terra e seus animais e não têm a necessidade de defender a sua terra natal (CRONE, 1992: 97). E esse é o fator principal da logística árabe-islâmica, a capacidade de alto deslocamento, carregando pequenas provisões, com conhecimento do terreno.

Esse processo fez com que em pouco tempo, os árabes-islâmicos conquistassem territórios de extrema importância para a manutenção dessa logística. A tomada de Damasco representou o domínio sobre um dos principais centros produtores de aço e armas; a conquista do Egito, controle sobre um importante centro produtor de grãos. As grandes rotas comerciais, uma vez controladas e tributadas, passam a influenciar na riqueza desse Império.

Além disso, à medida que o exército avançava, consolidavam-se os seus domínios e abria-se espaço para a conquista de novos territórios. É válido ressaltar que, diferentemente dos bizantinos e dos persas, que tinham ao seu redor povos armados afoitos por conquistas territoriais, o exército árabe-islâmico tinha o grande deserto da Arábia, em sua retaguarda,

nunca antes ambicionado pelos grande impérios.

Nesse contexto, a tomada de Jerusalém havia aberto a possibilidade de expansão para o Oeste, para uma das províncias mais importante do Império Bizantino, o Egito, a despeito desta conquista não ter sido programada pelo Califa. De acordo com a tradição árabe, a tomada do Egito teria sido um plano organizado pelo comandante 'Amr ibn al-As (LEWIS, 1982: 62). O Egito era considerado celeiro do Império Bizantino, já que era sua principal fonte de grãos. Com o domínio do Egito, os árabes conseguem uma importante fonte de suprimentos alimentares, ao mesmo tempo privando dela seu inimigo, o Império Bizantino. Tal empreendimento gerou um ambiente de caos em Constantinopla, que ajudou na incapacidade bizantina de impedir o avanço muçulmano. A isto soma-se o fato de os árabes terem se deparado com uma população insatisfeita, principalmente entre os coptas, que em algumas ocasiões ajudaram os árabes e em outras não fizeram oposição ao novo domínio.

3.2.6 Significado das conquistas

Nesse contexto, Maomé estabeleceu as bases de uma transformação política na sociedade mecana, de uma estrutura militar baseada em uma ideia transcendental e religiosa, e de uma unidade social acima dos laços tribais. Esse movimento pode ser sintetizado na união dos valores tribais árabes, no *warfare* desses povos e na ideologia islâmica. Essa unidade favoreceu os empreendimentos militares que ganharam, ainda mais impulso, depois de sua morte e o sucesso desses empreendimentos foram explicados pela adoção de técnicas militares pouco usuais e do aprendizado com outros povos. Esse aprendizado se reproduziu na esfera militar, mas também na esfera política e econômica.

Da mesma forma, o contexto político-social da Península Arábica e fora dela favoreceram o expansionismo árabe-islâmico, fazendo com que os conquistadores encontrassem impérios enfraquecidos e populações insatisfeitas com o domínio existente. Esse ambiente não gerou obstáculos, pelo contrário, favoreceu a formação de uma *Pax*

Islâmica e, posteriormente, também, a formação de uma unidade política imperial.

Nesse sentido, Maomé e os Califas Rashidun detinham todas as ferramentas e contextos favoráveis para a sua empreitada. Seu sucesso foi muito influenciado pelas revoluções políticas, militares e sociais que trouxe para a sociedade árabe, que continuará utilizando das mesmas formas de comercializar do período pré-islâmico e adotará, no contato com outros povos, novas formas de organização econômica. Esse sucesso e a legitimação conquistada entre os seus seguidores retroalimentou uma máquina que em menos de cem anos conquistou o Império Persa, grande parte do Império Bizantino, o norte da África, chegando até a Europa. Diferente de expansionismos efêmeros, como dos mongóis, a expansão iniciada por Maomé se concretizou na forma de aquisições territoriais que, futuramente, representariam a extensão geográfica de um império que perdurou até o século XX, quando esse estilo de unidade política encontra o seu ocaso.

CONCLUSÃO

A ideia inicial dessa pesquisa, e que se manteve ao longo dos trabalhos, era pesquisar sobre os fatores que influenciaram a expansão militar maometana e a consolidação do Império Árabe-Islâmico. *À priori* foram separados quatro fatores: econômico, social, político e militar. Ao longo da pesquisa, presenciou a insuficiência dos fatores econômicos e parte dos sociais para explicar de forma contundente o processo social estudado. Nesse contexto, a economia não se mostrou como determinante, como grande parte dos escritos sobre o tema apresentam.

Essa hegemonia de pensamento pode ser explicada pela própria forma como os estudos sobre esse tema foram sendo feitos. O conservadorismo metodológico que imperou, e de certo modo, ainda impera nas academias com relação aos estudos sobre o início da história islâmica, faz com que os pesquisadores que tenham poucas fontes disponíveis e/ou propostas de trabalho que saiam desse conservadorismo, sejam, de algum modo, deixados à margem. Desse modo, durante décadas a visão de Meca como um centro comercial importante foi considerada como algo verdadeiro, sem grandes contestações. Uma visão construída por Lammers e aprimorada por Montgomery Watt serviu de base para os trabalhos de Bernard Lewis, Karen Armstrong, David Lewis, Maxime Rodison etc. Mesmo com as críticas trazidas por Crone, essa visão continua hegemônica nos centros acadêmicos.

Não se procura afirmar qual visão estaria correta; simplesmente se busca sugerir, nesta tese, que trabalhos considerados “hegemônicos” impediram até aqui a manifestação de formas alternativas de análise do objeto Império Árabe-Islâmico, o que vai de encontro à proposta dessa pesquisa. Além disso, a própria contestação feita pela Crone demonstra que mais estudos devem ser feitos sobre o tema e, principalmente, que as fontes podem ser interpretadas de forma diferentes. Isso fez com que os fatores econômicos não fossem considerados como determinantes para se explicar os eventos analisados nessa tese. Propusemos então o desafio de sugerir outras possibilidades (política e militar) de explicação

sobre um mesmo fenômeno. Por isso a importância de se apresentar um panorama da historiografia sobre a história inicial islâmica. Por meio desse exercício, além de se observar os problemas da literatura, pode-se deixar mais claro o posicionamento e o caminho da pesquisa.

Frente a isso, retomando uma das hipóteses apresentadas, e que se afirma que os fenômenos sociais podem ser mais bem compreendidos por meio da análise de fatores econômicos, sociais, políticos e militares, em *conjunto*. Em determinados contextos algum fator pode ser menos relevante do que o outro, como no caso, em questão, a economia o foi.

Assim, deixando à parte os fatores econômicos, e parte dos sociais, isto é, o peso da desigualdade social para a aquisição de novos crentes, a pesquisa partiu para a análise dos fatores políticos focando principalmente na construção de uma identidade árabe atrelada a religião islâmica, que, teoricamente, estaria acima das rivalidades tribais. Por meio dessa construção ideológica centrada em um sentimento de pertencimento a um grupo, a conquista começou a ser possível.

A união árabe-islâmica teve reflexos no campo militar, o que proporcionou a elaboração de um objetivo político comum, isto é, um objetivo público – expansão do Islã –, e a aquisição de conquistas territoriais que se aproxima dos interesses privados dos indivíduos, já que ela proporcionava riqueza e novos lugares para morar. Concomitante, a política de igualdade proposta por Maomé, se concretiza com a divisão dos espólios de guerra e desse modo, todos aqueles que participaram do esforço de guerra são recompensados

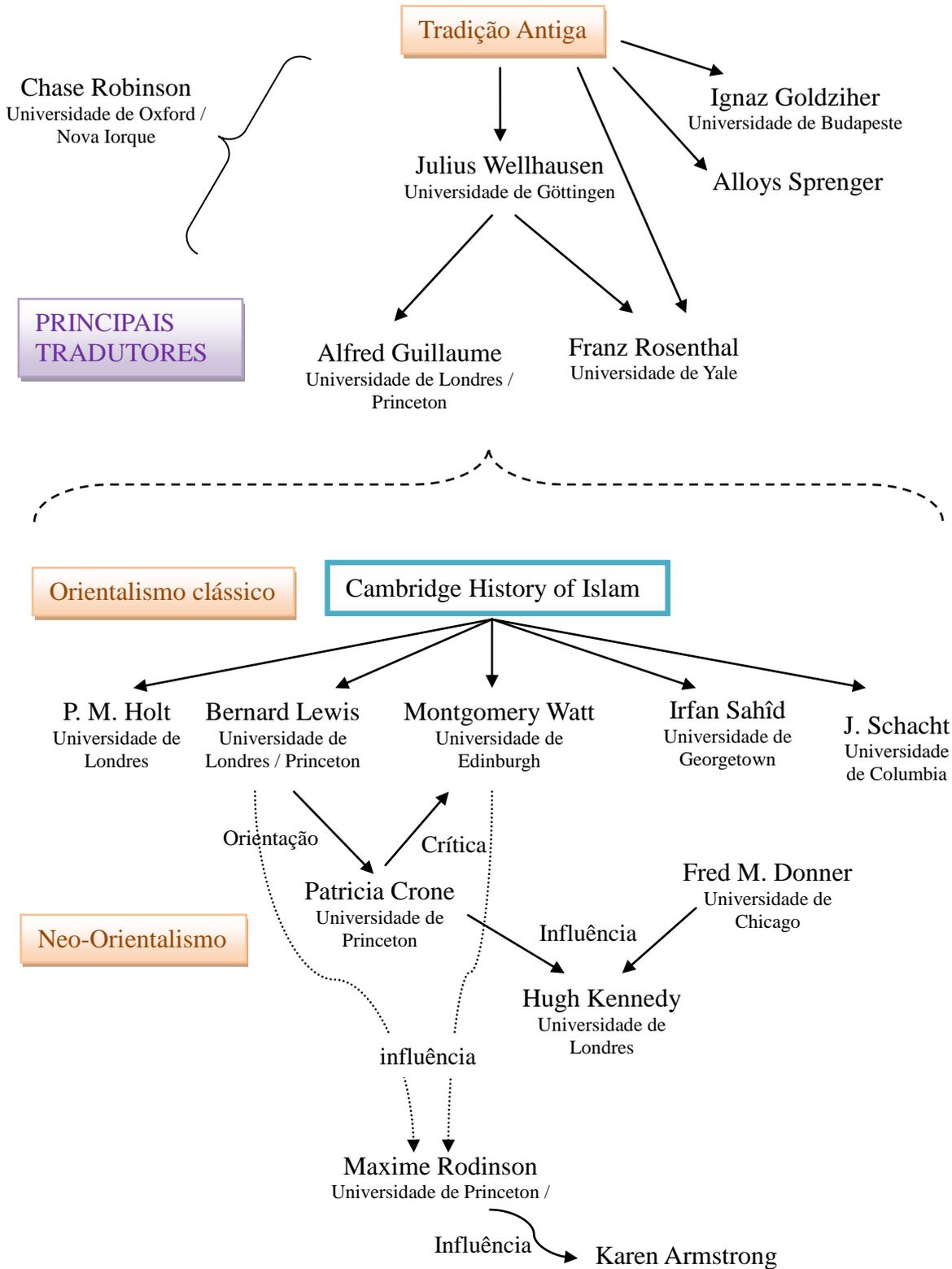
Assim, com a formação de uma nova unidade político-social, a *Umma*, com a adoção de novas táticas de guerra, como o cerco, e com a construção de uma identidade árabe-islâmica, Maomé unifica grande parte da península árabe sob a sua hegemonia, estabelecendo uma *Pax Islamica*.

Com a sua morte essa paz foi, em parte, rompida e Abu Bakr a restabeleceu por meio

das Guerras de Ridda. Mantendo a ordem político-social criada por Maomé, Abu Bakr a consolidou e reforçou o aparato militar. Essas guerras podem ter gerado um movimento que se autoalimentou: quanto maiores as conquistas, maior o desejo por elas. Além disso, quanto mais se conquistava, maior capacidade logística o exército árabe-islâmico conquistava, por meio da aquisição de territórios ricos em matérias-primas. Nesse contexto, o processo iniciou-se sem uma possibilidade de retorno, o que resultou na formação de um vasto império.

Essa expansão foi favorecida pela capacidade de adaptação dos árabes islamizados nos contextos que iriam surgindo, pelas fusão das características militares dos nômades (rapidez) com a capacidade de comando dos povos assentados e pela capacidade dos árabes em angariar conhecimento junto aos povos conquistados e manter a administração dos novos domínios. Assim, a expansão militar só foi possível por causa das mudanças sociais que criaram uma nova identidade árabe-islâmica, pelas inovações na utilização das armas e pela formação de uma nova comunidade, centrada nesses novos laços e com um novo perfil de administração.

ANEXO - GENEALOGIA



BIBLIOGRAFIA

ABBOTT, N. The Kitab al-Maghazi of al-Waqidi by Marsden Jones. **The American Historical Review**. Vol. 73, No. 3 (Feb., 1968), p. 865.

ABDEL-MALEK, Anouar. Orientalism in Crisis. **Diogenes**, 11-103, 1963.

ARMSTRONG, Karen. **Maomé: uma biografia do profeta**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

BEVAN, A. A. Professor Ignaz Goldziher. **Journal of the Royal Asiatic Society of Great Britain and Ireland**. No.1 (Jan., 1922), pp. 143-144.

BURLEIGH, Nina. **Miragem: Os Cientistas de Napoleão e suas descobertas no Egito**. São Paulo: Landscape, 2008.

CHALLITA, Mansour (trad.) **O Alcorão**. Rio de Janeiro: Associação Cultural Internacional Gibran.

CLAUSEWITZ, Carl Von. **Da Guerra**. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

CRONE, Patricia. **Mecan Trade and the Rise of Islam**. New Jersey: Gorgias Press, 2004.

_____. A Tribo e o Estado. HALL, John (org.). **Os Estados na História**. Rio de Janeiro: Imago Editora, 1992.

FERGUSON, Niall. **Império: Como os britânicos fizeram o mundo moderno**. São Paulo: Editora Planeta Brasil, 2010.

GELLNER, Ernest. **Muslim Society**. Cambridge: Cambridge University Press, 1981.

GIBB, H.A.R. The Evolution of Government in Early Islam. **Studia Islamica**, No. 4 (1955), pp. 5-17.

GUILHAUME, Alfred. Vorlesungen über den islam by Ignaz Goldziher; Franz Babinger. **Journal of the Royal Asiatic Society of Great Britain and Ireland**, N. 2 (Apr., 1926), pp. 353-354.

GOTTHEIL, Richard. Ignaz Goldziher. **Journal of the American Oriental Society**. Vol. 42 (1922), pp. 189-193.

HECK, Gene W. "Arabia without spices": An Alternate Hypothesis. **Journal of the American Oriental Society**, Vol. 123, No. 3 (Jul-Sep, 2003), pp. 547-576.

HESS, Andrew C. Consensus of Conflict: The Dilemma of Islamic Historians. **The American Historical Review**, Vol. 81, No. 4 (Oct., 1976), pp. 788-799.

HILLEBRAND, Carole. Muhammad and the rise of Islam. FOURACRE, Paul (ed.). **The New Cambridge Medieval History**. Volume I c. 500-c.700. Cambridge: University Cambridge Press, 2005.

HOLT, P. M. Introduction. **The Cambridge History of Islam**. Volume 1A. Cambridge: Cambridge University Press, 2008

HOURANI, Albert. **Uma história dos povos árabes**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

JONES, Marsden (ed.). **The Kittab Al-Maghazi of Al-Waqidi**. Nova Iorque: Oxford University Press, 1966.

KEEGAN, John. **Uma História da Guerra**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

KENNEDY, Hugh. **The Armies of the Caliphs: Military and Society in the Early Islamic Society**. New York: Routledge, 2001.

_____. **The Great Arab Conquests: How the Spread of Islam Changes the World we Live in**. Philadelphia: Da Capo Press, 2007.

KHALDUN, Ibn. **The Muqaddimah: An Introduction to History**. New Jersey: Princeton University Press, 2005.

LAPIDUS, Ira M. *The Separation of State and Religion in the Development of Early Islamic Society*. **Journal Middle East Studies**. 6 (1975).

LE GOFF, Jacques. **A civilização do ocidente medieval**. Bauru: Editora da Universidade do Sagrado Coração (EDUSC), 2005

LEWIS, Bernard. **Os árabes na história**. Lisboa: Estampa, 1982.

_____. On the Revolution in Early Islam. **Studia Islamica**, No. 32 (1970), pp. 215-231.

LEWIS, David Levering. **O Islã e a formação da Europa, de 570 a 1215**. Barueri: Amariyls, 2010.

MAQUIAVEL, Nicolau. **O Príncipe**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.

MAUSS, Marcel. **Sociologia e Antropologia**. São Paulo: EdUSP, 1974.

NEWBY, G. D. **The making of the Last Prophet: A Reconstruction of the Earliest Biography of Muhammad**. South Carolina: South Carolina University Press, 1989.

NORTON, William Harmon. The influence of the desert on Early Islam. **The Journal of Religion**, Vol. 4 (Jul., 1924), pp. 383-396

PIPES, Daniel. Black soldiers in Early Muslim Armies. **The International Journal of African Historical Studies**. Vol. 13, No. 1 (1980), pp. 87-94.

ROBINSON, Chase. **Islamic Historiography**. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

RODINSON, Maxime. **Mahoma: El nacimiento del mundo islâmico**. México: Ediciones Era, 1974.

RUNCIMAN, Steven. **A teocracia bizantina**. Rio de Janeiro: Zahar, 1974.

RUTTER, Eldon. The Habitability of the Arabian Desert. **The Geographical Journal**, vl. 76, N. 6 (Dec., 1970), pp. 512-515.

SAID, Edward. **Orientalismo: O Oriente como invenção do Ocidente**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

SCHACHT, Joseph. A Reevaluation of Islamic Traditions. **Journal of the Royal Asiatic Society** (1949).

SHAHÎD, Irfan. Byzantium in South Arabia. **Dumbarton Oaks Papers**. Vol. 33 (1979), pp. 23-94.

SHINNIE, P. L. The Nilotic Sudan and Ethiopia, c. 600 BC to c. AD 600. FAGE, J.D. (ed). **The Cambridge History of Africa**, Volume II, from c.500 BC AD 1050. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.

SILVA, D. S. **O profeta e a Umma: a formação da comunidade político-religiosa de Medina no séc VII**. Dissertação de mestrado defendida em 2007. Niterói, Universidade Federal Fluminense (UFF).

SMITH, Rex. Introduction to Islamic Theology and Law by Ignaz Goldzier; Andras Hamori; Ruth Hamori. **Journal of the Royal Society of Great Britain and Ireland**, N. 1 (1982), p. 182

TURNER, R. L. Oriental and African Studies in Great Britain. **The Journal of Higher Education**. Vol 19, No. 6 (Jun., 1948), pp. 284-287.

WALLERSTEIN, Immanuel. **O universalismo europeu: a retórica do poder**. São Paulo: Boitempo, 2007.

WATT, Montgomery. Muhammad. **The Cambridge History of Islam**. Volume 1A. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.

WEBER, Max. **Sociologia das Religiões e Consideração Intermediária**. Lisboa: Relógio D'Água Editores, 2006.

ZAMAN, Muhammad Qasim. A Venture in Critical Islamic Historiography and the Significance of Its Failure. **Numen**, Vol. 41, No. 1 (Jan., 1994), pp. 26-50.